

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPZA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - IPLAN

PROJETO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS - PMACI

CEDI - P. I. B.
DATA 07/01/88
COD. 72.D00091

I RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO DO PROJETO DE PROTEÇÃO DO MEIO AM
BIENTE E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
Período 1985/1986

março/1987 .

107 - Acervo
ISA

. **Contratos de Empréstimos 150/IC-BR e 503/OC-BR**

- Ministério dos Transportes-DNER
- Secretaria de Planejamento da Presidência da República -
IPEA/IPLAN
- Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID

**PROJETO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDÍGE-
NAS - PMACI -**

. **GT-PMACI:**

- IPEA/IPLAN (coordenação)
(Secretaria de Planejamento da Presidência da República)
- FUNAI
(Ministério do Interior)
- SEMA
(Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente)
- INCRA
(Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário)
- IBDF e EMBRAPA
(Ministério da Agricultura)
- Suporte Técnico:
IBGE e Consultores

. **Órgãos Colaboradores:**

- Governos dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas
- SUDECO, SUDAM, SUDHEVEA, GEIPOT e DNPM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - IPLAN

PROJETO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE DAS COMUNIDADES IN
DÍGENAS - PMACI

Coordenação do PMACI (IPEA)

Coordenador Geral:

- Dagoberto Koehntopp - Arquiteto

Técnicos:

- Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange - Antropóloga;
- Isa Maria Pacheco Rogedo - Antropóloga;
- José Rente Nascimento - Economista Florestal;
- Luís Eduardo Montenegro Castelo - Sociólogo;
- Maria Auxiliadora C. Sá Leão - Antropóloga;
- Mário Nakayama - Economista;
- Osvaldo Teixeira Gões Jr. - Arquiteto.

Apoio Administrativo:

- Devalde Santana de Assis
- Neusa Maria de Sousa e Silva
- Max Altino Gonçalves Dutra

Consultores:

- Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira
- Eneas Salati
- Willem Pieter Groeneveld

CONTEÚDO

	Pág.
1. TABELAS	01.
2. APRESENTAÇÃO	02.
3. INTRODUÇÃO	04
4. DESEMPENHO DO PROGRAMA	07
4.1 - FUNAI	07.
4.1.1 - Medidas de Ação Imediata	07
4.1.2 - Estudos e Levantamentos Complementa <u>res</u>	14
4.1.3 - Análise, Conclusões e Recomendações .	15.
4.2 - IBDF	20.
4.2.1 - Medidas de Ação Imediata	20.
4.2.2 - Estudos e Levantamentos Complementa <u>res</u>	26.
4.2.3 - Análise, Conclusões e Recomendações .	27.
4.3 - SEMA	31
4.3.1 - Medidas de Ação Imediata	31
4.3.2 - Estudos e Levantamentos Complementa <u>res</u>	34.
4.3.3 - Análise, Conclusões e Recomendações .	36.
4.4 - INCRA	37
4.4.1 - Estudos e Levantamentos Complementa <u>res</u>	37
4.4.2 - Análise, Conclusões e Recomendações .	42
4.5 - EMBRAPA	43
4.5.1 - Estudos e Levantamentos Complementa <u>res</u>	43
4.5.2 - Análise, Conclusões e Recomendações .	
4.6 - IPEA	46
4.6.1 - Atividades Desenvolvidas	46
5. ANÁLISE, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	59
6. ANEXOS	

TABELAS

TÍTULO	Pág.
4.1.1 - Perímetro, Áreas Demarcadas e Recursos Aplicados nas Áreas Indígenas Programadas para Demarcação em 1985.....	07
4.1.2 - Áreas Indígenas Programadas para Demarcação em 1986.....	08
4.1.3 - Áreas Indígenas Programadas para Regularização Fundiária em 1986.....	09
4.1.4 - Situação Atual das Áreas Indígenas Programadas para Demarcação em 1985.....	11
4.1.5 - Áreas Indígenas com Demarcação Iniciada em 1986.....	12
4.1.6 - Áreas Indígenas cuja Demarcação foi licitada em Dezembro de 1986.....	12

APRESENTAÇÃO

O projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI é parte integrante dos Contratos de Empréstimo 150/IC-BR e 503/OC-BR assinados entre o Governo Brasileiro e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 14.03.85, que visa o financiamento da pavimentação da BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco.

O PMACI objetiva minimizar o impacto decorrente da pavimentação da Rodovia sobre o meio ambiente e as comunidades indígenas na área de sua influência e abrange dois momentos. O primeiro, o Plano de Ação Provisório - PAP, com duração inicial prevista de 12 meses, compreende a adoção de medidas de ação imediata e a realização de estudos e levantamentos complementares. O segundo, o Plano de Ação Definitivo - PAD, objetiva definir, a partir da elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico, um modelo de ocupação para a área de influência indireta da rodovia em pavimentação e executar as medidas necessárias para sua implementação; o prazo de execução é previsto para 10 anos.

A aprovação do PAP, por parte do BID, inicialmente prevista para setembro de 1985 foi postergada, somente acontecendo em 29.05.86.

De acordo com a Cláusula 6.09 dos referidos Contratos de Empréstimos deverão ser apresentados pelo IPSEA, enquanto coordenador, relatórios semestrais de acompanhamento das atividades desenvolvidas.

A apresentação do I Relatório Semestral de Acompanhamento do PMACI, conforme cronograma de atividades aprovado, estava prevista para outubro de 1986. Em razão do atraso na aprovação do PAP foi prorrogado o pra

zo de apresentação desse I Relatório Semestral para março/87 e que agora é encaminhado à apreciação dos Secretários-Gerais dos Ministérios responsáveis pelos Órgãos Convenientes do PMACI e ao agente externo financiador do Projeto (BID).

1. INTRODUÇÃO

Este I Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do PMACI abrange as atividades desenvolvidas pelo programa desde sua fase inicial a partir da assinatura dos Contratos de Empréstimos entre o Governo Brasileiro e o BID e, principalmente, após a assinatura do Convênio Interministerial, em 14/03/85, entre os órgãos convenientes FUNAI, IBDF, SEMA, INCRA, EMBRAPA e IPEA (coordenador), através do qual foram definidas a forma e as condições de funcionamento do Projeto.

A fase inicial compreendeu a estruturação do Grupo de Trabalho (GT-PMACI), responsável pela condução das atividades em cada órgão conveniente, e a articulação entre estes órgãos, governos estaduais e entidades federais.

Embora o Plano de Ação Provisório - PAP somente tenha sido oficialmente aprovado em 29.05.86, alguns órgãos iniciaram a execução de projetos ainda em 1985, paralelamente aos trabalhos de elaboração do PAP. O início dos trabalhos de pavimentação da rodovia não permitia que se aguardasse a conclusão do processo de aprovação do plano para então serem adotadas medidas de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, principalmente porque o processo de aprovação prolongou-se além do desejável.

A elaboração, negociação e aprovação do PAP absorveram mais de 14 meses, a contar da sua assinatura, até a aprovação formal, pro parte do BID. Para este fim foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho, viagens aos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas apresentando e discutindo os objetivos do PMACI junto aos

governos estaduais e entidades representativas, além, de negociações entre as equipes do IPEA e BID, no Brasil e em Washington.

As medidas de proteção adotadas nesta fase atenderam prioritariamente aos programas de demarcação de áreas indígenas e ações de fiscalização e proteção do meio ambiente. Estas medidas, na verdade, anteciparam projetos da programação posteriormente aprovada pelo PAP.

Para atendimento das demandas iniciais foram alocados, de imediato, recursos nacionais no valor Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros). No exercício de 1986 foram aprovados Cz\$ 45.495.000,00 (quarenta e cinco milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil cruzados), dos quais Cz\$ 17.815.000,00 são recursos nacionais e Cz\$ 27.680.000,00 originários do empréstimo com o BID.

O PMACI vem desenvolvendo suas ações desde o início do funcionamento do programa, no entanto somente após a aprovação formal do PAP, foram criadas as condições necessárias para sua maior agilização.

O presente relatório apresenta, de forma sintética, o conjunto das atividades desenvolvidas no âmbito do PMACI, no período 1985/1986.

Para melhor compreensão dos dados apresentados foi dividido em três partes. Apresentação e introdução; desempenho dos órgãos convenentes; análise, conclusões e recomendações gerais.

No capítulo desempenho dos órgãos estão a apresentadas as atividades desenvolvidas pelos mesmos, sepa radas entre "Medidas de Ação Imediata" e "Estudos e Levan tamentos Complementares", de acordo com a programação a provada no PAP. Consta, ainda, análises, conclusões e re comendações sobre o desempenho de cada órgão conveniente.

Em anexo são apresentados os documentos bã sicos dos órgãos executores, ponto de apoio do presente relatório.

4.1 - FUNAI

4.1.1 - Medidas de Ação Imediata

A ação da FUNAI no âmbito do PAP/PMACI restringe-se a demarcação e regularização fundiária dos territórios indígenas que encontram-se numa área de 543 249 Km² em torno da BR-364, trecho Porto Velho - Rio Branco.

PROPOSTA

Sua proposta para 1985 compreendeu a demarcação de oito áreas (Tabela 4.1.1). Para tanto a Fundação solicitou ao PMACI recursos da ordem de Cr\$ 2.000 000 000 (dois bilhões de cruzeiros). Para 1986 propôs demarcar de zessete e a regularizar vinte e três áreas indígenas (Tabelas 4.1.2 e 4.1.3). Para a execução deste programa estimou a necessidade de Cz\$ 21.209.500,00 (vinte e um milhões, duzentos e nove mil e quinhentos cruzados).

REALIZADO

Em 1985 foram demarcadas seis áreas indígenas, sendo três através de administração direta e três por administração indireta. As duas restantes foram reprogramadas para 1986 (Tabela 4.1.1). Na demarcação das seis áreas foram utilizados Cr\$ 2.007.056.000 (dois bilhões, sete milhões e cinquenta e seis mil cruzeiros). Como os recursos aprovados e repassados pela SEPLAN somaram, somente, Cz\$ 1 263 000 000 (hum bilhão, duzentos e sessenta e três milhões de cruzeiros), a FUNAI aplicou Cr\$ 744.056.000 (setecentos e quarenta e quatro milhões e cinquenta e seis mil cruzeiros) de seu próprio orçamento.

Tabela 4.1.1 : Perímetro, Áreas Demarcadas e Recursos Aplicados por Área Indígena Programada para Demarcação em 1985

Cz\$ 1,00

Área Indígena	Perímetro (km)	Áreas Demarcadas e recursos Aplicados
Boca do Acre/BR-317 ^{1/}	50	Não demarcada
Camicuã ^{2/}	115	105 048,68
Campinas ^{2/}	85	72 605,26
Kaxinawã do Rio Humaitã ^{3/}	246	684 463,50
Kaxinawã do Rio Jordão ^{3/}	216	126 209,48
Mamoadate ^{3/}	336	955 423,64
Nukini ^{2/}	102	62 305,44
Poyanawa ^{1/}	63	Não demarcada

NOTAS: 1/ Reprogramação para 1986

2/ Administração Direta

/max.

3/ Administração Indireta

FONTE: Relatório da FUNAI

Tabola 4.1.2 : Áreas Indígenas Programadas para Demarcação em 1986

Áreas Indígenas	Decretada	Aguardando Decreto	Demarcada	Não Demarcada	Em processo Demarcação	Licitada 86	Aguardando Parecer GT 88118/83	A Ser Encaminhada GT 88118/83	Áreas de Fronteira CSN	em Identificação
Boca do Acre	92 645			x						
Igarapé do Caucho ^{1/}	93 071				x					
Katukina/Kaxinawá ^{1/}	89 488				x					
Kaxinawá Nova Olinda ^{1/}	93 142				x					
Cacau de Tarauacá ^{1/}	93 146					x				
Caititu ^{1/}	93 072					x				
Kulina do Envira ^{1/}	93 141					x				
Apurinã BR-317 km 24		x								
Jaminauwa		x								
Kulina do Médio Juruá		x								
Poyanawá		x								
Kampa do Amônia								x	x	
Kampa do Envira								x	x	
Paumari										x
Alto Purus								x		
Arara do Humaitã								x		
Ig. do Pau								x		

NOTA: ^{1/}O processo de demarcação foi retomado em janeiro de 1987.

/max.

FONTE: - FUNAI/MEHO 0094/DPI/86 - Programação do PHACI - 1987/1988.
- CT 025/87-SUAF

Tabela 4.1.3 : Áreas Indígenas Programadas para Regularização Fundiária em 1986

Áreas Indígenas ^{1/}	Regularizada	Em processo de Regularização	Demarcada	Demarcada s/Decreto	Em Demarcação	Reestudo	Com Decreto sem Demarcação	Licitadas	Aguardando Decreto	Em Identificação
Camicuã				x						
Ig. do Pau						x				
Campinas			x							
Mamoadate		x	x							
Rio Humaitã			x							
Rio Jordão			x							
Ig. do Caucho					x					
Nova Olinda					x					
Katuquina kaxinawã					x					
Cacau Tarauacá								x		
Caititu								x		
Kulina do Envira								x		
Poyanawa									x	
Apurinã do km 124									x	
Arara do Ig. Humaitã									x	
Kulina Médio Juruá									x	
Jaminawa									x	
Alto Purus									x	
Nukini				x						
Kampa do Envira						x				
Kampa do Amônia						x				
Paumari										x
Boca do Acre							x			

NOTA: ^{1/} As áreas indígenas Rio Gregório e Kaxinawã da Colônia 27 estão em processo de regularização embora não constem da programação operacional de 1986.

/max.

FONTE: - FUNAI/MEMO 0094/DPI/86 - Programação do PMACI - 1987/1988
- CT 025/87-SUAF.

A situação atual das terras indígenas programadas para 1985, encontra-se na Tabela 4.1.4.

No ano de 1986 apenas três áreas tiveram sua demarcação iniciada, onde foram demarcados por administração direta 53 Km de um total de 210 Km, envolvendo a utilização de Cz\$ 321 812,37 (trezentos e vinte e um mil, oitocentos e doze cruzados e trinta e sete centavos) Tabela 4.1.5). Três outras áreas foram licitadas em dezembro daquele ano para início dos trabalhos de campo em janeiro de 1987. Os perímetros destas somam-se 641 Km, para os quais empenharam-se recursos da ordem de Cz\$ 7 011 591,20 (sete milhões, onze mil e quinhentos noventa e um cruzados e vinte centavos) (Tabela 4.1.6). No tocante a regularização fundiária nenhuma foi integralmente executada, apenas em Caititu e Boca do Acre alguns posseiros foram indenizados.

Mamoadate, Rio Gregório e Colônia 27 foram registradas no Cartório de Registro de Imóveis, estando o processo em andamento no Serviço de Patrimônio da União, (Tabela 4.1.3) embora as duas últimas não constassem da programação de 1986.

Os gastos realizados neste item são da ordem de Cz\$ 2 321 988,75 (dois milhões, trezentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e oito cruzados e setenta e cinco centavos) e atenderam às seguintes indenizações parciais: na Área Indígena Caititu foram indenizados dois ocupantes num total de Cz\$ 724 058,38 (setecentos e vinte e quatro mil, cinquenta e oito cruzados e trinta e oito centavos) e em Boca do Acre dez ocupantes totalizando Cz\$ 1 597 930,37 (um milhão quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta cruzados e trinta e sete centavos).

Dos Cz\$ 8 209 500,00 (oito milhões, duzentos e nove mil e quinhentos cruzados) de recursos nacio

Tabela 4.1.4 : Situação Atual das Áreas Indígenas Programadas para Demarcação em 1985

Áreas Indígenas	Decreto nº	Aguardando Decreto	Demarcada	Não Demarcada
A.I. Boca do Acre	92 645 (13.05.86)			x
A.I. Camicuaã		x	x	
A.I. Campinas	92 014 (29.11.85)		x	
A.I. Kaxinawã do Rio Humaitã	90 644 (10.12.84)		x	
A.I. Kaxinawã do Rio Jordão	90 645 (10.12.84)		x	
A.I. Mamoadate	92 013 (28.11.85)		x	
A.I. Nukini		x		
A.I. Poyanawa		x		

FONTE: Relatórios da FUNAI e DOU.

Tabela 4.1.5 : Áreas Indígenas com Demarcação Iniciada em 1986

Cz\$ 1,00

Área Indígena	Perímetro Total (km)	Perímetro Demarc. (km)	Recursos Aplicados
Igarapé do Caucho	60	15	96 574,00
Katukina/Kaxinawã	50	25	110 000,00
Kaxinawã de Nova Olinda	100	13	115 238,37
TOTAL	210	53	321 812,37

FONTE: CT nº 0025/87-SUAF de 26.01.87.

Tabela 4.1.6 : Áreas Indígenas cuja Demarcação foi Licitada em Dezembro de 1986

Cz\$ 1,00

Área Indígena	Perímetro (km)	Valor do Contrato
Cacau do Tarauacá	80	874 691,20
Caititu	440	5 060 000,00
Kulina do Rio Envira	121	1 076 900,00
TOTAL	641	7 011 591,20

FONTE: CT nº 0025/87-SUAF de 26.01.87.

nais aprovados para a FUNAI, foram repassados Cz\$ 7 138 800,00 (sete milhões cento e trinta e oito mil e oitocentos cruzados) existindo um saldo de Cz\$ 1 070 700,00 (hum milhão, setenta mil e setecentos cruzados). O IPEA também repassou Cz\$ 1 375 391,25 (hum milhão, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e um cruzados e vinte e cinco centavos), de recursos do BID, totalizando Cz\$ 8.514.191,25 (oito milhões, quinhentos e quatorze mil, cento e noventa e um cruzados e vinte e cinco centavos). Destes, foram efetivamente gastos Cz\$ 2 668 853,83 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três cruzados e oitenta e três centavos) e empenhados Cz\$ 7 011 591,20 (sete milhões, onze mil, quinhentos e noventa e um cruzados e vinte e cinco centavos).

Dos recursos repassados até dezembro de 1986 foram comprovados Cz\$ 3 953 519,20 (três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e dezenove cruzados e vinte centavos). A FUNAI em fevereiro de 1987 encaminhou nova prestação de contas no valor de Cz\$ 1 968 712,09 (hum milhão, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e doze cruzados e nove centavos) que encontra-se em processo de análise.

Em nenhum momento foram justificados a não conclusão dos trabalhos de demarcação. As tabelas 4.1.2 e 4.1.3 demonstram a programação de 1986 e a situação atual das áreas indígenas.

4.1.2 - Estudos e Levantamentos Complementares

Estudos de identificação de terras e levantamentos de necessidades das populações indígenas objetivando uma posterior atuação na garantia dos territórios tribais e, novos procedimentos na forma de assistência a esta minoria, estão compreendidos no PMACI II. Este programa, financiado pelo BIRD-POLONOROESTE Contrato de Empréstimo 2353-BR Letra J, teve início em outubro de 1986 com o deslocamento de três equipes para a

região do médio Rio Purus. Foram levantadas até dezebro vinte e sete áreas indígenas, estando programadas para março de 1987, três novas equipes que devem estudar mais dezesseis. Os relatórios da primeira etapa estão em fase conclusiva.

4.1.3 - Análise, Conclusões e Recomendações

A FUNAI não cumpriu integralmente a proposta apresentada no PAP, permanecendo a maior parte das áreas indígenas não demarcadas e/ou regularizadas.

Merece ressalva o ano de 1985. Apesar dos recursos do PMACI não terem coberto integralmente as despesas efetuadas pela FUNAI, foi o período em que aquele Órgão mais fez em termos de demarcação de territórios tribais.

A questão da eficácia no trato da quesção indígena é institucional. A Fundação Nacional do Índio, apesar de Órgão Executor da Política Indigenista, a cada ano tem diminuído o seu poder de decisão sobre as áreas a serem demarcadas, que ficam na dependência de aprovação pelo Grupo Interministerial, instituído pelo Decreto 88.118/83.

Junto a esta dificuldade, constata-se um aumento da burocracia dentro do processo de descentralização da FUNAI, resultando na demora das ações voltadas para a identificação, regularização das terras, e levantamentos de necessidades dos grupos índios. As Administrações Regionais perderam sua autonomia ficando subordinadas às Superintendências Executivas que, em última

instância, dependem da Central de Brasília. A morosidade no repasse de verbas e no trato das questões técnicas vêm impedindo em muito casos o cumprimento do cronograma e atrasando as pesquisas de campo programadas em função das variações climáticas.

FALTA

A regularização dos territórios tribais fica, na atualidade, na dependência de áreas para reassentamento dos não índios. Uma atuação conjunta FUNAI/INCRA certamente agilizaria o processo o que não vem ocorrendo, apesar da participação daquele Instituto no processo de identificação das áreas indígenas e de ser, também, membro permanente do GT 88.118/83, através do MIRAD.

Outro fato a ser levantado é a defesa dos Territórios Tribais. Uma política conjunta da FUNAI/SEMA/IBDF levaria a bom termo esta questão. É inviável pensar em demarcações e regularizações fundiárias em áreas indígenas sem propostas concretas que visem a defesa do meio-ambiente, das populações índias, além de um plano inovador de colonização que atenda a colonos e seringueiros estabelecidos na área de influência indireta da BR-364.

É preciso ressaltar que, apesar dos esforços desenvolvidos pelo PMACI, não se alcançou ainda um nível de integração razoável entre FUNAI/SEMA e INCRA. Esses órgãos têm a história de sua atuação marcada por iniciativas autônomas e políticas específicas próprias e o desafio de ação integrada, colocado pelo PMACI, exigirá, ainda por algum tempo, exercícios continuados de troca de dados e análises, num clima de cooperação estreito, até que se rotinize uma efetiva conjugação nos trabalhos.

No que se refere aos levantamentos complementares financiados pelo BIRD e calcado basicamente na

identificação e levantamento de necessidade, tem a FUNAI demonstrado dificuldades no cumprimento da proposta metodológica estabelecida pelo PMACI. Apesar do aparente cumprimento do cronograma, com o levantamento de vinte e sete (27) áreas indígenas na região do rio Purus, não assumiu o órgão executor, os compromissos estabelecidos no Plano para o Levantamento das Necessidades dos Grupos Indígenas do PMACI II, tomando inclusive iniciativas isoladas e unilaterais em relação aos assuntos ligados a área do projeto.

O fato de ser a executora da política indigenista oficial, não deve constituir em obstáculo à consecução do Plano Especial do Governo Brasileiro, PMACI, coordenado pelo IPEA. Isto significa que, no tocante as sessenta áreas envolvidas no projeto, cabe ao IPEA, enquanto órgão eleito para a direção dos trabalhos, promover a integração dos órgãos convenientes, reservando a si a necessária autonomia para levar a bom termo os compromissos assumidos. Não se trata de substituir funções dos demais órgãos, em especial da FUNAI, mas de dirigir a execução prevista no Convênio. Deverá também o IPEA garantir especialistas nos grupos de trabalho, com o objetivo de ampliar as discussões sobre as propostas a serem apresentadas, e ao mesmo tempo suprir as deficiências do quadro daquela instituição hoje, composta por técnicos novos e inexperientes no trato da questão indígena.

Todos estes impasses que exigem imediata correção afetam o programa, que tem o processo de demarcação subordinado aos levantamentos e identificações das áreas indígenas.

Assim, podemos concluir que a FUNAI não cumpriu as metas estabelecidas no plano operacional para "1985/86 devido:

(1) ao enfraquecimento de seu poder decisório sobre a resolução das questões referentes as terras in

dígenas;

(2) ao aumento de burocracia no processo de descentralização tanto no repasse de verbas, quanto nas questões técnicas;

(3) ao seu não posicionamento frente a indefinição por parte do Governo Brasileiro sobre a política a ser adotada para as Áreas Indígenas contíguas, próximas a centros urbanos e fronteira;

(4) a sua política unilateral marcada por atuação autônoma em relação aos demais órgãos envolvidos na questão.

Por outro lado o IPEA, encontrou dificuldades na sustentação da sua função de coordenador por não ter alcançado um nível de integração razoável entre os órgãos convenientes e não ter conseguido promover bom desempenho nas questões operacionais.

Com base na análise e conclusões acima, recomenda-se:

(1) que a FUNAI acelere os trâmites dos processos referentes a demarcação das terras indígenas, permitindo maior eficácia no trato da questão e o cumprimento das metas estabelecidas no seu programa;

(2) imediata regularização fundiária das áreas já demarcadas;

(3) agilização da prestação de contas por parte da FUNAI;

(4) aperfeiçoamento no IPEA dos mecanismos de análise destas prestações, com a finalidade de evitar atrasos no repasse de verbas;

(5) maior esforço entre os órgãos convenentes no sentido de alcançar uma ação integrada e que as diversas instituições envolvidas na limitação dos territórios indígenas, definam procedimentos objetivos a fim de se evitar sejam criados obstáculos à identificação, demarcação e regularização dos territórios tribais e

(6) que todos os projetos que afetam direta ou indiretamente as áreas indígenas do PMACI sejam trazidos a esta coordenação para um debate e análise abertos, à luz dos direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal (art. 198) e a Lei 6001/73.

4.2 - IBDF

4.2.1 - Medidas de Ação Imediata

As medidas de ação imediata do IBDF no âmbito do PAP/PMACI, estão distribuídas em quatro projetos básicos: (1) Criação e Implantação de Unidades de Conservação; (2) Sistema de Postos Florestais; (3) Sistema de Monitoramento da Alteração da Cobertura Vegetal e (4) Proteção e Manejo de Quelônios.

Alguns destes projetos tiveram início ainda em 1985 com a transferência de Cz\$ 500 milhões (quinhentos milhões de cruzeiros) para o órgão em setembro daquele ano. Deste montante o IBDF utilizou: (a) até dezembro de 1985 um total de Cr\$ 257 240 960 (duzentos e cinquenta e sete milhões duzentos e quarenta mil, novecentos e sessenta cruzeiros), (b) até maio de 1986 (o mês da aprovação final do PAP pelo BID) Cz\$ 349 714,60 (trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e quatorze cruzados e sessenta centavos) e (c) até dezembro de 1986 Cz\$ 440 500,42 (quatrocentos e quarenta mil, quinhentos cruzados e quarenta e dois centavos). A primeira e única solicitação de recursos feita pelo IBDF após a aprovação do PAP, ocorreu somente em dezembro de 1986 no valor de Cz\$ 2 530 000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta mil cruzados) dos quais Cz\$ 877 400,00 (oitocentos e setenta e sete mil e quatrocentos cruzados) foram transferidos para aquele órgão em 22.12.86.

(1) Criação e Implantação de Unidades de Conservação

O objetivo básico deste projeto é o de proteger o meio ambiente através da criação, implantação e administra

ção direta de unidades de conservação (Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais).

PROPOSTA

A proposta do IBDF para o período do PAP é de realizar estudos básicos de doze áreas já arrecadados para a União pelo INCRA, avaliação de quatro outras áreas e reconhecimento da área restante e não enumerada visando identificar outras áreas relevantes. As áreas consideradas de interesse seriam então propostas para a criação de unidades de conservação e as criadas teriam suas implantações iniciadas. Em termos de inventário florestal necessário para subsidiar a criação de Florestas Nacionais, o IBDF propôs inventariar uma área de 1 205 487 ha distribuídos em nove áreas. Especificamente, o IBDF se comprometeu a rever prioritariamente a sua proposta de 1981 de criar o Parque Nacional da Serra do Divisor (AC), acelerar o processo de criação da Floresta Nacional de Bom Futuro (RO) e iniciar sua implantação, bem como elaborar Exposições de Motivos para transformações das glebas Juruá-Mirim (39.250 ha) e Caicó (173 475 ha) em Florestas Nacionais.

Os recursos solicitados pelo IBDF para realização destes projetos foram estimados em Cz\$ 1 863 886,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e seis cruzados).

REALIZADO

Ainda em 1985 o IBDF deu início a este projeto através da realização de viagem de técnicos do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Biológicas com o objetivo de

manter contatos com instituições de pesquisa e ensino, órgãos estaduais e representações de órgãos federais no sentido de levantar as informações existentes no primeiro semestre de 1986. Foram também adquiridos juntos ao DEC/DSG - Ministério do Exército, cartas 1:100 000; 1:250 000 e 1:1 000 000 de certas partes da área do PMACI. Foram feitas consultas a pesquisadores com conhecimento da região sobre a possibilidade de cooperar como consultores no desenvolvimento do projeto. Objetivando obter maiores informações junto ao INCRA, FUNAI e órgãos estaduais para serem usadas na identificação de áreas para criação de unidades de conservação, foram realizadas duas viagens de técnicos do IBDF ao Acre.

No ano de 1986 poucos progressos foram feitos na execução deste projeto. Somente foi realizado um convênio geral entre o IBDF e a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN) que permitirá a assinatura de um têrmo aditivo específico para atender a algumas necessidades do IBDF. Até o final de 1986 o IBDF utilizou apenas Cz\$ 19 284,11 (dezenove mil duzentos e oitenta e quatro cruzados e onze centavos) dos recursos financeiros disponíveis neste projeto.

(2) Sistema de Postos Florestais (Extensão Florestal e Fiscalização)

O objetivo deste projeto é de melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região do PMACI através da promoção do uso racional dos recursos naturais renováveis. Isto deve ser feito através da educação e extensão florestal, e em última instância, da utilização de instrumentos disponíveis à fiscalização da aplicação da legislação de flora e fauna. O projeto visa contribuir não só para o fortalecimento de uma cul

tura florestal para a população já existente de seringueiros, castanheiros e principalmente para migrantes, de modo que os mesmos possam, a partir dos conhecimentos, hábitos e atitudes adquiridos, utilizar melhor e racionalmente os seus recursos florestais.

PROPOSTA

O projeto do IBDF no PAP previu para o ano de 1986 a consolidação dos Postos Florestais (POFLOR) de Plácido de Castro (AC) e Abunã (RO). Foi prevista também a implantação de quatro Postos Florestais Móveis (veículo acoplado a trailer). Estava prevista a contratação e treinamento de pessoal para executar o projeto uma vez que o número de funcionários que o IBDF dispunha na região era insuficiente. Além dessas realizações físicas, o IBDF comprometeu-se a executar um cronograma detalhado de operações de extensão florestal e fiscalização da legislação de flora e fauna. Para a execução das atividades do projeto Sistema de Postos Florestais, em 1986, foram previstos recursos no montante de Cz\$ 5 785 600,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e seiscentos cruzados).

REALIZADO

Ainda em 1985 o IBDF adquiriu quatro trailers, três para o Acre e um para Rondônia. Por não dispor de recursos financeiros suficientes para adquirir os veículos para tração dos respectivos Postos Florestais Móveis, uma vez que o PAD só foi aprovado em maio de 1986, estes postos tiveram uso restrito.

Em 1986 o IBDF não conseguiu implantar o projeto conforme aprovado. Conseguiu transferir apenas um enge

nheiro florestal de Rondônia para o Acre dobrando assim o contingente deste tipo de profissional no último Estado. Não houve nenhuma contratação de pessoal ou treinamento dos funcionários já existentes. Foram, estretanto, realizadas operações esporádicas de fiscalização que não obedeceram aos cronogramas aprovados no PAP. Nenhuma outra realização significativa foi informada para este projeto. Utilizou-se um montante de Cz\$ 329 198,67 (trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e oito cruzados e sessenta e sete centavos) no projeto Sistema de Postos Florestais até dezembro de 1986.

(3) Sistema de Monitoria de Cobertura Vegetal Natural do PMACI

O objetivo deste trabalho é produzir mapas na escala 1:250 000 a partir de informações de imagens de satélite e de constatações de campo contendo os seguintes itens cartográficos: rede de drenagem e estradas, levantamento de áreas alteradas (desmatamento), incorporação de limites de unidades de conservação e áreas indígenas e áreas de expansão da colonização.

PROPOSTA

Até o final de agosto de 1986 o projeto do IBDF propôs a realização das seguintes atividades: compra de imagens de satélite, revisão da bibliografia relevante, interpretação visual preliminar, trabalho de campo, interpretação visual final, digitalização dos dados no INTERGRAPH (IBGE) e relatório final. O total da área a ser levantada é de 26 226 917 ha sendo 8 833 741 ha no Acre, 13 629 999 ha no Amazonas e 3 803 077 ha em Rondônia.

REALIZADO

Em 1985 foi feita a seleção e compra das imagens de satélite (TM) para toda área do estudo. Já em 1986, com a entrega das imagens pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais-INPE, iniciou-se a interpretação visual preliminar. Com a criação e aprovação do PAP e a participação do IBGE na realização de uma série de levantamentos voltados pa-ra a elaboração de um zoneamento econômico-ecológico da área do PMACI, o IBDF repassou para este Instituto as imagens por ele adquiridas bem como os resultados da interpretação preliminar das mesmas. O IBDF ainda participou de algumas operações de campo voltadas também para este projeto. Entretanto, a apresentação final dos resultados do mesmo ficará por conta do IBGE. Foram utilizados pelo IBDF neste projeto um montante de Cz\$ 87 791,78 (oitenta e sete mil, setecentos e noventa e um cruzados e setenta e oito centavos).

(4) Projeto Proteção e Manejo de Quelônios

O objetivo deste projeto é o da proteção aos processos de reprodução dos quelônios da Amazônia, principal-mente a tartaruga Podocnemis expansa e também o correto mane-jo de filhotes de forma a que se incrementem as populações de quilonios ora existente nos rios Purus e Juruá, no Esta-do do Acre.

PROPOSTA

A proposta do IBDF previu para 1986 a montagem de cinco bases de apoio nos rios Purus e Juruá; a proteção a desova e eclosão por seis meses; o manejo dos filhotes por dois meses; a fiscalização permanente das praias por seis me-

ses; a realização de campanhas de conscientização por doze meses e um levantamento de novas áreas. Este projeto visava a conscientização do homem ribeirinho, proteção de 3 000 matrizes e a produção de 250 000 filhotes.

REALIZADO

Em 1985, o IBDF iniciou a implantação deste projeto com recursos próprios, uma vez que a fase crítica do mesmo ocorre no período de setembro a novembro. Com recursos do PMACI foi feita apenas uma viagem de um técnico ao Acre objetivando orientar tecnicamente a execução do projeto. Em 1986 o IBDF informou apenas a realização de 14 a 20 de setembro da "Semana da Tartaruga da Amazônia" com uma programação em escolas e praças públicas. Nenhuma outra atividade referente a este projeto foi informada pelo IBDF. Até dezembro de 1986 apenas Cz\$ 4 255,86 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzados e oitenta e seis centavos) foram utilizados neste projeto.

4.2.2. Estudos e Levantamentos Complementares

Foram previstos pelo IBDF a necessidade de realização de dois estudos básicos para subsidiar a definição de ações do órgão: (1) Manejo Econômico-Ecológico da Castanha do Pará e (2) Diagnóstico da Indústria Madeireira. Estes dois estudos, juntamente com outro voltado para as questões do seringueiro, formariam as bases de um entendimento maior da economia acreana que se sustenta fundamentalmente nos setores da borracha, castanha e madeira. Um progresso inicial foi feito pelo IBDF no início de 1986 com a definição dos termos de referência para a contratação desses estudos. Entretanto, após a aprovação do PAP, nenhum outro progresso foi feito com

relação a execução dos mesmos o que prejudicará o órgão na definição de suas ações no âmbito do plano de ação definitivo que deveria estar sendo elaborado agora.

4.2.3 - Análise, Conclusões e Recomendações

Juntamente com a FUNAI, o IBDF é um dos órgãos esteio para o sucesso do projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas. Uma simples comparação entre o que este órgão propôs realizar no ano de 1986 e o que ele realmente realizou, é bastante para constatar a quase absoluta falta de realizações concretas de acordo com o espírito do projeto. A ausência da efetiva execução das medidas de ação imediata e estudos previstos no PAP, estão trazendo as consequências adversas para o meio ambiente da área de influência, que se previu e se tentou mitigar com os referidos projetos.

Entre as principais razões, identificadas pelo IBDF, para a ausência de realizações das atividades do projeto está a insuficiência qualitativa e quantitativa de pessoal. Esta constatação já havia sido feita quando das negociações do PAP uma vez que já nesta fase o IBDF havia informado a necessidade de contratação de pelo menos 165 novos servidores para complementar seu quadro, objetivando a eficiente execução das atividades previstas. A proposta do IBDF no PAP foi desenvolvida com base na pressuposição de que uma excepcionalidade para a contratação desses servidores seria possível. Isto não se concretizou, permanecendo o IBDF com sua capacidade de execução bastante restringida. A disponibilidade de recurso (não só financeiros, como materiais, organizacionais e humanos) é fundamental para a execução de qualquer projeto. Portanto, era previsível a não execução pelo IBDF de todas as suas metas.

Entretanto, estavam previstas uma série de atividades no PAP que poderiam ter sido executadas mesmo com as profundas restrições de pessoal. É o caso da contratação dos estudos sobre castanha e madeira bem como outros envolvidos na criação de unidades de conservação. A contratação de algumas obras, propostas para o período, também poderiam ter sido feitas. O IBDF também optou, aparentemente, pela não delegação de algumas de suas atribuições legais (como a fiscalização da legislação da flora e fauna) aos Estados. Isto ocorreu mesmo considerando que foram criados recentemente o Instituto do Meio Ambiente do Acre e o Batalhão Florestal da Polícia Militar do Estado do Acre que poderiam ser considerados para esta delegação. Talvez isto tenha sido um reflexo do desentendimento da administração local do IBDF com o governo do Estado e parte da comunidade por razões que não cabem aqui serem abordadas.

Parte destas constatações foram reconhecidas pelo IBDF quando este órgão submeteu ao GT-PMACI uma programação para os primeiros seis meses de 1987. Esta programação considerou as restrições de recursos humanos do órgão mas foi submetida somente em 10 de dezembro de 1986 quando na realidade ele já tinha conhecimento dos recursos disponíveis para executá-la, pelo menos em sua grande parte, desde julho de 1986. Este atraso na adequação do projeto pelo IBDF aos recursos humanos disponíveis, adequação esta que nos parece bastante conservadora, não foi justificado pelo IBDF.

Tendo em vista a análise acima, podemos chegar às seguintes conclusões:

(a) A ação do IBDF no sentido de mitigar o impacto ambiental da pavimentação da BR-364 foi mínima no ano de 1986;

(b) A principal razão para este baixo desempenho do órgão é a inexistência de recursos humanos em quantidade e qualidade adequadas para a execução das suas atividades relativas ao PMACI;

(c) Uma outra causa importante é a ausência de agilidade administrativa na coordenação local e nacional do programa no IBDF bem como nas atividades administrativas de execução e acompanhamento, talvez como consequência da conclusão (b);

(d) A perspectiva do IBDF superar totalmente os entraves indicados acima no curto prazo no sentido de atender às urgências do PMACI não é alentadora. Espera-se, portanto, que o IBDF não recupere em 1987 o tempo perdido em 1986 o que significa que o órgão provavelmente não completará as suas ações aprovadas para o PMACI; e

(e) A persistência dos entraves indicados terá consequências crescentemente agravantes à medida que o tempo passa e a demanda para a ação do IBDF cresce (em função do crescimento populacional, rural e urbano da área do PMACI, do crescimento da indústria florestal e agropecuária extensiva. Esta situação compromete a participação do IBDF no Plano de Ação Definitivo que esta sendo elaborado.

Para a plena execução de suas obrigações no PMACI de acordo com a programação aprovada, o IBDF necessitaria urgentemente selecionar, contratar e treinar servidores. Como previsto, parte dos mesmos deveria ser alocado às atividades de coordenação e gerenciamento a fim de dar maior agilidade administrativa ao projeto. O IBDF também poderia considerar a possibilidade de executar parte de suas atividades

no PAP/PMACI através de delegação aos Estados. Se tais recomendações venham a se concretizar, teria o IBDF que apresentar nova reprogramação de suas atividades afim de recuperar o tempo perdido e executar plenamente os seus projetos no PAP/PMACI. Caso contrário, não se conseguirá nem ao menos mitigar os graves problemas ambientais que já estão acontecendo na área de influência do projeto.

4.3 - SEMA

4.3.1 - Medidas de Ação Imediata

As medidas de Ação Imediata da SEMA, no âmbito do PAP/PMACI, estão distribuídas em quatro projetos básicos: (1) Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas; (2) Apoio a Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre; (3) Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas; e (4) Programa de Educação Ambiental.

(1) Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas.

PROPOSTA

A proposta compreende as seguintes atividades: estruturação da equipe técnica de trabalho envolvendo técnicos da SEMA, do Governo do Estado do Acre, de Órgãos e Instituições Estaduais e Privadas, além de assessores técnicos na área ambiental; reuniões com SEMA e Governo do Estado do Acre, em Rio Branco, para detalhamento da metodologia, apoio logístico e divisão de atribuições; detalhamento do Programa de Esclarecimento Comunitário; e detalhamento das ações e atividades de fiscalização.

Os recursos programados para a realização deste projeto foram estimados em Cz\$ 438 000,00 (quatrocentos e trinta oito mil cruzados)

REALIZADO

Formou-se, em 1986, a equipe técnica integrada pela SEMA e pelo Governo do Estado do Acre com vistas a estruturação do projeto;

Criou-se, sob orientação da SEMA, com apoio da EMATER e da UFAC o Batalhão Florestal, composto de 20 soldados da Polícia Militar do Estado do Acre. Nesta oportunidade detalhou-se a metodologia de trabalho.

Posteriormente em 17.02.87 foi assinado o convênio para implementação do Projeto.

Para sua execução foram alocados parte dos recursos destinados anteriormente ao projeto "Diretrizes Ambientais para o PMACI".

(2) Apoio à Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre.

PROPOSTA

A programação inicial envolvia as seguintes ações: formação de equipe técnica pela SEMA, Governo do Estado do Acre e especialistas na área ambiental; levantamento de bibliografia e legislação existente, bem como sugestões de órgãos de pesquisas de outros Estados; elaboração de diagnóstico e ante-projeto para criação de Órgão de Meio Ambiente; realização de reuniões em Rio Branco para definição de propostas de projeto para a criação do Órgão de Meio Ambiente; e definição da proposta final do mesmo.

Os recursos programados para este fim foram de Cz\$ 60 000,00 (sessenta mil cruzados).

REALIZADO

Foi criada a equipe básica de trabalho integrada pela SEMA, IPEA, SEPLAN-AC e um Consultor do PMACI que realizou as seguintes atividades:

- levantamento e análise do material da SEMA, que subsidiou a proposta de criação do Órgão de Meio-Ambiente do Estado do Acre - IMAC.

O IMAC foi aprovado, em 24.10.86, pela Lei Estadual nº 854, publicada no D.O.U. de 29.10.86.

Para a execução deste projeto foram utilizados os recursos do Projeto "Diretrizes Ambientais para o PMACI", repassados de acordo com os termos do convênio SEMA/Estado do Acre, assinado em 18.03.87.

(3) Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas

PROPOSTA

A proposta visa a capacitação técnica e científica da equipe do Setor de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas - CODEAMA, vinculada a Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas.

Programou-se para este projeto o montante de Cz\$ 98.000,00 (noventa e oito mil cruzados).

REALIZADO

Este projeto não foi iniciado em 1986, no entanto foi celebrado um convênio entre o Estado do Amazonas e SEMA para sua consecução em 16.02.87.

(4) Programa de Educação Ambiental

PROPOSTA

A proposta deste projeto visa a concepção e desenvolvimento de programas de projetos de Educação Ambiental na área de influência direta da BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco.

Não houve previsão de recursos.

REALIZADO

Este projeto foi reprogramado para início de execução após a implementação do IMAC.

4.3.2 - Estudos e Levantamentos Complementares.

Estes estudos envolvem dois projetos básicos: (1) Diretrizes Ambientais para o PMACI e (2) Levantamento das Áreas para Criação de Unidades de Conservação.

(1) Diretrizes Ambientais para o PMACI

PROPOSTA

O projeto visa subsidiar a definição das diretrizes de implementação da Política Nacional de Meio Ambiente na área-programa.

O montante programado para sua execução é de Cz\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzados).

REALIZADO

Não houve execução do Projeto. Do total de recursos alocados, Cz\$ 64.193,83 (sessenta e quatro mil, cento e noventa e três cruzados e oitenta e três centavos) foram utilizados na execução dos projetos "Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas" e "Apoio a Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre".

(2) Levantamento das Áreas para Criação de Unidades de Conservação da SEMA

PROPOSTA

A proposta objetivava a implantação de APAS, ARIES e Estações Ecológicas, considerando dados cartográficos biofísicos e sócio-econômicos. Programou-se para este projeto Cz\$ 274 950,00 (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzados).

REALIZADO

Foram levantadas as informações disponíveis e mantidos os contatos com técnicos do IMAC, CODEAMA, CONSEMA e UFAC, visando apoiar a SEMA na definição de novas Unidades de Conservação.

Para 1987 estão programados os estudos relativos as Reservas Estrativistas; seleção de áreas potenciais; e determinação da viabilidade de criação de Unidades de Conservação.

4.3.3 - Análise, Conclusões e Recomendações

As mudanças estruturais e administrativas dos órgãos envolvidos refletiram diretamente na execução das atividades previstas. Exemplos dessas entraves ocorreram no cumprimento dos cronogramas estabelecidos com as entidades de meio ambiente dos Estados do Acre e do Amazonas.

A SEMA executou parte das atividades propostas. Do total de Cz\$ 1.196.900,00 (hum milhão, cento e noventa e seis mil, novecentos cruzados), solicitados, houve repasse de Cz\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzados), dos quais até 31.12.86 comprovou somente Cz\$ 64.193,83, (sessenta e quatro mil, cento e noventa e três cruzados e oitenta e três centavos), o que de acordo com o estabelecido, na normas do PMACI, impediu o repasse dos recursos remanescentes.

Este desempenho inadequado é consequente de todo quadro político, institucional e administrativo que o país atravessa. Recomenda-se que a SEMA intensifique suas ações junto aos Órgãos Estaduais, onde o impacto ambiental está efetivamente se desenvolvendo, com vistas a obtenção de melhores resultados na implantação de suas próximas etapas de trabalho no PMACI.

4.4 - INCRA

4.4.1 - Estudos e Levantamentos Complementares

De acordo com a programação aprovada no PAP, o INCRA é responsável pela execução de três projetos: (1) Estudos Básicos para Seleção de Áreas para Colonização e Assentamento; (2) Sistematização dos Estudos Básicos da Estrutura Fundiária Regional; e (3) Levantamento Pedológico de Reconhecimento com alta Intensidade na Escala 1:50.000, que deveriam ser integralmente executados durante o exercício de 1986.

Posteriormente foram elaborados e encaminhados para apreciação três novos projetos: (4) Regularização Fundiária (Discriminação de Terras - Reservas Indígenas); (5) Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais PMACI (para famílias a serem transferidas das Reservas Indígenas); (6) Regularização Fundiária (área para preservação dos recursos naturais e implantação de projeto Seringueiro).

(1) Estudos Básicos para Seleção de Áreas para Colonização e Assentamento

PROPOSTA

Inclui a realização de estudos para seleção de áreas para assentamento.

REALIZADO

De acordo com o relatório apresentado os trabalhos referentes a este projeto foram concluídos, com a seleção de 06 (seis) glebas: Extrema, Porto Acre, Mário Lobão, Remanso, Florianópolis e Figueira, localizadas no Acre.

Entretanto, a identificação e seleção das glebas dependeu de critérios exclusivos do INCRA, não tendo sido objeto de discussões com os demais Órgãos. Além disso, os estudos para seleção de áreas restringiram-se apenas ao Estado do Acre.

Os recursos previstos, no valor de Crz 111 200,00 (cento e onze mil e duzentos cruzados) foram liberados.

(2) Sistematização dos Estudos Básicos da Estrutura Fundiária Regional

PROPOSTA

Este projeto inclui as seguintes atividades:

(1) Levantamento de dados a nível de escritório referente aos aspectos fundiários da área e coordenação dos trabalhos; (2) aquisição de material cartográfico, fotográfico e desenho; (3) reconhecimento a nível de campo para identificação da situação fundiária da área, referente aos aspectos sócio-econômicos da população; (4) elaboração de mapas, plotando a situação fundiária da área em estudo e coordenação dos trabalhos; e (5) elaboração do diagnóstico fundiário.

REALIZADO

Concluídos 61 diagnósticos fundiários das glebas localizadas no Estado do Amazonas (Projetos Fundiários Boca do Acre, Médio Madeira e Solimões), correspondendo aproximadamente a 14 857 072 ha de área. Os levantamentos fundiários dos Estados do Acre e Rondônia estão ainda em fase de execução. Os mapas fundiários, com plotagem de todas as glebas não foram concluídos.

As informações prestadas pelo INCRA não possibilitam uma melhor avaliação do desempenho do projeto. Nesse sentido, fica a dúvida se o total de 61 glebas trabalhadas no Estado do Amazonas corresponde a meta global prevista ou se ainda restam glebas para serem trabalhadas neste Estado. Igualmente, as informações sobre os Estados do Acre e Rondônia não especificam a meta global.

Os mapas fundiários a serem elaborados são de fundamental importância para a montagem do Zoneamento Ecológico-Econômico do PMACI. Daí, a necessidade de que esse trabalho caminhe de forma entrosada com a ação do IBGE, responsável pelos levantamentos de recursos ambientais e sócio-econômicos e elaboração do Zoneamento.

De acordo com a programação do PAP aprovada, estava previsto a alocação, em 1986, de recursos no valor de Cz\$ 694 500,00 (seiscentos e noventa e quatro mil e quinhentos cruzados). Foram liberados, Cz\$ 594 500,00 (quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos cruzados).

(3) Levantamento Pedológico de Reconhecimento com Alta Intensidade na Escala 1:50.000,

PROPOSTA

Este estudo compreende um levantamento pedológico de reconhecimento com alta intensidade, na escala 1:50.000, nas glebas pré-selecionadas, correspondente a 400 000 ha. Inclui, também, a fiscalização e acompanhamento dos trabalhos de campo.

REALIZADO

Foram apenas realizadas vistorias pela INCRA e EMBRAPA em cinco glebas (aquelas mesmas relacionadas no projeto, Estudos Básicos para Seleção de Áreas).

Este projeto, de acordo com a programação do PAP, deverá ser realizado pelo SNLCS da EMBRAPA, contratado pelo INCRA.

A meta prevista era realizar o levantamento pedológico de 400 000 ha ao custo de Cz\$ 1 286 700,00 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil, e setecentos cruzados). Em novembro de 1986 o INCRA encaminhou à apreciação da coordenação do GT-PMACI uma proposta de execução dos levantamentos formulada pela EMPRAPA. Por esta proposta o levantamento pedológico abrangeria 195 584 ha a um custo de Cz\$ 7.446 700,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e setecentos cruzados) o que excedeu em muito os custos previstos.

O projeto não foi executado e deverá constar da programação do PAP para 1987.

Em 1986, não foi feita a liberação de qualquer parcela de recursos para o projeto.

(4) Regularização Fundiária (Discriminação de Terras - Reservas Indígenas)

PROPOSTA

Este projeto consta da identificação e caracterização dos imóveis da gleba, levantamento e avaliação de benfeitorias de ocupantes; levantamento cartorial e indenização de benfeitorias. O projeto inclui, 21 áreas indígenas no Acre e 13 áreas no Amazonas.

REALIZADO

A execução deste projeto foi adiada para 1987 e condicionada à sua compatibilização com os trabalhos em desenvolvimento pelo PMACI II e, às decisões da Comissão Interministerial formada pela FUNAI, MIRAD e INCRA.

- (5) Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PMACI (para famílias a serem transferidas das reservas indígenas)

PROPOSTA

A proposta do INCRA para este projeto inclui as seguintes atividades: desapropriação por interesse social; medição e demarcação; fiscalização de serviços topográficos; supervisão de serviços topográficos; acompanhamento e supervisão de projetos; assentamento de famílias; construção de estradas; edificações; outras construções; levantamento pedológico de reconhecimento dos levantamentos pedológicos; administração; convênios e crédito rural.

REALIZADO

Da mesma forma que o anterior não foi realizado, estando condicionado as mesmas diretrizes do Projeto nº 5.

- (6) Regularização Fundiária (Área para Preservação dos Recursos Naturais e Implantação de Projeto Seringueiro)

PROPOSTA

Este projeto envolve as seguintes atividades: seleção e vistoria de imóveis rurais; avaliação de benfeitorias; perícia; indenização de benfeitorias e acompanhamento e supervisão fundiária.

REALIZADO

Encontra-se em fase de conclusão um levantamento de uma área de 200 000 ha nas cabeceiras do rio Xapurí

(município de Xapurí-Acre). Este levantamento feito pelo INCRA, atendeu solicitação do GT-PMACI que estuda modelos mais adequados de ocupação, tendo em vista a ameaça de desmatamento daquela área explorada por seringueiros.

Não houve alocação de recursos do PMACI.

4.4.2 - Análise, Conclusões e Recomendações

a) A programação do INCRA restringe-se em sua maior parte ao Estado do Acre;

b) Há necessidade de uma maior compatibilização das ações desenvolvidas entre os órgãos. Por exemplo, o projeto Seleção de Áreas para Colonização e Assentamento não poderia ser definido sob exclusiva ótica da política fundiária regional;

c) É necessário uma maior agilização no repasse dos recursos tanto a nível da coordenação do PMACI para o INCRA, como deste para as superintendências regionais. Isto é tanto mais grave quando se sabe que o período de trabalho de campo, na Amazônia, resume-se a poucos meses do ano. Igualmente, é necessário agilizar o processo de prestação de contas dos recursos liberados.

4.5 - EMBRAPA

4.5.1 - Estudos e Levantamentos Complementares

De acordo com a programação a EMBRAPA é responsável pela execução de dois projetos:

(1) Reconhecimento de Solos, Avaliação da Aptidão Agrícola e Indicativo Agro-Silvo-Patoril e (2) Conservação de Solo e Manejo Global. Previu-se para os projetos um cronograma de atividade de 12 meses em 1986, estendendo-se até 1987.

Iniciou as ações em 1985, tendo recebido recursos no valor de Cr\$ 100.000.00 (cem milhões de cruzeiros), que foram basicamente aplicados na aquisição de imagens de radar; aquisição de mapas altiplanimétricos nas escalas 1:250.000 e 1:100.000 e em estudos de seleção de onze áreas de interesse do INCRA.

(1) Levantamento de Reconhecimento de Solos, Avaliação da Aptidão Agrícolas e Indicativo Agro-Silvo-Pastoril.

PROPOSTA

Este levantamento inclui as seguintes atividades: leitura e fotointerpretação; viagem de correlação; mapeamento e análises de amostras e/ou perfis; preparação de relatório final, realização de curso em Rio Branco (AC) e em Porto Velho (RO).

REALIZADO

Foram realizadas as seguintes atividades até dezembro de 1986: fotoleitura e fotointerpretação em fo

lhas de imagens de radar, traçado de drenagem, análises de padrões e estabelecimento da legenda fotopedológica; planejamento e estabelecimento da metodologia para os trabalhos de campo; elaboração dos mapas bases, na escala 1:250.000 e viagem de coleta de perfis e amostras extras em diferentes locais (período janeiro/fevereiro de 1987).

O objetivo deste projeto é proceder levantamentos (solos, aptidão agrícola e indicativo agro-silvo-pastoril), indispensáveis à definição do macrozoneamento ecológico-econômico. Observou-se, no entanto, ao longo do exercício de 1986, dificuldades para estabelecimento do processo de cooperação entre EMBRAPA e o IBGE que refletiram nas atividades dos dois órgãos. Em fevereiro de 1987 houve uma reunião entre IBGE, EMBRAPA e IPEA/IPLAN quando se estabeleceu procedimentos para superação desses impasses.

O projeto, tinha seu término previsto para março de 1987, prazo que foi dilatado para outubro.

Os recursos alocados foram de Cz\$ 764.800,00 (setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos cruzados), sendo Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) ainda em 1985.

(2) Planejamento de Conservação do Solo e Manejo Global

PROPOSTA

Levantamento bibliográfico e obtenção de material básico; contato com técnicos das instituições envolvidas; serviços de escritórios; visita às áreas I, II e III para verificação dos problemas existentes e definição de metodologia; viagens para coleta de solos e águas; determina

ção analítica em laboratório das amostras coletadas no campo; interpretação dos dados de campo e de laboratório; preparação do relatório final, com sugestões referentes ao melhor uso e manejo de solo da região e respectivos mapas; entrega do trabalho final e curso de treinamento para técnicos e extensionistas.

REALIZADO

Foram adquiridas cartas topográficas de áreas dos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas.

O projeto tinha seu término previsto para março de 1987. Sua conclusão, contudo, foi estendida para dezembro de 1987. Quanto aos recursos financeiros estavam previstos, para 1986, Cr\$ 514.800,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos cruzados), os quais não foram liberados.

4.5.2 - Análise, Conclusões e Recomendações

Os projetos de responsabilidade da EMBRAPA têm a função de apoiar a ação dos demais órgãos convenientes. Daí, a importância de que suas atividades estejam perfeitamente compatibilizadas com as dos demais órgãos executores, especialmente o IBGE e INCRA. No caso do projeto Reconhecimento de Solos, Avaliação da Aptidão Agrícola e Indicativo Agro-Silvo-Pastoril um perfeito ajuste com o IBGE é de fundamental importância, uma vez que o seu resultado é indispensável para a elaboração do Macrozoneamento Ecológico Econômico. Nesse sentido, uma primeira tentativa foi feita, em fevereiro/87, quando uniram-se IPEA e EMBRAPA visando a definição de procedimentos operacionais de cooperação.

4.6 - IPEA

Como coordenador do PMACI, o IPEA tem sob sua responsabilidade o acompanhamento das ações dos órgãos executores, além de ser responsável direto pela contratação de alguns estudos complementares, necessários à elaboração do Plano de Ação Definitivo.

A fim de apoiar as ações dos órgãos setoriais, foi contratado o IBGE para execução de levantamentos de recursos naturais e sócio-econômicos na área do projeto.

4.6.1 - Atividades Desenvolvidas

(1) Projetos de Levantamento de Recursos Ambientais e de Aspectos Sócio-Econômicos da Organização do Espaço na Área do PMACI.

O Projeto em execução pelo IBGE abrange o Estado do Acre e áreas do Estado de Rondônia e Amazonas com aproximadamente 330.000 Km². Foi previsto o prazo de 12 meses para sua execução a um custo de Cz\$ 4.021.100,00. (quatro milhões vinte e um mil e cem cruzados)

PROPOSTA

Este projeto inclui as seguintes fases: reconhecimento preliminar da área; levantamento de campo; reinterpretação; mapas temáticos, integração (análises integradas para macrozoneamento ecológico-econômico); mapas e relatório final.

REALIZADO

O contrato entre IPEA e IBGE para realização do projeto somente foi assinado em agosto de 1986, o que pro

vocou o retardamento no início dos trabalhos, estando seu término previsto para novembro de 1987.

No exercício de 1986 foram efetuados os levantamentos bibliográficos, a interpretação temática de imagens, e iniciadas as operações de campo, terrestres e fluviais, sobre os temas de geologia, pedologia e vegetação, bem como elaboradas as bases cartográficas. Foram também estabelecidos os procedimentos para operações conjuntas dos órgãos convenientes.

Os recursos liberados totalizaram Cz\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados) dos quais foram efetivamente gastos e comprovados Cz\$ 1.007.380,24 (hum milhão, sete mil, trezentos e oitenta cruzados e vinte e quatro centavos).

(2) Atividades de Coordenação e Acompanhamento do PMACI.

Como coordenador, as principais atividades do IPEA em 1985 e parte de 1986 (até a aprovação do PAP, em 29.05.86) estiveram, especialmente, voltadas para o trabalho de elaboração, negociação e aprovação do Plano de Ação Provisório. Este trabalho envolveu discussões e articulações contínuas com os órgãos convenientes, Ministérios responsáveis pelos mesmos, Governos Estaduais e outros órgãos da administração federal que atuam na área do Projeto, além de permanentes contatos e negociações com técnicos do BID no Brasil e em Washington.

Foram também desenvolvidas articulações entre os órgãos convenientes e outras instituições visando a elaboração de estudo abordando a questão do extrativismo, com maior ênfase para a situação dos seringais nativos/se

ringueiros. Nesse sentido, em reunião de fevereiro de 1987 ficou decidida a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial "visando apresentar um breve diagnóstico da questão dos seringueiros na Amazônia e propor soluções técnico-institucionais que direcionem a ação integrada do governo no equacionamento desta questão". (Vide Anexo IPEA).

Implementação do PMACI

No processo de implementação do Projeto foram realizadas viagens aos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, objetivando avaliação das atividades desenvolvidas e acompanhamento da aplicação dos recursos alocados aos órgãos executores; vistoria às obras de pavimentação da rodovia BR-364 trecho Porto Velho-Rio Branco, visando a proteção do meio ambiente; contatos com governos estaduais e entidades da sociedade civil, para apresentação e discussão dos objetivos do projeto e definição de formas de participação dos mesmos na sua execução.

Contratação de Consultores

Visando apoiar os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos convenientes, tanto na fase de elaboração do PAP como na implantação dos projetos, foram contratados consultores para as seguintes áreas: Assuntos Indígenas - Dra. Carmem Sylvia de A. Junqueira; Meio Ambiente - Dr. Willem Pieter Groeneveld; Planejamento Ambiental, Prof. Eneas Salati.

Consolidação da Equipe de Coordenação

A complexidade e abrangência das funções de coordenação exigiu por parte do IPEA a contratação de profissionais de diversas formações, passando a equipe, a partir de 1986, a ter a seguinte composição: 02 arquitetos, 01 so

ciólogo, 03 antropólogas, 01 economista florestal e 01 economista, além de 03 funcionários de apoio administrativo.

5. ANÁLISE, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A avaliação do desempenho do PMACI não pode restringir-se a simples comparação entre as metas previstas e as realizadas, mas terá que considerar, principalmente, se os objetivos que embasaram a formulação do Programa estão sendo alcançados.

A criação do PMACI respondeu a preocupações, nacionais e externas, quanto à necessidade de serem adotadas medidas efetivas de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas e de elaboração de um plano que orientasse a ocupação de parte da Amazônia, sujeita aos impactos decorrentes da pavimentação da rodovia BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco. A proposta pioneira, através de atuação integrada dos órgãos federais, objetiva evitar a repetição de situações desastrosas provocadas pela construção de outras rodovias. O êxito do Programa responderia, antes de tudo, a compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro perante a sociedade nacional e ao agente externo financiador do projeto.

Esperava-se, assim, que o PMACI nessa primeira fase - Plano de Ação Provisório (PAP) - fosse implementado de forma ágil e eficiente, uma vez que as obras de pavimentação da rodovia foram iniciadas tão logo assinados os Contratos de Empréstimos.

A primeira avaliação do desempenho do PMACI, período 85/86, apresenta um quadro pouco alentador, quando se compara os resultados obtidos em relação aos objetivos e metas aprovados, como pode se ver a seguir.

Proteção às Comunidades Indígenas:

No ano de 1986 a FUNAI não cumpriu a proposta apresentada de demarcação de 17 áreas e regularização fundiária de 23, embora houvesse recursos disponíveis. O baixo desempenho de 1986 contrasta com o de 1985, ocasião em que foram demarcadas seis áreas indígenas.

Preservação do Meio Ambiente:

No tocante à utilização racional dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente na área de influência do PMACI, constata-se um baixo desempenho dos órgãos responsáveis. As ações desenvolvidas restringiram-se, praticamente, à criação do Instituto de Meio Ambiente (IMAC) e de um Batalhão Florestal pela polícia militar, no Estado do Acre; a assinatura, já em 1987, de alguns convênios com órgãos estaduais de meio ambiente e a realização esporádica de algumas operações de fiscalização. Estas ações tiveram pequeno impacto na área rural, para onde o enfoque principal do Programa está voltado. Não foi criada sequer uma única unidade de conservação, nem produzidos mapas atuais que mostrassem a ação antrópica na área do PMACI.

As consequências decorrentes do fraco desempenho apresentado pelo PMACI, até então, são de diversas ordens.

Para as populações indígenas a não realização da programação prevista, especialmente a demarcação das áreas, provoca a desorganização social das comunidades indígenas, uma vez que qualquer restrição territorial repercute de imediato na estrutura dessas sociedades. A demarcação das áreas é medida básica para garantir a posse permanente

e o usufruto exclusivo das terras, constituindo-se em pre requisito para qualquer política de proteção indígena, especialmente no caso de região sob forte processo de ocupação, como é a área do PMACI.

A realização das obras de pavimentação incentiva um avanço desordenado de migrantes e emprego maciço de capital provocando taxas crescentes de desmatamento na região. Esta conversão ilegal da floresta tropical para outros usos da terra, em geral não sustentáveis, resulta no desperdício de boa parte dos recursos naturais, através da destruição parcial ou total da flora e fauna das áreas afetadas que têm formado a base da economia da região por décadas. Além de concorrer para uma ocupação desordenada da área, o desmatamento tem provocado a expulsão das comunidades tradicionais da floresta, como os seringueiros e castanheiros; estes grupos têm tido um papel histórico e fundamental na conservação e uso apropriado dos recursos florestais da região. A expulsão dessas populações acarreta a existência de graves problemas sociais, uma vez que lhes restam como única alternativa emigrarem para os centros urbanos, quase sempre, na condição de marginalizados. A não criação de unidades de conservação na área, nesta fase do PMACI, provocará maiores dificuldades no futuro para a realização desse objetivo, uma vez que com o passar do tempo as áreas relevantes do ecossistema, passíveis de tornarem-se Unidades de Conservação, vão tendo outras destinações.

O atraso na conclusão do PAP faz com que não se disponha, em tempo hábil, de instrumento que oriente e discipline a ocupação da área sobre a qual atua o PMACI. Corre-se o risco, com o retardamento dos estudos, de vir a se aprovar um Plano de Ação Definitivo para uma realidade já superada.

Um outro tipo de consequência decorrente do desempenho do PMACI é de ordem financeira. A não utilização dos recursos financeiros aprovados e disponíveis para a programação do PMACI penaliza o Governo Brasileiro com o pagamento de taxa de comissão, em dolar, no caso dos recursos de origem externa (BID), quanto aos recursos nacionais a consequência direta é a desvalorização da moeda em decorrência do ritmo inflacionário ascendente.

O não cumprimento dos objetivos e metas por parte dos órgãos convenientes provoca um desgaste, tanto a nível nacional como externamente, em face da posição formal assumida pelo Governo Brasileiro ante as comunidades locais e internacionais. Internamente o descrédito é ainda maior, uma vez que o PMACI foi discutido e sua programação assumida diretamente com grupos representativos da sociedade dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, gerando expectativas face os resultados do Programa.

Algumas causas, que indiscutivelmente tiveram influência no desempenho apresentado pelo PMACI, são identificáveis, ao lado de outras que precisariam ser melhor pesquisadas. Sinteticamente, identificam-se a seguir algumas causas conhecidas.

1. demora no processo de elaboração, negociação e aprovação do Plano de Ação Provisório PAP que somente ocorreu em 29.05.86;

2. não cumprimento dos cronogramas aprovados por parte dos órgãos executores, provocando atraso na programação do PMACI e, em certos casos, impedindo a realização de projetos que dependem da conclusão de outros;

(3) descontinuidade administrativa que invariavelmente reflete-se na execução das ações do PMACI;

4. deficiência quantitativa e qualitativa de pessoal para execução das atividades;

5. falta de agilidade administrativa na operacionalização do PMACI, observada em diversas situações, tais como:

5.1 excessiva demora para assinatura dos convênios e na contratação de consultores;

5.2 morosidade na liberação dos recursos do PMACI; essa morosidade verifica-se em todos os estágios percorridos na liberação dos recursos, pelas diversas instâncias, do Ministério da Fazenda para SEPLAN-PR/IPEA, do IPEA para os órgãos executores e destes para as administrações regionais/estaduais. Não se pode esquecer que o regime de chuvas da Amazônia limita o tempo útil para trabalhos de campo a apenas alguns meses e que o atraso na transferência de recursos pode inviabilizar a execução dos projetos no prazo previsto;

5.3 morosidade no processo de prestação de contas por parte dos órgãos executores, já que a liberação de uma nova parcela de recursos depende da prestação de contas da parcela anterior, condição indispensável para o reembolso pelo agente financiador;

6. não cumprimento da exigência de apresentação do Plano de Aplicação detalhado por parte dos órgãos convenientes, como pré-condição para liberação dos recursos, tal como estipulado no Plano de Ação Provisório aprovado;

7. precário sistema de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos órgãos executores do PMACI, tais como: não cumprimento do calendário das reuniões de tra

balho previstas para serem realizadas mensalmente e das exigências de elaboração de relatórios de atividades mensais e trimestrais, tal como estipulado no Esquema Operacional do PMACI.

Diante do quadro apresentado, o PMACI de fronta-se com duas alternativas. A primeira delas implica na redefinição do Programa, avaliando seus objetivos e metas, e repensando, inclusive, a pertinência de sua continuidade.

A segunda alternativa levaria ao Governo Federal a assumir efetivamente a execução da política de defesa e proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas.

Prevalecendo esta segunda alternativa, deverão ser adotadas as medidas:

- capacitar os órgãos executores, dotando-os de pessoal técnico e equipamentos;
- prover a definição de critérios políticos a serem adotados na delimitação dos territórios indígenas e reservas florestais;
- promover meios para o exercício da fiscalização, controle do desmatamento e ocupação clandestina do território;
- liberar em tempo hábil os recursos a serem alocados para a área, aproveitando com a máxima intensidade o atual período da seca;
- institucionalizar o Programa, tornando-o invulnerável a mudanças político-administrativas que possam ocorrer.

sam impedir a solução de continuidade que o mesmo é obrigado;

- a institucionalização prevista anteriormente dar-se-á pela emissão de Decreto que reafirme as funções básicas definidas pelo Convênio Interministerial, bem como, com base nos levantamentos e informações disponíveis, delimitar áreas ideais de interesse federal (proteção às comunidades indígenas, de preservação e conservação de recursos naturais e de proteção às atividades de exploração de recursos naturais em pequena escala).

Funcionará no caso indígena, a interdição de área que deverá ser detalhada no prazo máximo de 180 dias pela FUNAI. Mecanismo semelhante deverá delimitar áreas ideais para implantação de Parques e Reservas, a serem detalhadas no prazo máximo de 180 dias pelo IBDF e SEMA.

No caso de áreas reservadas para manutenção de atividades de exploração de seringueiras e castanheiras, prioritariamente, serão escolhidas aquelas onde já se observam conflitos, como é o caso de Xapuri. Grupos constituídos por técnicos do MIRAD, do IBDF, e dos Governos dos Estados terão 180 dias para determinar o uso e ocupação da terra e posteriormente regulamentar a propriedade dessas áreas.

Que seja provido, no próprio Decreto, uma autorização especial de excepcionalidade para contratação imediata do pessoal necessário para implementação das providências, dentro do novo ritmo que se lhe busque imprimir.

Estas providências de caráter de urgência, que o caso requer, não exclui o início e a continuidade dos estudos necessários ao embasamento do PAD.

A N E X O S

CONTEÚDO

TÍTULO	Pag.
ANEXO 1: FUNAI	003
ANEXO 2: IBDF	036
ANEXO 3: SEMA	086
ANEXO 4: INCRA	117
ANEXO 5: EMBRAPA	125
ANEXO 6: IPEA	140
ANEXO 7: SIGLAS	186

ANEXO 1: FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ESTA FUNDAÇÃO, RELATIVO À DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, MEDIANTE RECURSOS DA PORTARIA Nº SEPLAN/SG-103/85 DE 01.07.85, PARA AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS DO PMACI.

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para o exercício de 1985 a FUNAI apresentou um Plano Operacional para a demarcação de 08 (oito) áreas indígenas, a saber: Boca do Acre/BR317 (50 Km), Camicuã (115 Km), Campinas (85 Km), Poyanawã (63 Km), Rio Jordão (160 Km), Nukini (102 Km), Rio Humaitá (190 Km) e Mumoodate (300 Km).

A previsão inicial da FUNAI foi de Cr\$ 2.000.000.000 (dois milhões de cruzeiros) e a Portaria SG 103/85 da SEPLAN autorizou através de recursos do Tesouro Nacional o valor de Cr\$ 1.263.000.000 (um bilhão e duzentos e sessenta e tres milhões de cruzeiros). O restante Cr\$ 737.000.000 (Setecentos e trinta e sete milhões de cruzeiros) será assegurado através de recursos externos.

Os recursos foram alocados à FUNAI, através do IPEA/IPLAN, e as áreas indígenas fazem parte do PMACI - Plano de Proteção ao Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas, incluídas na área de influência indireta da rodovia BR-364, no trecho Porto Velho/RO à Rio Branco/AC.

II - DETALHAMENTO DO TRABALHO TÉCNICO

A demarcação administrativa das terras indígenas obedece ao procedimento estabelecido em Decreto Presidencial, onde é determinado e discriminado os limites da área indígena previamente identificada. Obedecem à exigências técnicas específicas, tais como: amarração ao Sistema Cartográfico Nacional, estabelecimento das poligonais de locação, determinações de azimutes (à NV.), abertura de picadas, colocação de placas indicativas e implantação de marcos de cimento ou alumínio nas divisas que caracterizam a demarcação da terra, especificando os seus limites em número de Km demarcado e o conhecimento da sua superfície em hectares.

Os trabalhos demarcatórios foram realizados através de administração direta e ainda por Firmas especializadas, que se habilitaram através do Edital de Tomada de Preços nº 001/85 elaborado pela FUNAI.

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

II - DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

II.1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A FUNAI selecionou 03 (tres) áreas indígenas para serem demarcadas através de seu pessoal técnico, a saber:

II.1.1 - ÁREA INDÍGENA CAMICUÃ - (PROCESSO FUNAI/BSB/3643/85)

Grupo Indígena: APURINÃ

Localização: Município de Boca do Acre/AM

Perímetro previsto: 115 Km - Calculado= 137,12 Km

Área prevista: 35.000 ha - Calculada= 58.519,59.59 ha

HISTÓRICO:

Pela Portaria nº 1912/E de 31.07.85, o Sr. Presidente da FUNAI autorizava a iniciar os trabalhos de demarcação na Área Indígena, com base nos limites fixados pela Portaria nº 1.410/E de 15.09.82, portanto, anterior ao Decreto nº 88.118/83 que alterou a sistemática de Demarcação de áreas Indígenas. A demarcação ora realizada definiu o limite sul da área indígena, pois, desde sua identificação pairava dúvidas quanto sua localização.

A demarcação foi iniciada em 08/08 estendendo até 03/10/85, quando o Técnico em Agrimensura Doralício Dornelles Costa mediu e demarcou cerca de 93 Km, nos limites representados por linhas secas e ainda o Rio Purus. O rio Inauini e Igarapé São Francisco não foram medidos, porém, os dados foram extraídos das cartas topográficas editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, escala 1:100.000, nºs MI 1306, 1384 e 1385, ano 1984.

Os trabalhos topográficos foram amarrados através de poligonal até o Marco Geodésico nº 1448, implantado pelo IBGE na cidade de Boca do Acre

Concluída a fase de demarcação, esta área aguarda o Decreto de homologação ou mesmo de criação, pois, pelo Memo nº 016/85 a FUNAI encaminhava aos integrantes do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto nº 88.118/83, para a devida análise e aprovação. Este GTI já se reuniu em 29/05/85, oportunidade em que emitiram o Parecer nº 058/85, mas não assinado até a presente data, resta agora a FUNAI retificar as Minutas de Exposição de Motivos e Decretos, para que seja observado os novos limites constante do Memorial Descritivo de Demarcação.

RECURSOS

Os recursos alocados para esta área foram de Cr\$ 126.000.000 (Cento e vinte e seis milhões de cruzeiros) e foram gastos até 30.11.85 a importância de Cr\$ 105.048.683, retando um saldo de Cr\$ 20.951.312, que será destinados às áreas indígenas cujos recursos foram insuficientes.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Os recursos foram aplicados dentro dos elementos de despesas:

Diárias	Cr\$ 27.047.383
Passagens aéreas. . .	Cr\$ 15.960.700
<u>Suprimentos</u>	<u>Cr\$ 62.040.600</u>
S O M A	Cr\$ 105.048.683

DOCUMENTOS EM ANEXO

Planta de demarcação - Escala 1:100.000 - Tamanho grande
Planta de demarcação - Escala 1:250.000 - Formato A-4
Memorial Descritivo de Demarcação
Memo nº 016/COORD. GT/85 de 13.05.85
Parecer nº 052/85.

II.1.2 - ÁREA INDÍGENA CAMPINAS - (PROCESSO FUNAI/BSB/ 3642/85)

Grupo Indígena: Katukina

Localização: Cruzeiro do Sul/AC e Ipixuna/AM

Perímetro previsto: 85 Km - medido = 126 Km em fase de Cálculo

Área prevista: 28.862 ha - em fase de cálculo

HISTÓRICO

Pela Portaria nº 1910/E de 31.07.85, o Sr. Presidente da FUNAI autorizava iniciar os trabalhos demarcatórios na Área Indígena, nos limites estudados e identificados pelo GT criado através da Portaria 1619 de 30.01.84

A demarcação iniciou em 10.08.85 e estendeu-se até 27.10.85, e o Técnico em Agrimensura Orison Leite Ramalho mediu cerca de 126 KM e no momento esta área encontra-se em fase de Cálculos.

Os serviços demarcatórios partiram de marco geodésicos implantados pelo INCRA, pois a Gleba Santa Luzia é confrontante em parte com os limites da área indígena.

A área indígena Campinas recebeu recentemente sua aprovação através do Decreto nº 92.014 de 29.11.85, publicado no DOU em 29.11.85, restando agora a próxima fase que será a de Regularização Fundiária, prevista para o próximo exercício.

RECURSOS

Os recursos alocados para esta área foram de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) e foram gastos até 30.11.85 a importância de Cr\$ 72.605.263, restando um saldo de Cr\$ 17.395.737, que será destinado as áreas indígenas em que os recursos foram insuficientes.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Os recursos foram aplicados dentro dos elementos de despesas:

Diárias	Cr\$ 11.417.563
Passagens aéreas.	Cr\$ 9.187.700
Suprimentos	Cr\$ 52.000.000
<u>S O M A</u>	<u>Cr\$ 72.605.263</u>

DOCUMENTOS EM ANEXO

Cópia do Decreto nº 92.014/85

II.1.3 - ÁREA INDÍGENA NUKINI - PROCESSO FUNAI/BSB/3639/85)

Grupo Indígena: Nukini
 Localização: Município de Mâncio Lima/AC
 Perímetro previsto: 102 Km - medido = 136 Km
 área prevista: 30.900 ha - em fase de cálculos

HISTÓRICO

Pela Portaria nº 1911/E de 31.07.85, o Sr. Presidente da FUNAI autorizava o início da demarcação na área indígena, com base nos limites estudados e identificados pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 1019 de 30.01.84.

A demarcação iniciou no dia 19/08 e estendeu-se até o dia 28/11/85, conduzida pelo Técnico em Agrimensura Paulo Afonso Nunes de Carvalho, que mediu e demarcou 136 Km de perímetro. Os trabalhos foram amarrados no Marco Geodésico nº PA 201 da PETROBRAS.

A situação desta área perante o GT do Decreto nº 88.118/83, é de que a FUNAI encaminhou pelo Memo 004/COORD. GT/85 aos demais integrantes do citado GT, e a área obteve o parecer nº 047/85, porém não assinados pelos representantes.

RECURSOS

Os recursos alocados para esta área foram de Cr\$ 108.000.000 (Cento e oito milhões de cruzeiros) e foram gastos até 30.11.85 a importância de Cr\$ 62.305.440, restando ainda alguns débitos a serem saldados no mês de Dezembro, os quais aparecerão na próxima Prestação de Contas.

Os recursos foram aplicados dentro dos elementos de despesas:

Diárias	Cr\$ 7.269.140
Passagens aéreas.	Cr\$ 3.036.300
Suprimentos	Cr\$ 52.000.000
<u>S O M A</u>	<u>Cr\$ 62.305.440</u>

9

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

DOCUMENTOS EM ANEXO

Memo 004/COORD. GT/85

Parecer nº 047/85.

III - ÁREAS DEMARCADAS POR ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A FUNAI selecionou 03 (tres) áreas indígenas para serem demarcadas por Firms especializadas, isto porque, tais áreas indígenas são de difícil acesso, sem apoio logístico e seu perímetro excede a 100 Km, o que vem a requerer uma grande experiência e o apoio necessário.

Objetivando o cumprimento de sua programação a FUNAI criou pela Portaria nº 1908/E de 19.07.85 uma Comissão Especial de Licitação - CEL, incumbida de proceder a habilitação preliminar, insenção em registro cadastral e julgamento das licitações referente a execução de serviços topográficos em áreas indígenas a serem licitadas.

Pelo Edital de Tomada de Preço nº 001/85, publicado no Diário Oficial da União nos dias 25, 26 e 29/07/85, publicado no Jornal "O RIO BRANCO" em 24/06/85 e ainda no jornal "Alto Madeira" de Porto Velho em 24.07.85, e ainda dar ciência aos CREA de Brasília, Porto Velho e Rio Branco, era levado ao conhecimento público que seriam demarcadas a áreas indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá, Rio Jordão e Mamoadate, todas localizadas no Estado do Acre.

Em 07/08/85, as Firms apresentaram suas propostas, que após análise da CEL, mereceram suas homologações, tudo de conformidade do Decreto-Lei 200/73 (Processo FUNAI/BSB/ 28870/2329/85).

III. 1 - ÁREA INDÍGENA KAXINAWÁRIO HUMAITÁ (Proc. 3641/85)

Grupo Indígena: Kaxinawá

Localização: Município de Feijó/AC

Perímetro: 190 Km - superfície= 125.000 ha

Firma executante: TOP - TEC Ltda

Contrato nº 002/85 - início 19/09/85 - vigência 120 dias úteis

Ordem de Serviço: 002/DPI de 19/09/85

Valor do Contrato: Cr\$ 598.500.000 - Preço por Km = Cr\$3.150.000

Crédito Orçamentário: Projetos 4130(07) PIN/IPEA/DEMAT e

1581.4841.646 FINSOCIAL/DEMAT

Nota de Empenho: 1731 e 1732

HISTÓRICO

A área indígena Kaxinawá do Rio Humaitá teve seus limites fixados pelo Decreto nº 90.644 de 10.12.84, sendo a maior parte o divisor d'água que forma a bacia hidrográfica do Rio Humaitá.

Estava previsto ser demarcado 190 Km de perímetro, porém, face a

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

sinuosidade do citado divisor d'água, e ainda a extensão dos Igarapés Cocal e Floresta ser maior que o previsto nos mapas que serviram de base, os limites da Área Indígena Rio Humaitá sofrerá um acréscimo na ordem de 50% além da previsão inicial.

A Firma TOP-TEC Ltda realizou até 30.11.85 um total de 161 Km de perímetro medido, e realizará ainda este mês as determinações do pontos geodésicos, através de rastreamento de satélite.

RECURSOS

Os recursos alocados pela Portaria SG 103/85 foi de Cr\$234.000.000 (duzentos e trinta e quatro milhões de cruzeiros), porém insuficientes e o contrato assinado de Cr\$ 598.500.000 foi complementado com recursos do FINSOCIAL motivo dos dois empenhos. Haverá ainda nesta área uma acréscimo na Kilometragem a ser medida, e a Firma está propondo a assinatura de um Termo Aditivo ao contrato existente, porém, com a correção do preço em ORTN. A Firma já recebeu a importância de Cr\$ 133.875.000 e foram gastos pela FUNAI com deslocamentos para área e outras despesas a importância de Cr\$ 36.307.054.

DOCUMENTOS EM ANEXO

Decreto nº 90.644 de 10.12.84

Mapa demonstrativo dos serviços já realizados.

III.2 - ÁREA INDÍGENA MAMOADATE (PROCESSO FUNAI/BSB/ 3644/85)

Grupo Indígena: Jaminawá e Machinere

Localização: Município de Sena Madureira/AC

Perímetro: 300 Km - Superfície: 328.160 ha

Firma Executante: TOP - TEC Ltda

Contrato: 003/85 - início 19/09/85 -- vigência 120 dias úteis

Ordem de Serviço: 003/DPI de 19/09/85

Valor de Contrato: Cr\$ 643.160.000 - Preço por Km=Cr\$ 2.800.000

Crédito orçamentário: Projetos 4130(07) PIN/IPEA/DENMAT e

1584.4841.646/FINSOCIAL-DEMAT

Nota de Empenho: 1731 e 1732

HISTÓRICO

A área indígena Mamoadate teve seus limites estabelecidos pela Portaria 518/N de 06.09.78, e recentemente pelo Decreto nº 92.013 de 28.11.85, publicado no DOU em 29/11/85, foi declarada como de ocupação indígena.

Cerca de 70 Km do perímetro desta área é representado pelo limite internacional Brasil/Peru; razão pela qual não se fará demarcação nessa extensão, pois quem tem a incumbência de definir limite internacional é Primeira

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Comissão Demarcadora de Limites, Órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, e a demarcação da área indígena será amarrada nos marcos de fronteira, cujos dados foram fornecidos por aquela Comissão.

A firma TOP-TEC já realizou a determinação de tres pontos geodésicos para a amarração das poligonais eletrônicas e já implantou até 30.11 cerca de 170 Km de perímetro.

RECURSOS

Pela Portaria SG 103/85 foram liberados Cr\$ 390.000.000, e o Contrato assinado foi de Cr\$ 643.160.000, obrigando a FUNAI recorrer em outras fontes de recursos, motivo dos dois empenhos em favor da Firma.

Esta área também sofrerá um acréscimo na sua Kilometragem prevista, pois, as cartas que serviram de base para cálculos estavam defasadas e estimasse um acréscimo na ordem de 30%, oque implicará na assinatura de um Termo Aditivo ao Contrato, porém, a Firma está exigindo a devida correção com base nos índices oficiais ou seja a ORTN.

A Firma recebeu até 30.11.85 a importância de Cr\$ 126.000.000 e o pagamento é realizado mediante a apresentação dos trabalhos, conforme cláusulas contratuais.

DOCUMENTOS EM ANEXO

Decreto nº 92.013 de 28.11.85

Mapa demonstrativo dos serviços realizados até 30.11.85

Parecer da Comissão Demarcadora de Limites.

III.3 - ÁREA INDÍGENA KAXINAWÁ RIO JORDÃO - PROC FUNAI/BSB/3640/85

Grupo indígena: Kaxinawá

Localização: Município de Tarauacá/AC

Perímetro: 160 Km - superfície: 92.000 ha

Firma executante: ASSERPLAN - Engenharia e Consultoria Ltda.

Contrato: 001/85 -- início 19/09/85 -- vigência 120 dias úteis

Ordem de Serviço: 002/DPI/85 de 19.09.85

Valor do Contrato: Cr\$ 435.200.000

Crédito Orçamentário: Projeto 1581.484.1646/3.1.3.2(01) FINSOCIAL

Nota de Empenho: 1740/85

Recursos alocados: Cr\$ 201.000.000

HISTÓRICO

A área indígena Rio Jordão teve seus limites estabelecidos pelo Decreto nº 90.645 de 10.12.84.

O limite sul é representado pelo limite internacional Brasil/Peru,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

razão pelo qual não será demarcado, e os trabalhos topográficos ora em execução serão amarrados nos marcos de fronteira, conforme dados fornecidos pela Comissão Demarcadora de Limites.

A previsão inicial era de se demarcar 160 Km de perímetro, porém, tendo em vista a sinuosidade do divisor d'água que define a bacia hidrográfica do Rio Jordão, este perímetro será acrescido na ordem de 30%, o que obrigará a Firma a assinar um Termo Aditivo.

A Firma ASSERPLAN realizou até 30.11.85 um total de 174 Km de serviços topográficos.

RECURSOS

A portaria Sg 103/85 liberou a importância de Cr\$ 201.000.000, sendo portanto insuficiente para cobrir o contrato assinado de Cr\$ 435.200.000, obrigando a FUNAI recorrer a outras fontes de recursos, e o Empenho nº 1740/85 foi da verba FINSOCIAL. Os recursos alocados a esta área foram destinados a cobrir o débito existente nas áreas Mamoadate e Rio Humaitã.

Até 30.11.85 foram liberados à Firma a importância de Cr\$97.920.000, correspondente a 1ª parcela dos serviços executados.

DOCUMENTOS EM ANEXO

Mapa demonstrativo dos serviços realizados.

IV - ÁREAS INDÍGENAS QUE NÃO TIVERAM SUAS DEMARCAÇÕES INICIADAS

As áreas indígenas Boca do Acre/Km45 e Poyanawa não tiveram ainda suas demarcações iniciadas, motivadas pela não expedição do Decreto definindo seus limites.

Ambas as áreas foram encaminhadas aos elementos do GT do Decreto 88.118/83, mas apesar de todos os esforços da FUNAI não conseguiram sua aprovação.

RECURSOS

As importâncias destinadas à essas áreas foram repassadas às demais cujos valores alocados foram insuficientes.

V - CONCLUSÃO

A programação operacional para 1985 relativa a demarcação de 08 (oito) áreas indígenas, foi cumprida em parte. Foram demarcadas por administração direta as áreas indígenas Camicuã, Campinas e Nukini. Quanto as executadas por administração indireta, em atendimento ao Edital de Tomada de Preços nº 001/85, as áreas Kaxinawã do Rio Humaitã, Jordão e Mamoadate, já em fase bem adiantada suas demarcações e estão dentro do cronograma de execução

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

e prazos previstos, bem como obedecendo as Normas e Exigências da FUNAI.

No tocante as áreas indígenas Poyanawa e Boca do Acre/Km45, não tiveram suas demarcações iniciadas, apesar de serem encaminhadas aos integrantes do GT do Decreto 88.118/83, para que seus limites fossem definidos por um Decreto do Poder Executivo, resta agora os Órgãos envolvidos no PMACI a gestionar junto a FUNAI, MIRAD e MINTER, para que agilise sua aprovação e que a demarcação seja iniciada de imediato.

Para a demarcação das 06 (seis) áreas já foram gastos da importância autorizada pela Portaria SG-103/85, os seguintes valores:

Diárias	Cr\$ 45.734.086
Passagens aéreas.	Cr\$ 28.184.700
Suprimentos de fundos	Cr\$213.392.320
<u>Prestação de Serviços</u>	<u>Cr\$259.875.000</u>
S O M A	Cr\$ 547.186.106

O saldo existente de Cr\$ 715.813.894 que complementa o valor de Cr\$ 1.263.000.000, encontra-se empenhado em favor da Firma TOP-TEC e será liberado mediante a produção dos serviços por Km/demarcado, conforme cláusulas contratuais

Brasília, em 13/12/85


JOSE JAIME MANCINI
MEMBRO DO PMACI

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS
DE 01/12 a 30/12/85 NAS SEGUINTEs
ÁREA INDÍGENAS:

AI CAMPINAS

Demarcação executada por administração direta, utilizando os serviços técnicos do servidor ORISON LEITE RAMALHO, sendo que os trabalhos de campo foram concluídos no dia 27/10/85.

Os recursos previstos para a demarcação dessa área foram de Cr\$ 90.000.000, e os recursos efetivamente gastos foram de Cr\$ 72.605.263.

O servidor Orison encontrou os seguintes problemas para a execução dos trabalhos de campo:

- Dificuldade de transportes no final dos trabalhos, devido às chuvas torrenciais na região, tornando praticamente intransitável a Rodovia BR 364, dificultando as viagens para compra de mantimentos e viagem de retorno a Cruzeiro do Sul-AC.
- Alteração da equipe, com a necessidade de substituição de alguns trabalhadores contratados.

AI CAMICUÁ

Demarcação executada por administração direta utilizando os serviços técnicos do servidor DORALÍCIO DORNELAS DA COSTA, sendo que os trabalhos de campo foram concluídos no dia 03/10/85.

Os recursos previstos para a demarcação dessa área foram de Cr\$ 126.000.000, e os recursos efetivamente gastos foram de Cr\$ 105.048.683.

O Agrimensor DORALÍCIO DORNELAS encontrou os seguintes problemas para a execução dos trabalhos:

- Alteração na equipe de trabalho, com constantes substituições de pessoal e dificuldades para a sequência nos trabalhos por falta de conhecimento técnico dos auxiliares.

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Algumas alterações nos limites da área que causaram atraso nos trabalhos de demarcação.

AI NUKINI

A demarcação dessa AI foi executada por administração direta, utilizando os serviços técnicos do servidor PAULO AFONSO NUNES MARVALHO, sendo que os trabalhos de campo foram concluídos no dia 28.11.85, estando em fase de cálculo e desenho.

Os recursos previsto para a demarcação dessa área foram de Cr\$ 108.000.000, e os recursos efetivamente gastos foram de Cr\$ 68.070.347.

O Agrimensor PAULO AFONSO encontrou os seguintes problemas para a execução dos trabalhos de campo:

- Dificuldade de acesso à área, demorando aproximadamente quatro dias para chegar, por via fluvial.
- Alteração na equipe de trabalho, com constantes substituições do pessoal e dificuldades para dar sequência nos trabalhos por falta do conhecimento técnico dos auxiliares.
- Muitas chuvas na região na época dos trabalhos.

PI MAMGADATE

Os trabalhos de demarcação estão em andamento, sendo executados pela Firma "TOP TEC LTDA". O contrato firmado entre FUNAI/TOP TEC previa a demarcação num perímetro de 160 km, com preço unitário de Cr\$ 2.800.000 por km demarcado. Para efeito de empenho, o valor global do contrato foi estimado em Cr\$ 643.160.000.

Iniciou-se os trabalhos do campo no dia 07.10.85 através da OS Nº 03/85. Com o decorrer dos trabalhos descobriu-se que o perímetro iria ultrapassar aquele previsto em contrato, sendo que a firma requereu um termo aditivo, que foi feito, corrigindo o perímetro para 229,7 km conforme consta no Edital da Tomada de Preços 001/85 e prevendo um acréscimo nesse perímetro, que deverá ser pago à base de 48.03 ORTNs, por km demarcado. Os trabalhos prosseguem normalmente.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

AI KANINAWÁ DO RIO HUMAITÁ

Os trabalhos da demarcação estão em andamento, sendo executados pela Firma "TOP TEC LTDA". O contrato firmado entre FUNAI/TOP TEC previa a demarcação com perímetro de 160 km aproximadamente, com preço unitário de Cr\$ 3.150.000 por km demarcado. Para efeito de empenho, o valor do contrato foi estimado em Cr\$ 598.500.000.

Iniciou-se os trabalhos de campo no dia 19/09/85m através da OS Nº 02/85. Com o decorrer dos trabalhos, descobriu-se que o perímetro iria ultrapassar aquele previsto em contrato, sendo que a firma requereu um termo aditivo, que foi feito, corrigindo o perímetro para 190km, conforme consta no Edital de Tomada de Preços 001/85 e prevendo um acréscimo nesse perímetro que deverá ser pago à base de 58,96 ORTs por km excedente demarcado. Os trabalhos prosseguem normalmente.

AI KAXINAWÁ DO RIO JORDÃO

Os trabalhos de demarcação estão em andamento, sendo executados pela firma "ASSENPLAN - Engenharia e Consultoria Ltda". O contrato firmado pela FUNAI/ASSESPLAN prevê a demarcação num perímetro de 160 km, com preço unitário estipulado em Cr\$ 2.720.000 por km demarcado. Para efeito de empenho, o valor global do contrato foi estimado em Cr\$ 435.200.000.

Os trabalhos prosseguem normalmente.

FINSOCIAL/DEMAT - até 31.12.85

ÁREAS INDÍGENAS	RECURSOS EMPENHADOS	SALDO EMPENHO	RECURSOS ALOCADOS	RECURSOS LIBERADOS	SALDO
Boca do Acre (50 km)	-	-	28.000.000	*28.000.000	-
Camicuã (115 km)	-	-	84.000.000	*84.000.000	-
Campinas (85 km)	-	-	60.000.000	-	60.000.000
Poyanawa (63 km)	-	-	48.000.000	-	48.000.000
Nukini (102 km)	-	-	72.000.000	*15.640.000	56.360.000
Rio Humaita (190 km)	-	-	126.000.000	-	126.000.000
Rio Jordão (160 km)	-	-	109.000.000	109.000.000	-
Mamoadate (300 km)	-	-	210.000.000	-	210.000.000
Top Tec Ltda	241.660.000	241.660.000	-	-	-
Top Tec Ltda	50.000.000	50.000.000	-	-	-
Asserplan	435.200.000	198.560.000	-	-	-
TOTAL GERAL	726.860.000	490.220.000	737.000.000	236.640.000	500.360.000

OBS: * Valores lançados nas áreas acima, tendo em vista as liberações para as áreas Rio Jordão excederem aos recursos alocados (outras fontes). Rio Jordão Cr\$ 236.640.000 (duzentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros).

PEA - BR/364 - até 31.12.85

ÁREAS INDÍGENAS	GASTOS REALIZADOS				SOMA	OBSERVAÇÕES
	DIÁRIAS	PASSAGENS	SUPRIMENTOS	SERV. PREST. A DEMARCAÇÃO		
Camicuã	27.047.383	15.960.700	62.040.600	-	105.048.683	Com relação as áreas indígenas Mamoadate e Rio Humaita, a demarcação prosseguirá até o mês de janeiro de 1986 e serão liberados os recursos mediante a produção, portanto, existe um saldo de Cr\$ 417.475.000 (quatrocentos e dezesse te milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros)
Campinas	11.417.563	9.187.700	52.000.000	-	72.605.263	
Nukini	13.034.047	3.036.300	52.000.000	-	68.070.347	
Rio Humaita	-	-	36.307.054	197.347.500	233.654.554	
*Rio Jordão	-	-	10.619.666	97.177.500	107.797.166	
Mamoadate	-	-	425.000	238.000.000	238.425.000	
TOTAL GERAL	51.498.993	28.184.700	213.392.320	532.525.000	825.601.013	

IPEA - BR/364 - até 31/12/85

ÁREAS INDÍGENAS	RECURSOS EMPENHADOS	SALDO EMPENHO	RECURSOS ALOCADOS	RECURSOS LIBERADOS	SALDO
Boca do Acre (50 km)	-	-	42.000.000	-	42.000.000
Camicuã (115 km)	-	-	126.000.000	105.048.683	20.951.317
Campinas (85 km)	-	-	90.000.000	72.605.263	17.394.737
Poyanawa (63 km)	-	-	72.000.000	-	72.000.000
Nukini (102 km)	-	-	108.000.000	68.070.347	39.929.653
Rio Hunnaíta (190 km)	-	-	234.000.000	233.654.554	345.446
Rio Jordão (160 km)	-	-	201.000.000	107.797.166	93.202.834
Munoadate (300 km)	-	-	390.000.000	238.425.000	151.575.000
Top Tec Ltda	1.000.000.000	417.475.000	-	-	-
Diárias	-	1.773.604	-	-	-
Passagens	-	6.916.500	-	-	-
TOTAL GERAL	1.000.000.000	426.165.104	1.263.000.000	825.601.013	437.398.987

OBS:-O saldo existente esta comprometido para pagamento à Firma Top Tec Ltda, recursos já empenhado pelo empenho 1731/85 e que será liberado mediante a produção dos trabalhos, conforme previsto nos contratos nºs 02 e 03/85.



*ANEX
PMACI
NOK
25/1-87*

CT Nº 0025/87-SUAF Brasília-DF, 26 de janeiro de 1987.

Ilmo. Sr.
Dr. DAGOBERTO KOEHNTOPP
M.D. Coordenador Geral do PMACI/IPLAN
Nesta

Senhor Coordenador,

Em atenção ao Telex nº 1.905/86-GT PMACI, cum pre-nos encaminhar a essa Coordenação Geral o anexo Relatório anual das atividades desenvolvidas no âmbito do PMACI no curso de 1986, bem como a proposta de ação, incluindo os recursos financeiros indispensáveis, para o exercício de 1987.

Sendo só o que se apresenta no momento, perma neceremos ao seu dispor para qualquer informação adicional que se fizerem necessária, e subscrevemo-nos cordialmente.

Dalio Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

RJSL/mad

PMACI
Documento Recobido
Em *21/1/87* Por *AN*



PMACI
Documento Recebido
Em ... Por ...

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE
SENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PMACI, NO
CURSO DE 1986.

I - INTRODUÇÃO

No primeiro ano da Administração Jucá, a FUNAI experimentou sensíveis modificações em sua composição, abrangência funcional e estilo administrativo, com a implementação do programa de descentralização efetiva das atividades nas unidades regionais, de forma a garantir que a execução da política indigenista e o exercício das funções legítimas desta Fundação sejam desenvolvidas nas próprias regiões de atuação.

As ações relativas ao PMACI, no exercício de 1986, tiveram início na primeira quinzena de junho, com a análise e reformulação do cronograma de trabalho pertinente à FUNAI, conforme Instrução Técnica Executiva nº 018/SUAF, de 30.05.86.

No Plano de Ação do exercício de 1986, a FUNAI selecionou 17 áreas indígenas para serem demarcadas, totalizando 2.019.724 ha e 3.323 Km de perímetro, com um custo total previsto de Cz\$ 16.282.700,00 (dezesseis milhões, duzentos e oitenta e dois mil e setecentos cruzados).

Igualmente, foram previstas a regularização de 23 áreas indígenas, ao custo de Cz\$ 4.926.800,00 (qua



tro milhões, novecentos e vinte e seis mil e oitocentos cruzados). As referidas áreas correspondem aquelas demarcadas em 1985, no total de seis, e em 1986, no total de 17, correspondendo a uma área de 2.700.423 ha de superfície e 4.404 Km de perímetro.

Ao início de 1986, o orçamento global do PMACI I montava a Cz\$ 30.299.269.000 (trinta bilhões, duzentos e noventa e nove milhões e duzentos e sessenta e nove mil cruzeiros).

Entretanto, com a contenção determinada pelo Decreto nº 92.457/86, de 30%, o novo montante passou para Cz\$ 21.209.500,00 (vinte e um milhões, duzentos e nove mil e quinhentos cruzados), conforme discriminação abaixo (resumo):

AÇÃO PROGRAMADA	QUANTIDADE FÍSICA	PERÍMETRO/SUPERFÍCIE	CZ\$ MIL
			CUSTO TOTAL
. Demarcação	17	3.323 Km	16.282,7
. Regularização Fundiária	23	2.700.423 ha	4.926,8
TOTAL			21.209,5

Recursos financeiros recebidos, da SEPLAN/PR, durante o exercício de 1986, conforme Portaria SG nº 37, de 24.06.86:

CZ\$ 1,00

FONTE	DESTINAÇÃO	VALOR
Tesouro - PIN	PMACI (N .F. 618-0, de 28.08.86	1.200.000,00
Tesouro - PIN	PMACI (N.F. 1065-0, de 22.12.86	5.938.800,00
Tesouro - PIN	PMACI (N.F. 1072-8, de 22.12.86	1.375.391,25
TOTAL		8.514.191,25

Recursos transferidos para aplicação no exercí
cio de 1986, conforme discriminação abaixo:

AÇÃO PROGRAMADA	UNIDADE BENEFICIADA	TOTAL (CZ\$ 1,00)
		<u>2.904.012,75</u>
• Demarcação das AIs Boca do Acre e Igarapé do Caucho, conf. RE 440/N/APL/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	212.000,00
• Demarcação da AI Katukina Kaxinawá, conf. RE nº 514 /N/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	160.000,00
• Regularização da AI Caetitu, conf. RE nº 441/N/86	Sede/Bsb	724.058,38
• Regularização da AI Boca do Acre, conf. RE nº 448 /N/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	1.529.378,64
• Demarcação AI Boca do Acre, conf. RE nº 570/N/APL/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	17.024,00
• Demarcação da AI Kaxinawá de Nova Olinda, conf. RE nº 548/N/APL/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	184.000,00
• Regularização da AI Boca do Acre, conf. CI nº 0255/86-SUAF (N.F. nº 933/17/86	SUER 5ª Reg./ADR Rio Branco	77.551,73



Com referência a primeira parcela financeira de Cz\$ 1.200.000,00, a FUNAI já prestou contas ao IPEA, da importância de Cz\$ 724.058,38 (60,3%), conforme Carta nº 132/APL, de 15.10.86.

II - DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Das 17 (dezsessete) áreas previstas, 07 (sete) já foram decretadas e encontram-se em processo de demarcação, perfazendo um total de 474.390 ha, conforme relação abaixo:

ÁREA INDÍGENA	DECRETO Nº	ÁREA (HA)	RECURSOS APLICADOS
. Boca do Acre	92.645/86	8.650	17.024,00
. Igarapé do Caucho	93.071/86	9.540	36.574,00
. Cacau do Tarauacá	93.146/86	24.850	-
. Caititu	93.072/86	332.050	-
. Katukina/Kaxinawá	89.488/86	17.750	110.000,00
. Nova Olinda	93.142/86	32.150	115.238,37
. Kulina do Rio Envira	93.141/86	48.400	-
TOTAL		473.390	338.837,18

Das 07 áreas supracitadas, 04 áreas estão sendo demarcadas por Administração Direta e as 03 restantes por Administração Indireta, conforme discriminação abaixo:

- Por Administração Direta

1. Boca do Acre (acréscimo)

Os trabalhos de demarcação deverão ser concluídos após a demarcação da área indígena Igarapé do Caucho.



O Grupo de Trabalho incumbido de completar os trabalhos topográficos iniciados, conforme Portaria nº 1285/86, nos limites declarados de ocupação dos indígenas, estabelecidos pelos Decretos nºs 93.071 e 92.645/86, tem o prazo de 30 (trinta) dias para a execução dos trabalhos em campo, a contar de 19.01.87, consoante Ordem de Serviço nº 002/SUAF/87, de 15/01.

2. Igarapé do Caucho

Demarcação iniciada em 1986, conforme Portaria nºs 1298 e 1628, datadas de 25.08 e 09.10.86, respectivamente. O início dos trabalhos naquela área foi protelado em razão da não transferência dos recursos necessários, em tempo hábil.

O perímetro total a ser demarcado é de 60 Km e até 31.12.86 foram realizados 15 Km.

3. Katukina/Kaxinawá

Demarcação iniciada em 1986, conforme Portarias nºs 1295 e 1629/86.

O perímetro a ser demarcado é de 50 Km, e até 31.12.86 foram realizados 25 Km.

A demarcação em pauta deverá ser reiniciada ainda no mês de janeiro/87.

4. Kaxinawá de Nova Olinda

Demarcação iniciada em 1986, conforme Ordens de Serviço nºs 007 e 018/SUAF, datadas de 20.10 e 10.12.86, respectivamente.

O perímetro total a ser concluído é de 100 Km e até o dia 31.12.86 foram realizados 20 Km, sendo 13 Km de linha seca e 07 Km de linha d'água.

A demarcação em pauta deverá ser reiniciada ainda durante o mês de janeiro/87.

-Por Administração Indireta

A FUNAI realizou, em 05.12.86, a Tomada de Preços nº 001/86, objetivando a demarcação das áreas abaixo relacionadas em que foram vencedoras as firmas ASSERPLAN e TOP-TEC (contratos já firmados com as referidas firmas):

5. Cacau do Taraucá

Firma responsável pela demarcação:

- . ASSERPLAN Ltda
- . Contrato nº: 0029/86
- . Vigência: janeiro a fevereiro/87
- . Valor do Contrato: Cz\$ 874.691,20
- . Preço/Km: Cz\$ 10.933,64
- . Perímetro: 80 Km

6. Caetitu

Firma responsável pela demarcação:

- . TOP-TEC Ltda
- . Contrato nº: 0030/86
- . Vigência: janeiro a junho/87
- . Valor Contrato: Cz\$ 5.060.000,00
- . Preço/Km: Cz\$ 11.500,00
- . Perímetro: 440 Km

7. Kulina do Rio Envira

Firma responsável pela demarcação:

- . TOP-TEC Ltda
- . Contrato nº: 0032/86
- . Vigência: janeiro a abril/86
- . Valor do Contrato: Cz\$ 1.076.900,00
- . Preço/Km: Cz\$ 8.900,00
- . Perímetro: 121 Km



Outrossim, foi incluída na referida Tomada de Preços a área indígena Kaxarari abrangida pelo PMACI. Entretanto, as despesas decorrentes correrão à conta do POLONOROESTE, por fazer parte da sua programação anterior.

8. Kaxarari

- . Firma responsável pela demarcação: ASSERPLAN Ltda.
- . Contrato nº: 0031/86
- . Vigência: janeiro a abril/87
- . Valor do Contrato: Cz\$ 2.041.740,00
- . Preço/Km: Cz\$ 10.746,00
- . Perímetro: 190 Km

Áreas já demarcadas e que aguardam a edição do Decreto:

ÁREA INDÍGENA	PARECER	ÁREA (HA)
		<u>89.419</u>
. Camicuã	098/86	58.519
. Nukini	047/85	30.900

Áreas que receberam parecer favorável do GT constituído pelo Decreto nº 88.118/83, e aguardam a edição de Decretos demarcatórios:

ÁREA INDÍGENA	PARECER	ÁREA (HA)
		<u>846.804</u>
. Apurinã BR 317/Km 124	117/86	33.400
. Jaminawá	120/86	23.117
. Kulina do Médio Juruá	087/86	770.300
. Poyanawá	045/85	19.987

Áreas encaminhadas para apreciação e aprovação
do GT constituído pelo Decreto nº 88.118/83:

ÁREA INDÍGENA	ÁREA (HA)
	<u>292.700</u>
. Alto Purus	265.000
. Arara Igarapé Humaitá	27.700

Áreas a serem submetidas à apreciação do refe-
rido GT.

ÁREA INDÍGENA	ÁREA (HA)
. Kampa do Rio Amônia (*)	91.200
. Kampa do Rio Envira (*)	238.400
. Paumari (**)	(a identificar)

(*) incluída nos limites de fronteira
(**) concluída a identificação em campo

Áreas a serem reprogramadas para o exercício
de 1987:

ÁREAS PROGRAMADAS	ÁREAS (HA)
	<u>1.521.797</u>
. Poyanawa (***)	19.997
. Boca do Acre II (****)	8.650
. Alto Purus (**)	265.000
. Apurinã da BR-317 Km 124 (***)	33.400

. Kampa do Rio Envira (*) e (**)	238.400
. Kampa do Rio Amônia (*) e (**)	91.200
. Arara do Igarapé Humaitá (*****)	27.700
. Paumari (*)	52.750
. Kulina do Médio Juruá (***)	770.300
. Igarapé do Pau (*)	14.400

- (*) áreas a serem reestudadas no PMACI II
- (**) áreas de fronteiras, aguarda-se posição do CSN
- (***) áreas já com pareceres favoráveis
- (****) áreas já decretadas
- (*****) áreas já submetidas à apreciação do GT.

Em face do não cumprimento do Cronograma de Trabalho inicial, previsto para o exercício de 1986, dos 2.019.724 ha correspondentes a 17 áreas indígenas, somente 07 áreas tiveram seus trabalhos iniciados com a superfície de 497.997 ha, e o restante referente a 1.521.797 ha deverão ser reprogramados para o exercício em curso, conforme relação supracitada.

III - REGUALRIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Conforme já registramos anteriormente, foram previstas para o exercício de 1986 a regularização de 23 áreas indígenas com custo total de Cz\$ 4.926.800,00 (quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil e oitocentos cruzados). No entanto, só foram realizadas as seguintes atividades:

- áreas registradas nos Cartórios de Registros Imobiliários (CRIs) e em andamento no Serviço de Patrimônio da União (SPU)



ÁREA INDÍGENA	SUPERFÍCIE (HA)
	<u>406.610</u>
. Mamoadate	313.646
. Rio Gregório	92.859
. Kaxinawá da Colônia 27	105

Áreas em processo de registro nos Cartórios de Registros Imobiliários.

ÁREA INDÍGENA	SUPERFÍCIE (HA)
	<u>214.676</u>
. Rio Humaitá	127.383
. Rio Jordão	87.293

Áreas em processo de indenização pelas benfeitorias existentes (Caititu e Boca do Acre, com a superfície de 332.000 e 8.650 ha, respectivamente).

OCUPANTES	VALOR INDENIZADO
- Caititu	<u>724.058,38</u>
. Alaide Lopes de Oliveira	368.891,99
. Domingos Francisco da Cunha	355.166,39



- <u>Boca do Acre</u>	<u>1.597.930,37</u>
. Francisco Rodrigues Nogueira	130.926,49
. Adelino Toshinki Moribe	78.708,62
. Martinho Pedro dos Santos	235.545,55
. Júlio Antonio do Nascimento	208.865,10
. Benedito Anunciado de Lima	158.478,93
. Eurides Miguel da Costa	119.487,51
. Takaski Endoh	234.727,92
. Miguel Fernandes Ortiz	4.010,04
. Edmilson Farias de Oliveira	249.848,25
. Honorino Reolon	177.331,96

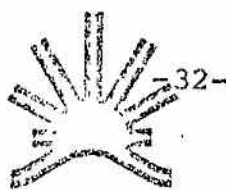
IV - ANÁLISE DE DESEMPENHO

Embora as negociações desse programa tenham sido iniciadas no 1º semestre/86, a aprovação do plano de aplicação de recursos só ocorreu em 24.06.86 (Portaria SG nº 037), sendo a primeira parcela financeira recebida em 28.08.86 e, a segunda, em 22.12.86.

Em assim sendo, o início da execução dos trabalhos ficou prejudicado, refletindo sobremaneira no cumprimento do cronograma físico previsto para o exercício em pauta.

V - Proposta de ação para o exercício de 1987, visando o alcance dos objetivos do PAP - Plano de Ação Provisório.

Para o exercício de 1987 estão previstas a demarcação de dezesseis (16) áreas indígenas, sendo as dez primeiras relacionadas, provenientes da programação de 1986 e,



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTERIO DO INTERIOR

as seis restantes, já constantes do Plano de Ação Provisório apresentado à Coordenação do PMACI, no final do exercício de 1985.

Os recursos destinados a custear as despesas decorrentes das referidas demarcações são da ordem de Cz\$ 76.126.000,00 (setenta e seis milhões, cento e vinte e seis mil cruzados), conforme Quadro I.

Com relação ao Programa de Regularização Fundiária foram selecionadas 23 (vinte e três) áreas indígenas com custo total de Cz\$ 7.038.000,00 (sete milhões e trinta e oito mil cruzados), conforme Quadro II.

DEMONSTRATIVO

- Demarcação

. Nº de áreas	16
. Superfície	3.768.110 ha
. Perímetro	4.883 Km
. Recursos Previstos	Cz\$ 76.126.000,00


- Regularização

. Nº de áreas	23
. Superfície	2.717.940 ha
. Recursos Previstos	Cz\$ 7.038.000

(Total da dotação orçamentária Cz\$ 83.164.000,00)

Brasília-DF, de janeiro de 1987.

RJSL/JJM/mad


Daltor Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - SUAF

PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL - 1987
 PROGRAMA: FMAI
 SUBPROGRAMA: DEMARCAÇÃO - QUADRO I -

U.F. ACRE E AMAZONAS

Nº	ADR	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	PERÍODO DE EXECUÇÃO												ÁREA (ha)	PERÍMETRO (Km)	PREVISÃO DE DESPESA		
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			X Cr\$ 1,00	DOLAR -	
01	RBR	POYANAWÁ	MÂNCIO LIMA-AC														19.997	63	284.000	17.844,80
02	RBR	ALTO PURUS	MANOEL URBANO-AC														265.000	400	6.300.000	395.852,96
03	RBR	APURINÃ BR 317 KM 124	LÁBREA-AM														33.400	100	1.620.000	101.790,76
04	RBR	KAMPA DO RIO ENVIRA	FEIJÓ-AC														238.400	350	5.040.000	316.682,37
05	RBR	ARARA IG. HUMAITÁ	CRUZEIRO DO SUL-AC														27.700	110	1.800.000	113.100,84
06	RBR	JAMINAWÁ	CRUZEIRO DO SUL-AC														23.117	90	302.000	18.975,80
07	RBR	KAMPA DO AMÔNIA	CRUZEIRO DO SUL-AC														91.200	160	2.880.000	180.961,35
08	RBR	KULINA DO MÉDIO JURUÁ	EIRUNEPÉ-AM														770.300	850	10.260.000	644.674,83
09	RBR	KULINA IG. DO PAU	FEIJÓ-AC														14.400	80	270.000	16.965,12
10	RBR	PAUMARI	LÁBREA-AM														52.750	130	2.000.000	125.667,60
11	RBR	APURINÃ IG. PENERI	PAUINI-AM														112.000	250	4.000.000	251.335,21
12	RBR	DENI	LÁBREA-AM														998.400	750	15.750.000	989.632,42
13	RBR	JARAWARA	LÁBREA-AM														130.000	200	4.200.000	263.901,97
14	RBR	ZURUANÁ	CAMARUÁ-AM														233.900	500	9.000.000	565.504,24
15	RBR	KANAMARI JURUÁ	EIRUNEPÉ-AM														697.546	700	9.720.000	610.744,58
16	RBR	JAMINAWÁ/ARARA	CRUZEIRO DO SUL-AC														60.000	150	2.700.000	169.651,27
T O T A L																	3.768.110	4.883	76.126.000	4.783.285,12

ELABORADO:

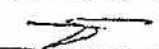
APROVADO:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - SUAF

PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL - 1987
 PROGRAMA: FPMCI
 SUBPROGRAMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

U.F. ACRE E AMAZONAS - QUADRO II

Nº	ADR	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	PERÍODO DE EXECUÇÃO												ÁREA (ha)	PERÍMETRO (Km)	PREVISÃO DE DESPESA		
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			X Cr\$1,00	DOLAR - U\$	
01	RBR	BOCA DO ACRE	BOCA DO ACRE-AM														26.167	147	2.000.000	125.667,60
02	RBR	CAMICUÃ	BOCA DO ACRE-AM														58.250	90	367.000	23.050,00
03	RBR	CAMPINAS	CRUZEIRO DO SUL-AC														28.862		80.000	5.026,70
04	RBR	POYANAWÁ	MÂNCIO LIMA-AC														19.997		600.000	37.700,28
05	RBR	NUKINI	CRUZEIRO DO SUL-AC														30.900		265.000	16.650,95
06	RBR	CAITITU	LÁBREA-AM														332.000	440	250.000	15.708,45
07	RBR	MAMOADATE	SENA E ASSIS-AC														313.646		50.000	3.141,69
08	RBR	RIO HUMAITÁ	TARAUACÁ-AC														127.383		396.000	24.822,18
09	RBR	RIO JORDÃO	TARAUACÁ-AC														87.293		52.000	3.267,35
10	RBR	ALTO PURUS	MAVOEL URBANO-AC														265.000	400	330.000	20.735,15
11	RBR	IGARAPÉ DO CAUCHO	TARAUACÁ-AC														9.540	50	265.000	16.650,95
12	RBR	KAMPA DO RIO ENVIRA	FELJÓ-AC														238.400	350	52.000	3.267,35
13	RBR	NOVA OLINDA	FELJÓ-AC														32.150	100	79.000	4.963,87
14	RBR	APURINÃ BR-317	LÁBREA-AM														33.400	100	500.000	31.416,90
15	RBR	JAMINAWÁ	CRUZEIRO DO SUL-AC														23.117	90	52.000	3.267,35
16	RBR	KULINA RIO ENVIRA	FELJÓ-AC														58.600	200	52.000	3.267,35
T O T A L																				

ELABORADO: 


APROVADO:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - SUAF

PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL - 1987
PROGRAMA: PMACI
SUBPROGRAMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

U.F. ACRE E AMAZONAS

Nº	ACR	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	PERÍODO DE EXECUÇÃO												ÁREA (ha)	PERÍMETRO (Km)	PREVISÃO DE DESPESA	
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			X C: \$1,00	DOLAR -
17	RBR	KAMPA DO AMÔNIA	CRUZEIRO DO SUL-AC													91.200	160	131.000	8.231,22
18	RBR	PAUMARI	LÁBREA-AM													52.750	150	-	-
19	RBR	KATUKINA/KAXINÁ	FELJÓ-AC													17.750	50	528.000	33.176,24
20	RBR	ARARA IG. HUMAITÁ	CRUZEIRO DO SUL-AC													27.700	110	265.000	16.650,95
21	RBR	CAÇAU DO TARAUACÁ	ENVIRA-AC													24.850	80	131.000	8.231,22
22	RBR	KULINA MÉDIO JURUÁ	EIRUNEPÉ-AM													770.300	850	593.000	37.260,44
23	RBR	KULINA IGARAPÉ DO PAU	FELJÓ-AC													14.400	80	-	-
				T O T A L												2.717.940	-	7.038.000	442.224,19

ELABORADO: 

APROVADO:

ANEXO 2: IBDF

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Período: junho a setembro/86

Programa: PMACI

No período de junho a setembro/86, através da Delegacia Estadual do IBDF no Acre, foram realizadas as atividades abaixo relacionadas:

1 - Manutenção e reforma de viaturas.

2 - Viagem de um técnico a Xapuri com objetivo de desenvolver trabalhos de extensão junto a comunidade local de seringueiros (período: 2 a 8 de junho). Destes trabalhos também participaram INCRA, SUCAM, LBA, Polícia Federal e Polícia Militar.

3 - Viagem de um técnico a Xapuri com objetivo de resolver problemas decorrentes da insatisfação da comunidade local de seringueiros quanto a desmatamentos da região (13 a 24 de junho).

4 - Ações de Fiscalização ao longo da BR 364 entre Serra-Madureira e Rio Branco, com a participação de 3 servidores, com ênfase em regularização de empresas florestais, reposição florestal e desmatamentos.

Desta ação resultaram a arrecadação de Cz\$ 17.331,18 (registros de empresas e reposição florestal) e Cz\$ 22.877,89 (aplicações de multas em desmatamentos) - Período 1 a 12 de setembro.

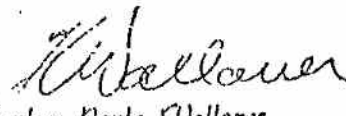
5 - Ações de Fiscalização ao longo da BR 317 entre Assis Brasil e Brasiléia com ênfase em desmatamentos, tendo dela participado 4 agentes. Desta ação resultou a aplicação de multas num total de Cz\$ 24.920,17. Período de 1 a 10 de setembro.

6 - Durante os meses de julho e agosto foram efetuadas ações de fiscalização com o estabelecimento de barreiras no entroncamento da BR 364 e 317.

7 - De 14 a 20 de setembro realizou-se uma "Semana da Tartaruga da Amazônia" com uma programação em escolas e praças públicas objetivando a conscientização para a necessidade de preservação da fauna aquática do Acre, com ênfase na Tartaruga da Amazônia.

Além das atividades acima descritas houve a participação de técnicos do Departamento de Economia Florestal do IBDF e da Coordenação de Programas Especiais em reuniões no Rio de Janeiro para, em conjunto com técnicos do IBGE, INCRA e SEMA discutir aspectos operacionais do Zoneamento Ambiental na área do PMACI. Em outra oportunidade, também no Rio de Janeiro foram elaborados os termos de convênio entre o IBDF e o IBGE, termos aditivos e programa de trabalho.

Brasília, 13 de outubro de 1986.


Jordan Paulo Wallaver
Coordenação dos Programas Especiais
Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

NOVEMBRO/1986.

DE/IBDF/AC/PMACI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

R O T E I R O

- 01.- PROGRAMA
- 02.- ÓRGÃO EXECUTOR
- 03.- OBJETIVOS GERAIS
- 04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- 05.- METAS ATINGIDAS
- 06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES
- 07.- NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO
- 08.- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES
- 09.- CONCLUSÃO
- 10.- SUGESTÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

NOVEMBRO/86

01.- PROGRAMA

Dinamizar a Extensão Florestal junto ao homem do campo, procurando informá-los sobre as normas e legislação do Instituto.

02.- ÓRGÃO EXECUTOR

A execução desse Programa está na responsabilidade desta Delegacia, junto ao GCFAL e POCOFs.

03.- OBJETIVOS GERAIS

Tais medidas executadas por esta Delegacia, objetiva / essencialmente a difusão da política florestal do Instituto.

Enquanto, que esta DE, aproveita o ensejo para que seja fiscalizadas as explorações desordenadas à flora e fauna, / sendo tomadas as medidas necessárias na forma da Lei.

Todo esse trabalho é levado em contra, em vista do fluxo migratório da pavimentação da rodovia BR 364, tracho Rio Branco/Porto Velho.

04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Na Extensão Florestal, é salientado ao homem do campo, a importância na preservação da natureza, a proteção às áreas de preservação permanente (rios, igarapés, vertentes, morros), as árvores de castanheiras e seringueiras, os animais silvestres, especialmente os ameaçados de extinção.

A ação fiscalizadora, é indispensável também, em vista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

de ser constatado pela fiscalização, explorações desordenadas não são às florestas, como também aos animais silvestres. Quando então/ são tomadas as medidas necessárias na forma da legislação em vigor.

05.- METAS ATINGIDAS.

No decorrer do mês de novembro do corrente, foi atendido apenas um Plano de trabalho, constante no memo. nº 150, de 05.11.8, desenvolvido pelo Eng. Florestal Dalmo Rufino e ADF Einar Lopes, no período de 07 a 11 de novembro, os quais estiveram mantendo contato com autoridades na "Extrema", Município de Plácido de Castro, / onde aguardaram a chegada do Sr. Jordam Paulo Wallauer-Coordenador dos Programas Especiais, e de lá eles acompanharam aquele Servidor (já procedente de Porto Velho), e seguiram para o Municípios de Plácido de Castro e Xapuri, e Brasiléia. O Coordenador dos Programas Especiais, tratou junto com autoridades dos Municípios de Plácido e Xapuri, objetivando escolher o terreno para construção dos POCOFs da Extrema e Xapuri.

06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES

Enquanto os Servidores Dalmo Rufino e Einar Lopes aguardavam o Coordenador dos Programas Especiais, procedente de Porto Velho, estiveram procedendo uma extensão florestal junto aos / proprietários rurais da "Extrema", e fiscalizando serrarias recém instaladas.

07.- NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO

Sempre será necessário a presença de equipes desta DE, / na localidade "Extrema", para atender a demanda de trabalho na área.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

08. NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES

Necessitamos de material didático em grande quantidade para distribuição gratuita aos proprietários rurais.

09.- CONCLUSÃO

A presença do Coordenador dos Programas Especiais, veio reforçar o relacionamento do órgão para com os demais daquela localidade "Extrema", salientando a importância do Instituto e sua política florestal.

10.- SUGESTÕES

Impressão de bastante material didático, que trate sobre normas e técnicas, legislação florestal, para distribuição gratuita aos proprietários rurais.

Rio Branco-Ac, 31 de dezembro de 1986.

João do Socorro Pereira
Chefe do G. GFAL/IBDF/DE/AC
Port. nº 148/91-P



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEMO. Nº150/86-GCFAL

Rio Branco-Ac, 05/novembro/1986.

Ao: -GD

Senhor Delegados

Pelo presente instrumento, submeto à aprovação de V. Sa., o PLANO DE VIAGEM, EXTENSÃO FLORESTAL E FISCALIZAÇÃO, a ser executado nos Municípios de Plácido de Castro, Xapuri e Brasiléia, no período de 07 a 11/11/86, considerando ainda a chegada à Extrema do Servidor Jordan Paulo Wallauer - Coordenador dos Programas Especiais, que ora deslocar-se-á daquele local, juntamente, com a Equipe para os demais Municípios acima citados.

PLANO DE VIAGEM, EXTENSÃO FLORESTAL E FISCALIZAÇÃO

- 01.- PERÍODO:- De 07 a 11 de novembro/86.
- 02.- COMPONENTES:- Einar Lopes (ADF e MOT.) e Dalmo Rufino (Eng. Flo)
- 03.- DIÁRIAS NECESSÁRIAS:- 04,5 (quatro e meia) diárias de cidade a cada componente.
- 04.- MEIO DE TRANSPORTE:- Rodoviário - Através do veículo Topota.
- 05.- OBJETIVOS PRINCIPAIS:-
 - Município de Plácido de Castro
 - De 07 a 09/11/86, proceder extensão florestal junto ao homem do campo, na Extrema;
 - Efetuar fiscalização nos pátios de serrarias e inspeção florestal, digo industrial às referidas, existentes naquela área;
 - Manter contato com autoridades locais;
 - Aguardar chegada do Coordenador dos Programas Especiais, para juntamente com o mesmo escolher terreno para o Posto Florestal Fixo, naquela localidade;
 - Municípios de Xapuri e Brasiléia
 - De 10 a 11/11/86 - Juntamente com o Coordenador dos Programas Especiais, fazer escolha do terreno para o Posto Florestal do Município de Xapuri;
 - Proceder extensão florestal junto aos moradores daqueles Muni-

Recebido
05.11.86
vabal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Municípios, sobre normas e legislação florestal;
-Manter contato com autoridades locais.

06-JUSTIFICATIVAS NECESSÁRIAS:-

O início da viagem será numa sexta-feira(07/11), em virtude da equipe ter que aguardar e acompanhar o Servidor Jordon Pau Wallauer, Coordenador dos Programas Especiais.

OBSERVAÇÕES:- Os recursos que custearão a viagem serão oriundos do
PMACI:

Jorge de Socorro Pereira
JORGE DE SOCORRO PEREIRA
CHEFE DO GCPAL
PORT. N.º 145/51 - RDD/AC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IBDF

OF. Nº 154/86-CPE/IBDF

Brasília, 03 de outubro de 1986.

Do: Coordenador de Programas Especiais do IBDF

Ao: Dr. Dagoberto Koenhtopp - Coordenador do GT-PMACI


Senhor Coordenador,

Com relação a proposta do IBDF para atuação na área do PMACI I, referente a programação 86/87, informamos ser viável no período citado, a implantação de projeto para Proteção e Manejo de Quelônios; a construção de 2 (dois) Postos Florestais, sendo um em Xapurí e outro em Extrema; Levantamento básico, a partir de imagens de satélites, de áreas previamente selecionadas como potenciais Unidades de Conservação e demais estudos para seleção de áreas em campo, e conhecimento da situação fundiária; continuação do monitoramento da alteração da cobertura vegetal natural da área do PMACI e compra de 3 (três) veículos para fiscalização móvel no Estado.

Com relação a proposta do IBGE, referente a alteração dos limites do Programa, é do entendimento do IBDF aceitá-la, não tendo detectado nenhum impedimento técnico.

Na oportunidade aproveitamos para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Ipiran Paulo Wallaves
Coordenação dos Programas Especiais
Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

R E L A T Ó R I O T É C N I C O

OUTUBRO/1986.

DE/IBDF/AC/PNAGE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

ROTEIRO

- 01.- PROGRAMA
- 02.- ÓRGÃO EXECUTOR
- 03.- OBJETIVOS GERAIS
- 04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- 05.- METAS ATINGIDAS
- 06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES
- 07.- NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO
- 08.- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO
- 09.- CONCLUSÃO
- 10.- SUGESTÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

01.- PROGRAMA

A execução da Extensão Florestal aos proprietários / rurais, seguida de ação fiscalizadora à flora-fauna silvestre.

02.- ÓRGÃO EXECUTOR

A execução deste Programa estão a cargo da Delegacia/ Estadual do IBDF, através do GCFAL e POCOFs.

03.- OBJETIVOS GERAIS

O Programa objetiva essencialmente efetuar a difusão da Política Florestal do Órgão, como: normas e legislação florestal, procurando-se ao mesmo tempo evitar que sejam destruídos os recursos naturais renováveis, em vista do fluxo migratório na Rodovia BR 364 - Porto Velho/Rio Branco.

04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto à Extensão Florestal. é salientado a importância à proteção às áreas de preservação permanente, às árvores de Castanheiras, seringueiras, madeiras nobres; e aos animais silvestres da região.

Nessas operações, é aproveitado o ensejo para que seja fiscalizados os desmates irregulares no trecho da Rodovia BR 364, e verificado outras irregularidades como: abate e aproveitamento de castanheiras; instalação de serrarias e outras / categorias sem registro no IBDF, etc. Cujas medidas são levadas a efeito na forma da Lei.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

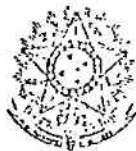
05.- METAS ATINGIDAS

No decorrer do mês de outubro do corrente ano, foram atendidos os Plano de Viagem, Fiscalização e Extensão Florestal, / constantes nos Memorandos nPs. 121/86 a 127/86, expedidos pelo / GCFAL e devidamente aprovados pelo Sr. Delegado Estadual do / IBDF-Ac, cujas viagens foram custeadas com recursos do PMACI, / objetivando intensificar a extensão florestal naquela área, e ao mesmo tempo manter a fiscalização aos desmates irregulares nas propriedades rurais daquele Município.

Pelo Plano constante no Mem. nº 121/86, através da equipe formada pelos servidores: Einar Lopes (ADF) e Manoel Adalberto / Deurado (Chefe do PCCOP/FC), foi desenvolvido um trabalho de / extensão florestal junto aos proprietários rurais sobre a legisla- / ção em vigor, especialmente a Lei nº 7.511/86, assim como, / foram orientados aqueles cidadãos sobre a consulta prévia ao IBDF, quando for dar início a desmates, e evitar abater casta- / nheiras, seringueiras e outras madeiras nobres, e proteger as / margens dos rios e igarapês.

Esse trabalho desenvolveu-se no período de 29.09 a 04.10. 86., na Rodovia AC 040 e Projeto PAD PEIXOTO, no Município de / Plácido de Castro. Quanto à ação fiscalizadora no campo, foram / efetuadas 10 (dez) atuações, totalizando em Cz\$ 110.720,272021 (cento e dez mil, setecentos e vinte cruzados e vinte e hum cen- / tavos.

Quanto ao Plano constante no Mem. nº 127/86, foi executado pela equipe formada pelos servidores: Walter Fernandes (ADF) e / Edmar G. Fernandes (A.ADF), no período de 13 a 19/10/86, nos Muni- / cípios de Senador Cuiomar e Boca do Acre-Am, mais certamente na Rodovia BR 317 que liga as duas cidades. Na extensão florestal / foi salientado ao homem do campo não dar início aos desmates / sem antes de consultar o IBDF sobre o assunto e atender a Lei / nº 7.511/86, orientando-os ainda a evitarem a abaterem ou quei- / marem castanheiras, seringueiras e protegerem as margens dos / igarapês e vertentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

No âmbito da fiscalização aos desmates irregulares, e às fírmãs madeireiras ilegais, a equipe fiscalizadora procedeu 05 / (cinco) autuações, totalizando no valor de Cz\$ 12.845,50 (doze mil oitocentos quarente e cinco cruzados e cinquenta centavos).

06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES

Além da extensão florestal desenvolvida junto aos proprietários rurais das Muniçípios, as equipes procedram fiscalizações aos desmates irregulares, fírmãs madeireiras ilegais e mantiveram contacto com autoridades locais, tratando sobre assunto de interesse desta DE.

07 - NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO

Necessitamos manter contínuo esse trabalho nas Rodovias BR 364 e BR 317, estendendo ainda aos Muniçípios de Sena Madureira, Feijão, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

08.- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES

Necessitamos aumentar nosso quadro de pessoal e frota de veículos, para que possamos atender a contento todo o Estado, especialmente, quanto à extensão florestal, nas áreas abrangidas indiretamente pela Rodovia BR 364..

09.- CONCLUSÃO

O trabalho de campo desenvolvido no mês de outubro, também trouxe resultados positivos para este Órgão, não só na área da extensão florestal, como também na fiscalização à flora-fauna.

10.- SUGESTÕES

Se faz necessária obtenção de bastante material informativo sobre normas e legislação do Órgão, como folhetos, cartazes, Manuais, etc, para atender melhor os objetivos do Programa.

João de Souza Pereira
Chefe do GCI AL/150F/DE/AC
Pax. 114 148/51-1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memor. nº 121/86 - GCFAL Rio Branco - Ac, 25 de Setembro de 1986.-

Senhor Delegado,

Visando aproveitar a época do verão, para dar continuidade aos trabalhos de vistorias pós-deamates nas áreas situadas no trecho da Ac-040 e Projeto de Assentamento PAD Peixoto, apresento a V.Sa., Plano de Viagem, a ser desenvolvido na semana vindoura, conforme discrimino abaixo:-

PLANO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO:-

- 01 - Período de 29/09 à 04/10/86
- 02 - Componentes - Manoel Adalberto Dourado e Einar Lopes.
- 03 - Diárias Necessárias - 5,5 (cinco e meia) diárias de campo para o Agente de Defesa Florestal - Manoel Adalberto Dourado e 5,5 (cinco e meia) diárias de cidade para o Agente de Defesa Florestal Einar Lopes.
- 04 - Meio de Transporte - Através do veículo Gurgel do Posto de Plácido do Castro.
- 05 - Objetivos - Promover extensão florestal na Ac-040 e Projeto PAD Peixoto.

- Proceder vistorias em áreas de deamates e coibir a retirada clandestina de madeira em tora, no trecho da Ac-040 e Projeto de Assentamento PAD Peixoto, no município de Plácido do Castro.

O.B.S - Solicita - se passagens de ônibus ida/volta para o Agente de Defesa Florestal Einar Lopes.

- Salientamos que os recursos para custeio da viagem serão oriundos do PHACI.

Atenciosamente,

Recebi em 25/09/86
[Assinatura]

[Assinatura]
CORPO DE SOCORRO PEREIRA
CHEFE DO GCFAL
FORT. N.º 14511 - IBB/PAQ

MEM. Nº 127 DE 1986, 30 de Maio/86. Ao: GD

Senhor Delegado,

Em atendimento às denúncias recebidas de moradores da Estrada de Boca do Acre, sobre irregularidades referentes desmatamentos, derruba e queima de árvores de cacaueiras sem a licença prévia desta Delegacia, pelo exposto, apresento a V. Sã. P. DE VIAGEM, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO FLORESTAL, a ser cumprido no trecho da BR 317, nos Municípios de Seador e Rio de Janeiro, respectivamente, conforme abaixo delineado:

PLANO DE VIAGEM, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO FLORESTAL

- 01.- PERÍODO - De 13 a 19 de ^{setembro} setembro/86
- 02.- COMPONENTES - ADF ~~Haroldo~~ Filho
Aux.ADF Edgar de Fernandes e
01(hum) motorista (a critério do GEA)
- 03.- DIÁRIAS NECESSÁRIAS:-
-6,5(seis e meia)diárias urbanas a cada componente.
- 04.- MEIO DE TRANSPORTE:- Através de veículo do DE
- (a critério do GEA)
- 05.- OBJETIVOS PRINCIPAIS:-
a- Proceder extensão florestal junto aos
parceiros do Projeto de Ass. Santa PAD Paixoto,
quanto à habilitação das áreas e legislação ao órgão;
b- Proceder fiscalização aos desmatos, derruba e queima de árvores de cacaueiras sem permissão //
des a Delegacia;

Continuação...

c- Efetuar levantamento das condições e visitar as unidades de Saúde em municípios de São Paulo, São Carlos e Bosa do Iva.

06.- JUSTIFICATIVAS NECESSÁRIAS:-

Em virtude das viagens já efetuadas nos // Municípios de São Carlos e São João del-Rei, inclusive // sendo necessário que os componentes família e refeições naquelas cidades, foi solicitado diárias urbanas aos interessados para que possam custear tais despesas.

CONSERVAÇÕES:- Solicitamos a possibilidade das diárias serem pagas com recursos oriundos do PIUR.

Contando com a sua atenção e aprovação deste Plano firmo-me



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE VIAGEM

01 - INTRODUÇÃO:

Atendendo instrução do Plano de Viagem Fiscalização e Extensão Florestal, constante no Memo. nº 127/86 de 30/09/86, foi desenvolvida uma operação na estrada de Boca do Acre, através dos servidores: Walter Fernandes Filho (ADF), Edmar Gomes Fernandes - ADF, no decorrer do período de 13 a 19 de outubro do corrente.

02 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:

Durante esse período foi procedida uma rigorosa fiscalização aos desmates irregulares, derruba e queima de castanheira, no percurso da BR-317 e ramais, trecho Rio Branco/Boca do Acre. Naquela oportunidade, foi executado ao mesmo tempo, um trabalho de orientação aos proprietários rurais, localizados na estrada de Boca do Acre, no sentido de evitar iniciar desmates sem prévia consulta ao IBDF, abate de, digo, abate e queima de árvores de castanheira; proteção ao redor dos açudes e às margens dos igarapés.

Foram fiscalizadas também as firmas madeiras na BR-317 e em Boca do Acre, autuado, digo, autuando aquelas que se encontravam irregulares para com o IBDF.

AUTUAÇÕES LEVADAS A EFEITO NESTA VIAGEM.

- 01 - Waldomiro Oliveira dos Santos - Auto nº 0118227 - Valor CZ\$- 2.569,10.
- 02 - Madreira Espinosa - Auto nº 0118228 - Valor CZ\$ - 2.569,10.
- 03 - Antonio Bemvindo da Silva - Auto nº 0118229 - Valor CZ\$-1.284,55
- 04 - Agro-Pecuária União Ltda - Auto nº 0118232 - Valor CZ\$ -5.138,20
- 05 - Osvaldo Alves Ribiero - Auto nº 0118233 - Valor CZ\$- 1.284,55

TOTAL: 12.845,50.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

03 - SUGESTÕES:

Instensificar a fiscalização no percurso da BR-317 - Estrada de Boca do Acre, por um período mais abrangente, para que possam efetuar um trabalho mais completo e satisfatório.

Rio Branco - Ac, 21 de Outubro de 1986.-

Valtor Fernandes Filho
Assessoria Defesa Florestal
RORAIMA/ACRE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATORIO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO:

DESTINO: PLÁCIDO DE CASTRO/EXTREMA

COMPONENTES: MANOEL ADALBERTO DOURADO GOMES E EINAR LOPES

TRANSPORTE: VEÍCULO CURCEL PLACA AC 0461/POCOF/PLÁCIDO DE CASTRO

Aos 06 (SEIS) dias do mês de outubro do ano de 1986, por volta das 10:00 horas, saímos desta cidade com destino ao município de Plácido de Castro, a fim de atendermos Plano de Viagem e Fiscalização, conforme MEMO/Nº 121/86-GCFAL de 25/09/86, mais precisamente denúncias feitas a este Órgão sobre desmate de grande porte naquela área, ressaltando o trabalho de extensão florestal junto ao homem do campo.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

No mesmo dia iniciamos nosso trabalho visitando as colônias do Sr. Jair Ferreira e de dona Aparecida Neuza Ferreira, nas quais foram verificados desmates sem autorização, na oportunidade de lavramos os AUTOS-DE-INFRAÇÃO Nºs 0116954 e 0116955, respectivamente.

No dia seguinte demos continuidade ao nosso serviço visitando a fazenda Niteroy de propriedade do Sr. Flávio Maia Cardoso, onde foi constatado uma área de desmate de 350 (TREZENTOS E CINCOENTA) ha sem autorização efetuada em 1985, e uma outra área de desmate de 600 (SEISCENTA) ha sem autorização deste ano, como também foram encontrados 10 (DEZ) igarapés e 06 (SEIS) nascentes sem a devida proteção, ou seja, completamente desmatados, verificou-se também a morte de 145 (CENTO E QUARENTA E CINCO) árvores de castanheira (BERTHOLETTIA EXCELSA) ocasionada pelo fogo durante a queimada como também foram encontrados em depósito 13 (TREZE) toras de castanheira (BERTHOLETTIA EXCELSA) e 40m3 de madeira serrada da mesma espécie, que foi autuado com os AUTOS-DE-INFRAÇÃO Nºs 0116956 e 0116957.

Continua na folha nº 02

Manoel Adalberto Dourado Gomes
Einar Lopes
MATE Nº 011 255-0
SNT. POCOF/REU/Placido de Castro 86



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO V FOLHA Nº 02

Continuando nosso trabalho, visitamos a colônia do Sr. Arsenio Reckziegel, lá constatamos desmate sem autorização, lavramos o AUTO-DE-INFRAÇÃO nº 0116958; visitamos também a colônia do Sr. Francisco Moreira Nóbrega, constatando desmate em área de preservação permanente as margens de 01 (UM) igarapé, desmate na reserva florestal e o abate de 06 (SEIS) castanheira (BERTHOLETTIA EXCELSA), lavramos o AUTO-DE-INFRAÇÃO nº 0116959; visitamos ainda as áreas dos Srs. Juventino Alves de Barros; Pedro Waldir Reichert e Joaquim Targino Filho, constatado em todas as áreas desmate sem autorização, lavramos os AUTOS-DE-INFRAÇÃO Nºs 0116960, 0116961 e 0116962 respectivamente, depois seguimos viagem até a Serraria, Madeireira Botelho Ltda, encontramos um depósito de 02 (DUAS) árvores de castanheira Secca (BERTHOLETTIA EXCELSA), lavramos o AUTO-DE-INFRAÇÃO nº 0116963.

AUTOS LAVRADOS E RESPECTIVOS VALORES

01 - JAIR FERREIRA	AUTO L. Nº 0116954	513,82
02 - APARECIDA NEUZA FERREIRA	" " " 0116955	256,91
03 - FLÁVIO MAIA CARDOSO	" " " 0116956	25.691,00
04 - FLÁVIO MAIA CARDOSO	" " " 0116957	66.796,60
05 - ARSENI0 RECKZIEGEL	" " " 0116958	2.055,28
06 - FRANCISCO MOREIRA NÓBREGA	" " " 0116959	12.837,50
07 - JUVENTINO ALVES DE BARROS	" " " 0116960	1.027,64
08 - PEDRO WALDIR REICHERT	" " " 0116961	513,82
09 - JOAQUIM TARGINO FILHO	" " " 0116962	256,91
10 - MADEIREIRA BOTELHO LTDA	" " " 0116963	770,72
TOTAL		110.720,21

Dando continuidade ao nosso trabalho, nos deslocamos até a localidade denominada Nova Califórnia e entramos em contato com o administrador daquela área Cap. JM Cunha, que nos informou sobre a urbanização ali existente e que já se encontra uma área aberta medindo 200m X 600m, e dividida em lotes de 15m X 30m.

Continua na folha nº 03

[Assinatura]
 ACQUISIÇÃO DE LANCADA Nº 10
 FOLHA Nº 02 DE 02
 PÓS-PROCESAMENTO Nº 10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO Folha nº 03

Informando ainda que a madeira existente na área está sendo serrada em uma Serraria da comunidade para benefício dos moradores locais.

Seguindo viagem, chegamos a localidade denominada Extrema, que a exemplo de Nova Califórnia, está fazendo urbanização, cujo administrador é o Cap. FM Antonio, que nos informou a chegada diariamente àquela localidade de 03 (TRES) família a procura de lotes para morar.

SUGESTÕES:

- 1 - Intensificar a fiscalização na BR 364 trecho/ Rio Branco/Extrema;
- 2 - Colocar uma equipe na Extrema para fazer registro de 08 (OITO) firmas que estão em fase de montagem de Serrarias.
- 3 - Colocar um TRAILLER a disposição da equipe que viajar neste trecho.

Os servidores Manoel Adalberto Dourado Gomes e Einar Lopes, são os responsáveis pelo que se acaba de relatar ao longo deste relatório.

Rio Branco-Ac, 15 de outubro de 1986

Manoel Adalberto Dourado Gomes
AGENTE FLORESTAL
MATEUS
EQG. POCOF/IBDF/Placido de Castro - Ac



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

MÊS DE DEZEMBRO/1986.

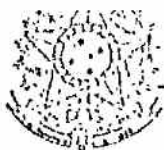
DE/EBDF/AC/PMACI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

R O T E I R O

- 01.- PROGRAMA
- 02.- ÓRGÃO EXECUTOR
- 03.- OBJETIVOS GERAIS
- 04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- 05.- METAS ATINGIDAS
- 06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES
- 07.- NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO
- 08.- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES
- 09.- CONCLUSÃO
- 10.- SUGESTÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO TÉCNICO

DEZEMBRO/1986.

01.- PROGRAMA

Proceder Extensão Florestal junto aos proprietários rurais, ao mesmo tempo em que é aproveitado o ensejo para realizar Ações // Fiscalizadoras à flora-fauna silvestre.

02.- ÓRGÃO EXECUTOR

A execução desse Programa está a cargo da Delegacia Estadual do IBDF-Acre, junto ao Q FAL, POSTOS FLORESTAIS FIXOS E MÓVEIS.

03.- OBJETIVOS GERAIS

Essas medidas executadas por esta DE/Ac, tem por objetivo// fazer a difusão das normas e legislação florestal do Instituto, seja orientando ou esclarecendo os proprietários rurais.

Ao mesmo tempo, em que é coibido a exploração irracional ou desordenada, o abate de castanheiras e seringueiras e a desproteção/ das áreas de preservação permanente, em decorrência do fluxo migratório da pavimentação da rodovia BR 364, trecho Rio Branco/P.Velho.

04.- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Na Extensão Florestal, foi salientado na área rural, a a// preservação das madeiras nobres (Castanheiras, seringueiras, copaíba, mogono, etc), muitas dessas espécies indispensáveis à subsistência do homem do campo e sua família.

A Ação Fiscalizadora do Órgão se faz necessária, uma vez / que é aproveitada a viagem e os executores constatarem "in loco" / as irregularidades à flora e fauna silvestre, tomando as medidas / necessárias de conformidade com a legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

05.- METAS ATINGIDAS


No decorrer do mês de dezembro/86, foram levados a efeito os seguintes PLANOS DE TRABALHO, constantes nos Memorandos nºs- 160, de 02.12.86.; 161, de 03.12.86.; 163, de 17.12.86.; do GCFAL, e de nº 009 de 18.22286, da Procuradoria Autárquica desta DE.

Em relação ao Plano constante no Mem.nº160/86, o Servidor Antonio Sampaio, do POCOF de Sena Madureira, procedeu, no período de 03 a 09/12/86, extensão florestal no Seringal São João, / especialmente no percurso do Rio Antimarí, no Município de Sena Madureira, procurando salientar àqueles ribeirinhos a não dar // início à desmates sem antes consultar o IBDF, visando obter a respectiva Licença para tal fim, após atendimento da Lei nº 7.511/86.

Foi procedida também uma ação fiscalizadora naquele Seringal São João, visando coibir extração de madeiras por parte de pessoas residentes no local, sendo notificados a comparecerem no Posto, para as medidas de praxe.

Quanto ao Plano constante no Mem. nº 161/86, através da ADF Maria José, no decorrer de 03 a 06.12.86. foi prestado informações aos proprietários de Serrarias e Moveleiras e Consumidores de Lenha sobre as normas do IBDF, na cidade de Xapurí, assim como / foram notificados os proprietários das Serrarias Link e Nicolau, / a comparecerem no Posto Florestal de Xapurí, para as medidas necessárias, uma vez constatado irregularidades nas referidas firmas. Esse trabalho, foi desenvolvido com o apoio do Chefe do Posto de Xapurí, Sr. José Augusto Mendes.

Ainda no mês de dezembro, foi atendido o expediente AC - 322/86-DC de 14.11.86, que trata sobre desmates irregulares em / Xapurí, sendo providenciado o Plano de Trabalho através do Memo.nº 163/86, o qual foi desenvolvido no período de 18 a 23/12/86, duas equipes de fiscalização e extensão florestal, cobrindo a área da - aquele Município. Participaram das duas equipes, os Servidores: Einar Lopes(ADF), Hermínia Maria P. Ribeiro(Eng. Flor.), José Guilherme (Ag. Vig.), Antonio Pacaya(Tec. Agrícola) Gilberto Alberto(ADF) e José Augusto Mendes(Chefe do POCOF).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Através dessas Equipes, foi procedida uma extensão // florestal junto aos proprietários rurais da BR 317 e Ramais, e percurso do rio Xapurí, salientando a importância na proteção / das áreas de preservação permanente, das árvores de castanheiras e seringueiras, enfim divulgada a Lei nº 7.511/86.

Na área de fiscalização aos desmates irregulares e outras / ilegalidades, foram autuadas quatro pessoas, sendo totalidade / um valor de Cz\$ 8.734,94 (oito mil, setecentos trinta e quatro cru- zados e nov. quatro centavos), assim como foram notificadas mais 07 (sete) outras, por irregularidades diversas.

Em relação ao atendimento ao Plano de Trabalho constante, no Memorando n+ 009/86, no decorrer dos dias 22 a 24/12/86, deslocou se o Chefe do GCPA, João do Socorro Pereira, em companhia do Sr. Delegado do IBDF, Dr. Grijalva Z. da Silva, os quais foram conduzi dos em veículo desta DE, dirigido pelo Servidor José Ribamar Mes- sias, com destino ao Município de Plácido de Castro, onde no / POCOF o Chefe do GCFAL procedeu inspeção no Posto e Levantamento / em formulários utilizados na fiscalização flora-fauna, para depo- is acompanhar o Sr. Delegado do IBDF até a localidade "Extrema", onde o mesmo manteve contacto com o Executor Cap. PM Manoel Anto- nio da Costa, tratando sobre a aquisição de uma área de 01,00 ha, destinada à construção do POCOF com verba do PMACI, naquele local.

06.- MEDIDAS COMPLEMENTARES

Além dessa trabalho desenvolvido na extensão florestal // desses Municípios, foi reforçada a fiscalização aos desmates irre- gulares, abates e queimas de castanheiras e seringueiras, etc.

07.- NECESSIDADE DE REPROGRAMAÇÃO

Necessitamos manter constante uma fiscalização, isto é, uma equipe fiscalizadora na localidade "extrema", para não sã proce- derem vistorias em veículos que trafegam naquela Rodovia com madei- ras procedentes de Rio Branco, como também orientar os moradores / daquela localidade quanto às normas do Instituto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

08.- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES

Continuamos a salientar a necessidade de ser aumentado o quadro de pessoal de fiscalização, especialmente aqueles possuídos de conhecimentos na extensão florestal, para cobrirem as áreas/ abrangidas indiretamente pela Rodovia BR 364.

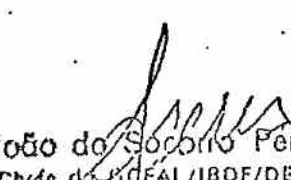
09.- CONCLUSÃO

O trabalho de extensão florestal e também o de fiscalização à flora-fauna silvestre, vêm apresentando resultados significativos para esta DE.

10.- SUGESTÕES

Aumentar o quadro de pessoal de campo; aumentar a frota / de veículos desta DE; Impressão de material informativo para distribuição na área rural.

Rio Branco-Ac, 31 de dezembro de 1986.


João do Socorro Pereira
Chefe do BOPAL/IBOP/DE AC
Port. N.º 145/81-P



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memo Nº 160/86 GCFAL

Rio Branco, 02 de Dezembro de 1986

Ao Senhor Delegado.

Senhor Delegado,

Atendendo denúncias de desmates ilegais e extração de madeiras irregulares no Seringal S. João (Rio Antimary- Sena Madureira), apresento à V.Sa, Plano de viagem e Fiscalização, a ser desenvolvido no período de 03 à 09/12/86, conforme discriminação abaixo:-

PLANO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO

- 01. Período: 03 à 09/12/86
 - 02. Componente: Antônio Sampaio de Lima
 - 03. Diárias necessárias:
5,5 (Cinco e meia) diárias de campo. (PMACI)
 - 04. Meios de transporte: Rodoviário (através de veículo do Posto de Sena Madureira e Fluvial através de barco do interessado.
 - 05. Objetivos Principais:
 - 05.1: Coibir desmates irregulares.
 - 05.2: verificar e coibir extração ilegal de madeiras
- Obs.: Solicita-se que as diárias do servidor sejam pagas através de recursos do PMACI.

Atenciosamente,

[Assinatura]
 JOÃO DE SOUZA PEREIRA
 CHEFE DO GCFAL
 PORT. N.º 126/81 - IEDF/AG

*Recebi
 em 02/11/86*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memo Nº 160/86 GCFAL

Rio Branco, 02 de Dezembro de 1986

Ao Senhor Delegado.

Senhor Delegado,

Atendendo denúncias de desmates ilegais e extração de madeiras irregulares no Seringal S. João (Rio Antimary- Sena Madureira), apresento à V.Sª, Plano de viagem e Fiscalização, a ser desenvolvido no período de 03 à 09/12/86, conforme discriminação abaixo:-

PLANO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO

01. Período: 03 à 09/12/86

02. Componente: Antônio Sampaio de Lima

03. Diárias necessárias:

5,5 (Cinco e meia) diárias de campo. (PMACI)

04. Meios de transporte: Rodoviário (através de veículo do Posto de Sena Madureira e Fluvial através de barco do interessado.

05. Objetivos Principais:

05.1: Coibir desmates irregulares.

05.2: verificar e coibir extração ilegal de madeiras

Obs.: Solicita-se que as diárias do servidor sejam pagas através de recursos do PMACI.

Atenciosamente,

JOÃO DE SOCORRO FERREIRA
CHEFE DO GCFAL
PORT. N.º 146/81 - IEDF/AG

Recebi
em 02/11/86



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memo. nº 161/86 - GCFAL

Rio Branco-Ac, 03 de Dezembro de 1986.-

Ao: GD.-

Senhor Delegado,

A fim de prestar apoio ao chefe do Posto de Xapuri e participar de fiscalização de serraria e consumidores de produtos florestais, solicitamos a V.Sª. liberar 3,5 (três e meia) diárias de cidade em nome da Agente de Defesa Florestal - Maria José de Souza S no período compreendido de 03 a 06/12/86.

PLANO DE VIAGEM E FISCALIZAÇÃO

Período - de 03 a 06/12/86

Componente - Maria José de Souza

Diárias Necessárias - 3,5 (três e meia) diárias de cidade. (PMACI)

Meio de Transporte - Rodoviário - Solicitam-se passagens ida/volta em nome da servidora.

Objetivos Principais - Fiscalização de Serrarias e Consumidores de Produtos Florestais.

- Apoio ao Chefe do Posto de XAPURI.

OBS - Solicita-se que as diárias da servidora sejam pagas através de recursos do PMACI.

Atenciosamente,

JOÃO DO SOCORRO PEREIRA
CHEFE DO GCFAL
FOR. N.º 145/81 - 1987/AC

RP

*Recebi
03/12/86
Souza*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE VIAGEM

01.- Introdução

Atendendo instruções do Plano de Viagem e Fiscalização, constante no Memº nº 161/86 de 03.12.86, desloquei-me desta cidade para o município de Xapurí a fim de no período de 03 a 06.12.86, contando com o apoio do chefe do Posto Florestal de Xapurí, procedermos uma fiscalização às serrarias, movelarias e consumidores de lenha daquela cidade.

02.- Execução dos trabalhos

Durante o período acima, procedemos uma fiscalização ao pátio das serrarias LINK e NICOLAU, assim como notificamos as movelarias e consumidores de lenha daquela cidade para regularizarem-se junto ao IBDF, ao mesmo tempo, em que foram orientados seus proprietários no sentido de dar cobertura às saídas e entradas de madeiras, seu preenchimento, etc...

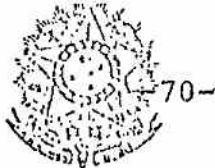
03.- Sugestão

Fomos bem sucedidos em nossos trabalhos e desde já queremos sugerir que seja intensificada uma fiscalização aos pátios das serrarias, movelarias e consumidores de lenha situados no percurso da BR-317-Estrada de Xapurí/Brasiléia.

Rio Branco(Ac), 08 de dezembro de 1986.

Maria José de Souza
Maria José de Souza

Agente de Defesa Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memo. nº 163/86 - GCFAL

Rio Branco - Ac, 17 de Dezembro de 86

Ao: GD.

Senhor Delegado,

Considerando o que consta no expediente Ac-322/86-DC de 14.11.86, que trata sobre desmatamento irregulares na região de Xapuri, sendo necessário constantes fiscalizações naquela área, pelo exposto, apresento a V.Sa. Plano de Viagem e Fiscalização e Extensão Florestal, a ser desenvolvido no período de 18 a 23/12/86, no município de Xapuri conforme abaixo discriminado:-

PLANO DE VIAGEM/FISCALIZAÇÃO/EXTENSÃO FLORESTAL.

Período - de 18 a 23/12/86

Componentes - Equipe "A" - Einar Lopes

- Horácio Maria P. Ribeiro.

- José Guilherme dos S. Junior

- Equipe "B" - Antonio Pacaya Ihuaraqui

- José Augusto Mendes de Moura

- Gilberto Alberto de Oliveira

Diárias Necessárias - 5,5 (cinco e meia) diárias de cidade a cada componente, sendo que 5,5 (cinco e meia) diárias de campo para o servidor José Augusto Mendes de Moura.

Meio de Transporte - Terrestre/Fluvial - através de veículo e barco a motor do Posto do Xapuri.

Objetivos Principais - Município de Xapuri.

Equipe "A" - Proceder vistorias pós-desmate em todas áreas desmatadas, especialmente a fazenda Bordon, ou seja, nas propriedades situadas no percurso do rio Xapuri e parte do rio Acre, e em caso de irregularidades, proceder de conformidade com a legislação em vigor.

recebi
17-12-86
100-101

eds



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

DELEGACIA ESTADUAL NO ACRE

RELATÓRIO REFERENTE A VIAGEM REALIZADA NO MUNICÍPIO
DE XAPURÍ-AC

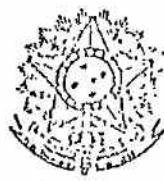
PERÍODO : 18 a 23 de dezembro de 1986

O objetivo principal do trabalho era proceder vistoria pós-desmate em todas as propriedades rurais situada no percurso do BR 317 e ramais daquele Município, assim como, promover a extensão florestal junto aos proprietários rurais, salientando a importância de proteção as áreas de preservação permanente, árvores de castanheiras e seringueiras e orientar o povo daquele lugar que não desmate sem prévia consulta desse Órgão.

Infelizmente foi impossível executar o trabalho em toda extensão da BR 317, devido o período ser muito curto e também a grande precipitação pluviométrica que caiu naquele Município.

As propriedades visitadas que receberam o auto de infração a primeira foi a do Sr. Rubens Marques da Silva na qual constatou-se desmate de 1986 sem autorização deste Órgão. A segunda foi do Sr. Luiz Morte da Costa constatando desmate na área de preservação permanente (igarapé) na Fazenda Portuguesa e abate de uma árvore de castanheira a qual já estava cortada em toras na Fazenda Vila Nova. A terceira do Sr. Noberto Lopes de Oliveira constatou-se desmate sem autorização e igarapé sem a devida proteção exigida por esse Órgão.

As propriedades notificadas para se regularizarem perante esta Autarquia foram a do Sr. Pedro Fabrício de Oliveira, João Monteiro de Santana, João Lourenço Alves de Oliveira, José Alves de Oliveira Egidio Fermino Ferreira, Ercilio Moraes de Oliveira e a do Sr. Marcos Carvalho Costa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Vale ressaltar que não foi lavrado o auto de infração na propriedade do Sr. Marcos Carvalho Costa por não se encontrar no Estado do Acre e o gerente não ter autorização para assinar qualquer documento.

As infrações cometidas na propriedade do Sr. Marcos Carvalho Costa foram o abate de 11 (onze) árvores de seringueiras, 54 (cinquenta e quatro) árvores de castanheiras mortas pelo fogo e não foi deixado a proteção ao redor do igarapé exigido por esse Órgão.

Sugerimos que para o ano que se inicia a extensão florestal no Estado do Acre seja mais intensificada para melhor divulgação da Lei 7511

AUTOS LAVRADOS E SEUS VALORES

PROPRIETÁRIOS	Nº DO AUTO	VALOR (CZ\$)
Rubens Marques da Silva	0118182	1.284,55
Norberto Lopes de Oliveira	0118183	3.596,74
Luiz Morte da Costa	0118184	2.569,10
Luiz Morte da Costa	0118185	1.284,55
	TOTAL	<u>8.734,94</u>

Os servidores que participaram da equipe Gilberto Alberto de Oliveira, José Augusto e Hermínia M^a. P. Ribeiro, somos responsáveis pelo que foi relatado acima.

Rio Branco-Ac, 24 de dezembro de 1986.

Ribeiro
Hermínia M. Pamplona Ribeiro
Engenheira Floresta
CACAPUQUELO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Nº 000003

DOCUMENTO

RELATÓRIO DE VIAGEM

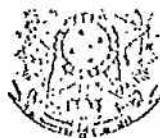
I - INTRODUÇÃO

Com o propósito de verificar-se o cumprimento das normas concernentes à exploração de florestas na região Amazônica, em áreas que efetuaram desmatamentos no exercício de 1.986; a DE /AC, designou a uma equipe composta por um Tecnologista Antonio Pacaya Ihuaraqui, um Agente de Defesa Florestal Einar Lopes e um Agente de Vigilância Guilherme dos Santos Junior, para efetuarem vistorias nas propriedades localizadas às margens do Rio Xapurí e, promover extensão florestal na população ribeirinha do mesmo rio.

Como é de conhecimento, o início das chuvas na região do Acre se dá a partir do mês de outubro, observando-se maior intensidade de precipitações, nos meses de fevereiro e março, verifica-se, portanto, que em dezembro já existe grande incidência de chuvas o que causa dificuldades para o desenvolvimento de todo e qualquer atividade de campo.

Não podemos aqui, deixar de considerar que durante esta época a navegação fluvial é totalmente viável, em virtude do grande volume de água que o rio comporta, entretanto, para efetuar-se qualquer levantamento nas fazendas e pequenas propriedades é necessário deslocar-se sob chuvas, pelos varadouros e estradas com grossa camada de lama reduzindo dessa maneira a produção do trabalho.

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Nos dias 18 a 23 de dezembro de 1.986, efetuou-se vistoria na Fazenda Nazareth, de propriedade do Sr. Geraldo Bordon, localizada a partir das margens do rio Xapurí, lado esquerdo e direito a cinco horas rio acima.

Vale lembrar que o deslocamento até o local mencionado foi em uma embarcação de 5 toneladas movido por um motor Monte Gormerg de 10 HP, a gasolina.

O embarque deu-se às 12:00 horas, do Porto de Xapurí, atracando-se no lugar de destino exatamente às 17:00 horas, perfazendo-se 5 horas de viagem sem qualquer intervalo para o abastecimento do tanque de combustível.

Na fase de subida pelo rio gastou-se mais tempo, pelo fato do reconhecimento das sinuosidades e cachoeiras existentes no trecho e também da chuva constante em toda a viagem.

Do Porto da sede da Fazenda até o acampamento, próximo ao desmatamento efetuado no exercício deste ano, utilizou-se exatamente 40 minutos a pé.

No dia seguinte procedeu-se a vistoria propriamente dita a partir das 7:00 horas até as 17:00 horas durante dois dias consecutivos, onde foi possível observar-se o seguinte:

a) - Mata bruta explorada no exercício de 1.986; 500,0 Ha aproximadamente.

b) - As seringueiras e as castanheiras encontram-se vivas na área onde efetuaram o desmatamento.

Esclarece-se que por ocasião dos fatores fisiográficos-climáticos, a limpeza da área (queima do material lenhoso) não

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

teve sucesso em decorrência das constantes precipitações plu -
viais, na época. Acreditamos que seja essa a razão das casta -
nheiras e seringueiras encontrarem-se vivas.

c) - A área explorada está revestida de início de formação
de capoeira em todo o seu perímetro, com excessão de uma peque
na parte que encontra-se revestida de plantio de arroz e pasta
gem artificial.

d) - A declividade do terreno chega atingir o máximo 20° a
proximadamente.

e) - Referente à presença de igarapés, só foi possível clas
sificar-se (01) hum igarapé, em vista que durante esta época
qualquer encontro de duas declividades formam volumes de águas
dando impressão de serem igarapés.

f) - Observou-se, também, presença frequente de madeiras
nobres tais como: cerejeiras, cumarú-ferro, itaúbas, etc.

III-RESULTADOS OBTIDOS

As atividades de vistoria e fiscalização na Fazenda da Bor
don, pode ser considerada como uma das bem sucedidas, face o
trabalho minucioso executado em cumprimento às normas estabeleci
das por Lei, no que diz respeito à exploração de florestas na
Amazônia.

Acredita-se que com a presença de mais uma vez, do IBDF, pro
curando minimizar os problemas ocasionados pela infração quando
do desmate e controlando para que tais explorações não sejam de
forma indiscriminada, os proprietários de imóveis rurais se
conscientizem em zelar os bens que a natureza nos fornece.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Por esta razão, acha-se que o trabalho desenvolvido em dita área teve resultados positivos, apesar das dificuldades encontradas para o deslocamento, entretanto, o objetivo foi atingido

IV - DISCUSSÃO

Após ter-se vivenciado as dificuldades para desenvolver todo e qualquer trabalho por via fluvial/terrestre, apresentamos três aspectos que devem ser levados em consideração:

1)- A equipe designada a fazer serviços dessa natureza deve ter uma pessoa experiente para manobrar o motor e conduzir a embarcação. Levanta-se essa questão pelos simples motivos que em nossa equipe não existia, sequer, uma pessoa com experiência para garantir a nossa viagem e muito mais em um rio com bastante sinuosidade e presença de cachoeiras, onde se põe em risco a própria vida.

2)- É indispensável que a equipe seja portadora de um suprimento para cobrir as despesas que surgem no momento imprevisto.

3)- As pessoas designadas a efetuar serviços dessa índole, pelo menos, devem portar equipamentos de proteção para as chuvas, como por exemplo, capas e, alguns medicamentos de primeiros socorros.

V - SUGESTÃO

Sugerimos que em futuras programações dessa natureza se leve em conta o fator tempo. Como foi mencionado anteriormente, as chuvas durante essa, reduzem a produção do trabalho; essa é a razão pela qual, não termos conseguido produzir além de nossas expectativas.

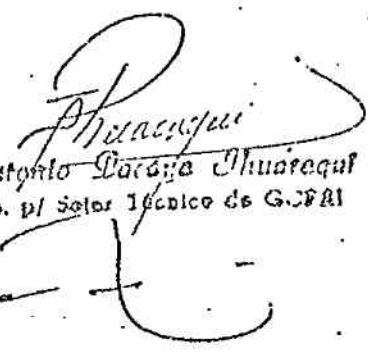
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

N.B.: Para questão de esclarecimento e subsidiar alguns dados que podem ser importantes para futuras programações, informamos que na viagem foi utilizado 55 L de gasolina dos quais 15 L. foi repassado a terceiros em troca da contribuição pelo carregamento do motor da beira do rio até a residência da pessoa que vigia o barco, para posteriormente ser transportado em carro ao Posto do IBDF.

Tomamos tal iniciativa em vista de não contarmos com suprimento. Isso indica que somente é necessário para deslocar-se até a Fazenda Bordon, 40 L de gasolina.

É o que se tem a relatar.

Rio Branco-AC, 30 de dezembro de 1.986.


Antonio Carlos Thuarque
Resp. do Setor Técnico do G.P.F.A.I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Memo. nº 009/86 -D.S/IBDF/DE/AC Rio Branco-Ac, 18 de Dezembro/1986

DA: Delegada Substituta

AO: Delegado Estadual

ASSUNTO: Concessão de Diárias (solicita)

Senhor Delegado,

Solicita-se a Vossa Senhoria autorizar o setor competente a providenciar 2,5 (duas e meia) diárias de cidade, em nome dos servidores abaixo relacionados, cujos objetivos seguem-se especificados:

SERVIDORES: GRIJALVA ZUZA DA SILVA - Delegado Estadual

OBJETIVO: Na localidade "Extrema" manter contacto com executor Cap. PM Manoel Antonio da Costa, visando aquisição de uma área de 01,00 (um) hectare destinado à construção do POCOF com verba proveniente do PMACI.

JOÃO DO SOCORRO PEREIRA - Chefe do GCFAL

OBJETIVO: No POCOF do Município de Plácido de Castro, / proceder levantamento dos formulários do GCFAL existentes naquela sub-unidade;

JOSÉ RIBAMAR MESSIAS - Motorista

OBJETIVO: Conduzir os servidores acima citados, em veículo de propriedade deste Órgão.

PERÍODO. 22 a 24.12.86.

LOCALIDADE. Município de Plácido de Castro

TRANSPORTE. Terrestre:

Certa da especial atenção de Vossa Senhoria, firmo-me

Atenciosamente
J. A. Costa
Marta Cosentino Costa de Souza
Delegada Substituta/IBDF
Pastoria N.º 390 P

56



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE VIAGEM

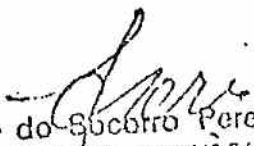
Aos vinte e dois (22) dias do mes de dezembro do ano de 1986, atendendo Plano de Viagem constante no Memº nº009/86-DS /IBDF/DE/AC, de 18.12.86, saí desta DE, com destino ao Municipio de Plácido de Castro, em companhia do Sr. Delegado Estadual do IBDF-Ac, Dr... Grijalva Zuzá da Silva, os quais foram conduzidos através de veículo desta DE, dirigido pelo servidor José Ribamar Messias.

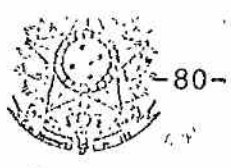
Naquele POCOF foi procedido um levantamento pelo servidor João do Socorro, nos formulários que são utilizados e controlados pelo GCFAL, como; Licença para desmate, Auto-de-Infração, Certidão negativa, Termo de Embargo, Guias Florestais e Fichas modelo "B" etc....

Na localidade "Extrema", no mesmo municipio, foi mantido contacto entre o Sr. Delegado do IBDF/DE/AC e o Executor Capitão PM Manoel Antonio da Costa, tratando sobre a área 01 Ila (um hectare) destinado à construção do POCOF, com recursos do PNACI, naquela localidade.

No dia 24.12.86, após serviços executados, retornamos a Rio Branco, certos de termos obtido resultados positivos na viagem procedida naquele municipio.

Rio Branco-Ac, 29 de dezembro de 1986.


João do Socorro Pereira
Chefe do GCFAL/IBDF/DE/AC
Port. nº 146/81-P



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF. Nº 005/87-CPE/IBDF

Brasília, 13 de janeiro de 1987.

Do: Coordenador de Programas Especiais do IBDF

Ao: Dr. Dagoberto Koehntopp - Coordenador Geral do PMACI/IPEA/IPLAN.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR			
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN			
INST. DE PLANEJ. ECON. E SOCIAL - IPEA			
UNID. PROT.	N.º PROCESSO	ANO	DV
0,0,9,5,2	1,1,02,7	8,7	DIV
GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA			DIA
DO IPLAN			MES
			1,6,0,1

Senhor Coordenador

Conforme solicitado em seu Telex Nº 1906/86 de 17/12/86, passamos ao conhecimento desta Coordenadoria Relatórios Técnicos referentes aos meses de Outubro/Novembro/Dezembro de 1986, com as atividades desenvolvidas por este órgão no âmbito de atuação do PMACI, assim como Relatório Financeiro, onde resumiu-se o desempenho durante o ano de 1986.

Quanto as metas estabelecidas no P.A.P., temos condição de pô-las em prática a partir já do início deste ano, seguindo os objetivos gerais contidos nos subprojetos encaminhados a esta Coordenadoria, de acordo com as liberações efetivadas.

Portanto, uma análise comparativa dos resultados alcançados, com as metas pré-estabelecidas, como requerido, torna-se momentaneamente impróprio, já que a atuação do IBDF na área tem-se restringido as suas atividades normais de fiscalização, extensão e educação, não envolvendo, durante o ano passado os objetivos do P.A.P.

Na oportunidade, aproveitamos para renovar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Ricardo Kenique D. Brand
Coordenador de Programas Especiais/IBDF
Substituto

PMACI
Documento Recebido
Em 15/01/87 Por *[assinatura]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO FINANCEIRO

Relatório Financeiro dos Recursos do PMACT, referente ao período de abril a dezembro/86.

MÊS DE ABRIL/86

RECURSOS RECEBIDOS DE BRASÍLIA

Cz\$ - 92.000,00 (NOVENTA E DOIS MIL CRUZADOS).
PESSOAL- Cz\$- 27.362,65
MAT.CONUMO - Cz\$- 20.000,00
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - Cz\$- 16.975,00
DESPESAS VARIÁVEIS - Cz\$-27.662,35

GASTOS

PESSOAL: Cz\$- 6.414,05
Pagamento do servidor DALMO RUFINO DA SILVA.
DESPESAS VARIÁVEIS: Cz\$- 5.529,83

DISCRIMINAÇÃO

Cz\$-1.611,68: Pagos ao servidor ELIFAS LIMA DE FREITAS, (ADF-Brasília) diárias para atender denúncia no Seringal São Francisco, efetuar vistorias em desmatamentos, fiscalizar barcos, notificar Firms ma - deireiras. Período 14 a 28.04.86.
Cz\$-1.306,05: Pagos ao servidor EDMAR GOMES FERNANDES (Agente Administrativo/DE/AC) para fiscalização de desmates, abate de castanheiras na Fazenda Independencia, denúncia sobre caçadores no Seringal Corredeira, notificar pessoas em débito com o IBDF. Período de 22 a 29.04.86.
Cz\$-1.306,05: Pagos ao servidor EINAR LOPES (ADF/DE/AC) para fiscalização de desmates, abate de castanheiras na Fazenda Independencia, denúncia sobre caçadores no Seringal Corredeira. Período de 22 a 29.04.86.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Cz\$-1.306,05: Pagos ao servidor EDMAR SOARES DE SOUZA (Motorista Fluvial/DE/AC), para conduzir os servidores EDMAR GOMES FERNANDES e EINAR LOPES. Período de 22 à 29.04.86.

Durante o mês de abril/86, foram gastos Cz\$- 11.943,88 de verba do PMACI, ficando portanto Cz\$-80-056,12 para o mês de maio/86.

MÊS DE MAIO/86

GASTOS

- PESSOAL:..... Cz\$-11.886,61
Pagamento do servidor DALMO RUFINO DA SILVA.
- DESPESAS VARIÁVEIS: Cz\$-11.477,06
- MATERIAL DE CONSUMO:.....Cz\$-16.502,24
- OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS:Cz\$- 1.575,00

DISCRIMINAÇÃO

- Cz\$-6.414,05: Pagamento ao servidor DALMO RUFINO DA SILVA.
- Cz\$-5.472,56: Pagamento de Obrigações Patronais do servidor DALMO RUFINO DA SILVA.

DESPESAS VARIÁVEIS

- Cz\$-1.576,29: Pagos ao servidor EINAR LOPES para fiscalização no Abunã Plácido de Castro e Extrema. Período de 20/05 à 01/06/86. NF nº 382-7.
- Cz\$-1.132,98: Pagos ao servidor MANOEL ADALBERTO DOURADO GOMES, para fiscalização no Abunã/Plácido de Castro e Extrema. Período de 20 à 31.05.86. NF nº 383-9.
- Cz\$-344,82: Pagos ao servidor JOSÉ AUGUSTO MENDES DE MOURA para acompanhar equipe de Operação integrada juntamente com DRT/AC, LBA/AC, SR/DPF/AC Período de 02 à 05.06.86.
- Cz\$-2.134,47: Pagos ao servidor WALTER FERNANDES FILHO, para participar da Operação Integrada. Período de 02 à 06.06.86.
- Cz\$-2.134,47: Pagos ao servidor GILBERTO FERREIRA, para participar da Operação Integrada, Período de 02 à 06.06.86.
- Cz\$-2.347,93: Pagos ao servidor DALMO RUFINO DA SILVA, operação integrada. Período de 02 à 06.06.86.
- Cz\$-985,15: Pagos ao servidor GRIJALVA ZUZA DA SILVA, Operação Integrada. Período de 04 à 06.06.86.
- Cz\$-820,95: Pagos ao servidor JOSÉ RIBAMAR MESSIAS, para conduzir servidores que participarão da Operação Integrada. Período de 04 à 06.06.86.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MATERIAL DE CONSUMO

Cz\$-16.502,24: Pagos às Firmas AUTO PEÇAS EDNA/ACREDIESEL e PEÇAUTO referente a aquisição de peças para a Toyota NFs nº 400-5,401-7 e 446-7.

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

Cz\$-1.575,00: Pagos ao Senhor Carlos Cêzar Fernandes Cordeiro, para custear despesas com abertura de letreiros nos TRaillers. NF nº 355-4.

MÊS DE JUNHO

PESSOAL: Cz\$-9.150,33

DISCRIMINAÇÃO

Os gastos foram somente com pagamento de salário e Encargos Sociais do servidor DALMO RUFINO DA SILVA.

Foram recebidos recursos de Cz\$-45.000,00.

MÊS DE JULHO/86

PESSOAL: Cz\$-9.150,33

MATERIAL DE CONSUMO: Cz\$-3.817,79

DISCRIMINAÇÃO

PESSOAL

Os gastos foram somente com pagamento de salário e Encargos Sociais do servidor DALMO RUFINO DA SILVA.

MATERIAL DE CONSUMO

Cz\$-3.817,79: Pagos à Firma ACREDIESEL S/A referente a aquisição de peças para veículos. (TOYOTA)

MÊS DE AGOSTO/86

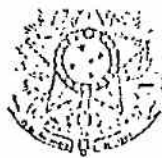
DESPESAS VARIÁVEIS: Cz\$-10.656,18

DISCRIMINAÇÃO

Cz\$-3.185,37: Pagos ao servidor GILBERTO FERREIRA referente a diárias para efetuar vistoria em áreas de desmatamento, serrarias sem Registro, Fiscalização da Flora e Fauna. Período de 01 à 20.09.86. NF 790-0.

Cz\$-2.758,47: Pagos ao servidor ELIFAS LIMA DE FREITAS referente a diárias para efetuar vistoria em áreas de desmate, serrarias sem registro Fiscalização da Flora e Fauna. Período de 01 à 18.09.86.

Cz\$-2.167,35: Pagos ao servidor EINAR LOPES, referente a diárias para fiscalização dedesmatamentos e certidões negativas. Período de 01 à 12.09.86.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Cz\$-738,90: Pagos ao servidor ANTONIO SAMPAIO DE LIMA, referente a diárias para fiscalizar a Flora e a Fauna, certidão negativa, registro de firmas. Período de 01 à 08.09.86.

Cz\$-1.806,09: Pagos ao servidor GILBERTO ALBERTO DE OLIVEIRA, referente a diárias para fiscalização dedesmates, certidão negativa, inspeção industrial e registro de firmas. Período de 01 à 06.09.86.

MÊS DE SETEMBRO/86

MATERIAL DE CONSUMO: Cz\$- 545,38
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS: Cz\$-14.000,00

DISCRIMINAÇÃO

MATERIAL DE CONSUMO

Cz\$-545,38: Pagos à Firma ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS S/A, referente a compra de peças para veículo.. (TOYOTA)

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

Cz\$-14.000,00: Pagos ao Sr. ANAIRTON MELO DA ROCHA, referente a serviços de lanternagem, pintura geral e funilaria no veículo tipo TOYOTA.

MÊS DE OUTUBRO/86

Não foi movimentado.

MÊS DE NOVEMBRO/86

DESPESAS VARIÁVEIS: Cz\$-3.103,20

DISCRIMINAÇÃO

DESPESAS VARIÁVEIS

Cz\$-1.477,71: Pagos ao servidor EINAR LOPES, referente a diárias, para Fiscalização em Plácido de Castro, Xapurí, Brasiléia e acompanhar o Coordenador dos Programas Especiais. Período de 07 à 11.11.86.

Cz\$-1.625,49: Pagos ao servidor DALMO RUFINO DA SILVA, referente a diárias para fiscalização em Plácido de Castro, Xapurí e Brasiléia, para efetuar fiscalização nos pátios das serrarias, manter contatos com autoridades locais, procederem hxtensão florestal. Período de 07 à 11.11.86.

MÊS DE DEZEMBRO/86

DESPESAS VARIÁVEIS: Cz\$- 14.103,93

DISCRIMINAÇÃO

Cz\$- 492,57: Pagos ao servidor EINAR LOPES, referente a diárias, pa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

jecto de Assentamento Dirigido-Pedro Peixoto, juntamente com o INCRA/AC e Polícia Militar/Ac. Período de 20 à 21.11.86.

Cz\$-1.149,33: Pagos ao servidor MARIA JOSÉ DE SOUZA, referente a diárias, para em Xapurí-Ac fiscalizar serrarias e consumidores de Produtos Florestais. Período de 03 à 06.12.86.

Cz\$-1.806,09: Pagos ao servidor GILBERTO ALBERTO DE OLIVEIRA, referente a diárias para em Xapurí-Ac, proceder vistorias pós-desmatamentos, em todas áreas no percurso da BR-317 e ramais e Extensão Florestal... Período de 18 à 23.12.86.

Cz\$-1.806,09: Pagos ao servidor JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS JÚNIOR, referente a diárias, para em Xapurí-Ac, proceder vistorias pós-desmatamentos. Período de 18 à 23.12.86.

Cz\$-1.806,09: Pagos ao servidor EINAR LOPES, referente a diárias para em Xapurí-Ac, proceder vistorias pós-desmate em todas áreas desmatadas. Período de 18 à 23.12.86.

Cz\$-1.806,09: Pagos ao servidor ANTONIO PACAYA IHUARAQUI, referente a diárias para em Xapurí-Ac, proceder vistoria pós-desmate em todas as propriedades rurais e promover Extensão Florestal. Período de 18 à 23.12.86.

Cz\$-541,86: Pagos ao servidor JOSÉ AUGUSTO MENDES DE MOURA, referente a diárias para em Xapurí-Ac, proceder vistorias pós-desmate em áreas rurais e extensão florestal. Período de 18 à 23.12.86.

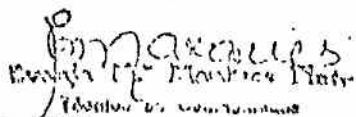
Cz\$-1.986,71: Pagos a servidora HERMÍNIA MARIA PAMPLONA LIBEIRO, referente a diárias, para em Xapurí-Ac, proceder vistorias pós-desmate e proceder extensão florestal. Período de 18 à 23.12.86.

Cz\$-903,05: Pagos ao servidor JOÃO DO SOCORRO PEREIRA, referente a diárias, para em Plácido de Castro-Ac, proceder levantamento dos formulários do GCFAL. Período de 22 à 24.12.86.

Cz\$-820,95: Pagos ao servidor JOSÉ RIBAMAR MESSIAS, referente a diárias, para em Plácido de Castro-Ac, conduzir servidores. Período de 22 à 24.12.86.

Cz\$-985,15: Pagos ao servidor GRIJALVA ZUZA DA SILVA, para em Plácido de Castro-Ac, na localidade Extrema manter contato com executor Cap.. PM visando aquisição de uma área de 01,00 Hc p/ construção do POCOF.. Período de 22 à 24.12.86.

Rio Branco, 09 de janeiro de 1987.


Evidência de Matrícula
Identificação de Matrícula

ANEXO 3: SEMA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - MDU

SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE - SENA



PROJETO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

- FMACE -

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA SENA

DURANTE O ANO DE 1986.

JAN/87

. COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Edgar Henrique Klever - Secretário de Ecossistemas

. COORDENAÇÃO TÉCNICA

Maria Celeste Guimarães Nogueira - Coordenadora de Estudos de Ecossistemas

. RESPONSÁVEL TÉCNICA

Miriam Laila Absy Rissoli

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

. Miriam Laila Absy Rissoli

. Maria Celeste G. Nogueira

. Colaboração : Enéas Salati

. Apoio Administrativo : Eduardo Honório de Lacerda

1. Introdução / Histórico.
 - 1.1. Plano de Ação Provisório.
 - 1.2. Plano de Ação Definitivo.

2. Plano de Ação Provisório / Metas Inicialmente Propostas.
 - 2.1. Medidas de Ação Imediata.
 - 2.1.1. Projeto "Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas".
 - 2.1.2. Projeto "Apoio à Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre".
 - 2.1.3. Projeto "Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas".
 - 2.1.4. Programa de Educação Ambiental.
 - 2.2. Estudos e Levantamentos Complementares.
 - 2.2.1. Projeto "Diretrizes Ambientais Para o PMACI".
 - 2.2.2. Projeto "Levantamento de Áreas para Criação de Unidades de Conservação da SEMA".

3. Plano de Ação Provisório - PAP / 2ª Fase - Situação Atual.
 - 3.1. Medidas de Ação Imediata.
 - 3.1.1. Projeto "Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas".
 - 3.1.2. Projeto "Apoio à Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre".
 - 3.1.3. Projeto "Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas".
 - 3.1.4. Projeto "Educação Ambiental".
 - 3.2. Estudos e Levantamentos Complementares.
 - 3.2.1. Projeto "Diretrizes Ambientais para a Área de Influência da BR-364, Trecho Porto Velho-Rio Branco".

4. Desenvolvimento Físico-Financeiro.

4.1. Recursos Financeiros / Programação 1986.

4.2. Cronograma Físico.

5. Considerações Finais / Justificativa.

ANEXOS

ANEXO I - Diretrizes Ambientais para o Estado de Rondônia.

ANEXO II - " Curriculum Vitae " para contratação de Consultor/
SEMA.

ANEXO III - Lista de participantes da Reunião em Rio Branco
(01 a 04.12.86).

ANEXO IV - Curso de Treinamento para Batalhão Florestal do Esta
do de Rondônia.

ANEXO V - Convênios SEMA/IMAC e SEMA/CODEAMA.

ANEXO VI - Propostas: Regimento do IMAC, Plano Emergencial e 1ª
Semana de Estudos Sobre Direito Ambiental.

1. INTRODUÇÃO / HISTÓRICO

Através do Convênio Interministerial de 12.03.85, ficou atribuído à SEMA, juntamente aos demais órgãos executores do PMACI, a elaboração de um Plano de Ação Provisório-PAP, a fim de estabelecer e implementar ações e medidas necessárias para prevenir e/ou minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente na área programa, decorrentes da pavimentação da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco.

Conforme definido naquele Convênio, o Plano de Ação Provisório subdivide-se em:

1.1. Plano de Ação Provisório-PAP, constituído pelas fases:

. Primeira Fase - com vigência de 06 meses a partir da data de publicação no D.O.U., compreendendo: delimitação da área de influência direta da rodovia; diagnóstico preliminar da situação atual do meio ambiente, com base nas informações disponíveis; definição das medidas e ações imediatas (a serem executadas em 18 meses); definição dos estudos e levantamentos complementares necessários para o detalhamento dos diagnósticos; zoneamento ambiental e proteção das comunidades indígenas; apresentação de cronograma físico financeiro para a segunda fase do PAP.

. Segunda Fase - com vigência de 18 meses, a partir da data de publicação em D.O.U., compreendendo: a execução das medidas definidas na primeira fase, a determinação do diagnóstico e prognóstico do impacto ambiental sobre a área programa, bem como a definição de critérios do aproveitamento racional dos recursos naturais.

1.2. Plano de Ação Definitivo:

Não é considerado aqui, já que será iniciado apenas em setembro de 1987, de acordo com a programação aprovada pelo BID.

2. PLANO DE AÇÃO PROVISÓRIO - PAP / METAS INICIALMENTE PROPOSTAS

Com a apresentação do "Plano de Ação Provisório"- documento integrado de todos os órgãos participantes do PMACT, a primeira fase foi concluída em março/86.

Naquela oportunidade, foram propostas pela SEMA as ações imediatas e complementares para serem executadas em conjunto na segunda fase do PAP, conforme esquematizado no QUADRO I.

2.1. Medidas de Ação Imediata:

2.1.1. Projeto: "Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas".

Objetivo: Preservação das Áreas de Reservas Ecológicas, através de fiscalização e do esclarecimento comunitário.

Metodologia Inicialmente Proposta:

. Estruturação da equipe de trabalho, envolvendo técnicos da SEMA, do Governo do Acre, de Órgãos e Instituições Federais, Estaduais e Privadas, além de assessores técnicos na área ambiental.

. Reuniões entre SEMA e Governo do Acre, em Rio Branco, para detalhamento da metodologia, apoio logístico e divisão de atribuições.

QUADRO I : Metas propostas inicialmente pela SEMA para serem executadas no Plano de Ação Provisório - PAP.

METAS	FASES
1. Medidas de Ações Imediatas.	1.1. Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas. 1.2. Apoio à Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre. 1.3. Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas. 1.4. Programa de Educação Ambiental.
2. Estudos e Levantamentos Complementares.	2.1. Diretrizes Ambientais Para a Área-Programa. 2.2. Levantamentos das Áreas P/ Criação de Unidades de Conservação da SEMA.

.. Detalhamento do Programa de Esclarecimento Comunitário.

. Detalhamento das ações e atividades de fiscalização (curso de treinamento para técnicos do Órgão de Meio Ambiente do Acre e fiscais; infra-estrutura física e humana; assinatura de Convênio entre SEMA e Órgão de Meio Ambiente do Acre a ser criado; repasse de recursos ao Órgão de Meio Ambiente; acompanhamento das ações e atividades previstas).

2.1.2. Projeto: "Apoio à Criação de Órgão de Meio Ambiente' No Estado do Acre".

Objetiva fornecer apoio técnico e institucional à implantação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre.

. Formação de equipe, composta pela SEMA, Governo do Estado do Acre e especialistas da área ambiental.

. Levantamento de bibliografia e legislação existente, bem como sugestões de Órgãos de Pesquisa de outros Estados.

. Elaboração de diagnóstico e ante-projeto para criação de Órgão de meio Ambiente:

- objetivos
- atribuições
- composição e estrutura organizacional
- formas de encaminhamento (legislação estadual , etc).

. Realização de reuniões em Rio Branco para definição de proposta de projeto para criação do Órgão de Meio Ambiente.

. Definição da proposta final.

2.1.3. Projeto: "Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas".

Objetiva contribuir para a capacitação técnica e científica dos profissionais do CODEAMA.

2.1.4. Projeto: "Educação Ambiental".

Consiste na concepção e desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental na área-programa.

2.2. Estudos e Levantamentos Complementares:

2.2.1. Projeto: "Diretrizes Ambientais Para a Área de Influência da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco".

Objetivo: Subsidiar a definição das diretrizes de implementação da Política Nacional do Meio Ambiente na área-programa, através do diagnóstico ambiental da região e do prognóstico de sua evolução, em função do provável aumento do fluxo migratório decorrente do asfaltamento da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco.

A necessidade dessas diretrizes tornou-se evidentemente através da avaliação dos problemas relativos ao Programa Polonoeste, em andamento da SEMA, o qual inclui como parte de seus componentes, o asfaltamento de um trecho da BR-364 no estado de Rondônia. Dessa forma, as diretrizes ambientais definidas para Rondônia, conforme ANEXO I, constituir-se-ão em importante subsídio para àquelas a serem elaboradas para a área do PMACI.

Ressalta-se ainda que a realização inicial desse Projeto foi proposta com enfoque voltado para o Estado do Acre, já que atividades semelhantes seriam executadas em Rondônia, através do Programa Polonoroeste.

Sua metodologia foi prevista em 4 etapas:

2.2.1.1. Reconhecimento:

a) Estruturação da equipe composta por técnicos da SEMA, consultor especializado e um grupo de apoio técnico e administrativo.

Tal equipe atuará estreitamente com técnicos dos Governos dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, bem como com órgãos federais atuantes na área.

b) Levantamento de dados e informações bibliográficas:

Aspectos Institucionais de âmbito Federal, Estadual, Municipal e Instituições Privadas:

Incluem-se todos os órgãos de atuação direta ou indireta na área-programa.

. Aspectos Legais:

Referem-se ao levantamento de toda a legislação existente sobre a proteção ambiental a nível federal, estadual e municipal.

. Aspectos Ambientais:

Geologia;

Relêvo;

Solos;

Bacias Hidrográficas;

Recursos Hídricos;

Vegetação; e
Fauna.

. Aspectos Antrópicos:

Dados qualitativos e quantitativos referentes à exploração e utilização dos recursos ambientais, através da relação população-meio ambiente.

- Atividades de Produção:

Uso da terra;

Agropecuária;

Extrativismo vegetal, mineral e garimpo;

Pequenas indústrias;

Pesca;

Produção de energia;

- Qualidade da Vida:

Urbanismo;

Saúde;

Alimentação;

Emprego;

Educação;

Cultura.

c) Reconhecimento de Campo:

Tal atividade objetiva a familiarização da equipe de trabalho com a realidade local da área do PMACI, para análise e implantação das diretrizes ambientais futuras, bem como o acionamento do aparato legal existente, a ser definido para a região.

2.2.1.2. Diagnóstico:

Com base nos resultados obtidos na etapa de reconhecimento, consiste em avaliar o grau de comprometimento da região.

2.2.1.3. Prognóstico:

Compreende projeções de prováveis situações futuras, a partir do diagnóstico. Constitui em estudos das atividades tanto predatórias como alternativas para uma ocupação racional da área pelo homem.

2.2.1.4. Diretrizes Ambientais

Apresenta a finalidade de consolidar as propostas de implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, a partir do diagnóstico e prognóstico.

Referem-se aos projetos dos órgãos e instituições estaduais descritos nos itens subsequentes.

2.2.2. Projeto: "Levantamento de Áreas Para Criação de Unidades de Conservação da SEMA".

Objetiva a implantação de APAS, ARIES e Estações Ecológicas, considerando dados cartográficos, biofísicos e sócio-econômicos.

3. PLANO DE AÇÃO PROVISÓRIO - PAP / 2ª FASE - SITUAÇÃO

ATUAL:

3.1. Medidas de Ação Imediata:

3.1.1. Projeto: "Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas".

Objetivo Inicial: Continua sob o mesmo enfoque.

Metodologia:

- SEMA:

. Estruturação da Equipe: inicialmente, foi estruturada uma equipe preliminar, constituída por membros da Coordenação de Estudos de Ecossistemas e Coordenação de Reservas Ecológicas. Esta última sofreu mudanças, através da substituição do antigo Coordenador, Dr. Naírio Serpa Simões (Veterinário) pelo Dr. Vitor Carlos Kaniak (Engº Florestal); além disso foi incrementada pelo aumento do número de técnicos e pelo reforço substancial de recursos orçamentários da SEMA e de outras fontes.

A atividade de fiscalização da SEMA passou a ter um novo enfoque, já que constitui atualmente uma das prioridades do órgão.

- Equipe do Governo do Estado do Acre - Núcleo de Meio Ambiente:

. O Governo do Acre considera tal atividade relevante para o Estado. E para implantação do Projeto, foi formada uma equipe com funcionários da SEPLAN/ACRE, conforme listagem a baixo relacionada:

Leila Jalul Bretz - Advogada

Daisy Maria Lustosa do Amaral - Advogada

Jane Maria Villas Boas - Coordenadora de Pesquisa e Planejamento/SEPLAN/ACRE.

Sob a orientação da SEMA, foi criado o Batalhão Flo

restal, composto de 20 (vinte) soldados da Polícia Militar do Estado do Acre.

- Técnicos de outras Instituições Estaduais e Federais:

Entre todas, destacam-se a EMATER e UFAC, que vem atuando no projeto com as atividades de treinamento e apoio. A primeira delas, EMATER, se dispõe a trabalhar em conjunto com o Batalhão Florestal, através da indicação dos problemas encontrados na área de sua atuação.

- Assessores Técnicos e especialistas: A SEMA conta atualmente com o apoio do Biólogo Carlos Edgard de Deus. Além disso, já estão sendo feitos contatos com outros assessores para colaboração nas próximas fases do projeto.

. Reuniões em Rio Branco: visando os objetivos propostos inicialmente, foi realizada no período de 01 a 04.12.86, da qual participaram os presentes listados no ANEXO III. Nessa oportunidade, foram feitos:

- detalhamento da metodologia de trabalho.
- acordos sobre os treinamentos necessários a equipe do Governo do Estado, incluindo o Batalhão Florestal.
- definição da infra-estrutura necessária à implantação das atividades de fiscalização.
- divisão das atribuições: as atividades de fiscalização serão executadas pelo Estado, com a SEMA atuando supletivamente.

. Detalhamento do Programa de Esclarecimento Comunitário: foram definidas as ações e métodos de trabalho. Determi-

nou-se que a estruturação física e humana far-se-á concomitante-
mente aos trabalhos de esclarecimento comunitário, o qual, na fa-
se inicial, contará com cartazes, "folders", correspondências e
divulgação da legislação existente nas prefeituras e órgãos esta-
duais atuantes na área-programa. Ainda como parte da programação,
pretende-se fazer campanhas através de rádio e televisão. Atual-
mente, está sendo estruturada a equipe que irá comandar tais ati-
vidades.

. Detalhamento das ações e atividades de fiscaliza-
ção:

- curso de treinamento para fiscais e técnicos
do Órgão de Meio Ambiente do Acre: apesar de não terem sido reali-
zados até o momento, já foram detalhados, bem como definidas suas
programações.

Conforme orientações adicionais da nova Coordena-
ção da Coordenadoria de Reservas Ecológicas, deverão ser incorpo-
rados novos cursos de treinamentos, a serem realizados pelos téc-
nicos daquele Órgão em Instituições de outros estados, em especi-
al o Paraná.

Para o Batalhão Florestal será aproveitada a
experiência adquirida com curso de treinamento realizado em Rondô-
nia, através do Programa Polonoeste. (ANEXO IIV).

- Assinatura de Convênios: deverão se assinados
em final de janeiro/início de fevereiro/87, os convênios entre SEMA
e Governo do Estado do Acre, conforme relação abaixo. Salienda-se
que no momento, a tramitação desses Convênios na SEMA está paralí-
zada, devido a Reforma Administrativa do Governo Federal. (ANEXO V).

" Implantação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de fiscalização e divulgação de informações relativas à proteção das áreas de Reservas Ecológicas do Estado do Acre ".

" Apoio ao desenvolvimento das atividades de fiscalização e de divulgação de informações relativas à proteção das áreas de Reservas Ecológicas do Estado do Acre ".

- Observações: conforme previsto, o Projeto de Fiscalização vem sendo implantado paralelamente ao subprojeto da SEMA "Apoio à Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre". Da mesma forma estão sendo firmados os Convênios referentes aos projetos de apoio à criação daquele órgão e de fiscalização.

Por falta da estrutura necessária, o monitoramento através de sensoriamento remoto foi deixado para ser realizado no Plano de Ação Definitivo - PAD.

Como não há condição de fiscalizar todo o Estado, foi selecionada área crítica de atuação dessas atividades. Corresponde a própria rodovia, trecho Porto Velho-Rio Branco, principalmente nos arredores da cidade de Rio Branco.

3.1.2. "Apoio à Criação de Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre".

O objetivo inicialmente proposto continua válido tendo sido cumprido em quase sua totalidade.

A metodologia, entretanto, sofreu alterações, conforme etapas de procedimento abaixo relacionadas:

. Primeiramente, foi feita articulação entre SEMA e Governo do Estado do Acre, para discussão sobre a criação do Ór

ção de Meio Ambiente.

Ainda na fase inicial do projeto, houve alterações no Governo do Estado, passando a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado a ser o novo interlocutor da SEMA no PMACI, ao invés do PLANACRE, de Coordenação em Brasília.

Convém ressaltar que o atual Secretário de Planejamento do Acre, Dr. Mário José de Lima, mostrou-se extremamente sensível à questão de criação do órgão de Meio Ambiente, o que favoreceu as atividades da SEMA, referentes a este Projeto.

A partir daí, foi formada uma equipe básica, constituída pelos seguintes membros:

SEMA: Maria Celeste Guimarães Nogueira - Bióloga - Coordenadora de estudos de Ecossistemas;

Miriam Laila Absy Rissoli - Geóloga - Responsável técnica do PMACI.

IPEA: Osvaldo Teixeira Goes - Arquiteto.

Governo do Estado do Acre/SEPLAN: Leila Jalul Breitz - Advogada;

Jane Maria Villas Boas - Coordenadora de Pesquisa e Planejamento.

COLABORADORES: Enéas Salati - Consultor do PMACI.

Tal equipe realizou as seguintes atividades:

- inicialmente, levantamento do material no Centro de Documentação da SEMA, referente aos atos de criação do órgão de meio ambiente de alguns Estados brasileiros.

- Análise dos dados obtidos no levantamento su
praticado, (o que resultou na primeira versão da concepção do Ór
gão de Meio Ambiente do Acre, com as seguintes conclusões:

↗ . considerando a conveniência para o Estado ,
concluiu-se pela criação do Instituto de Meio Ambiente do Acre -
IMAC, ao invés de uma Coordenação ou Secretaria de Meio Ambiente'
ou outras formas institucionais. Tal Instituto atuaria como Órgão
executivo da Política Ambiental do Estado.

↘ Posteriormente seria criado um Órgão normati
vo, preferencialmente um Conselho, denominado previamente de Con
selho de Meio Ambiente do Acre - COMAC, que seria presidido pelo
Governador do Estado do Acre, além da participação de todos os Se
cretários e Diretores de Estatais do Acre.

↘ - Reunião em Rio Branco, com parte da equipe an-
teriormente mencionada (SEMA, SEPLAN/AC, JPEA), onde foi discutido
os aspectos estruturais referentes ao Instituto de Meio Ambiente'
do Acre. Concluiu-se que a estrutura proposta, depois de revista ,
melhorada e aprovada pela Governadora do Estado, seria encaminha-
da à Assembléia Legislativa, em regime de urgência para sua apro
vação. O IMAC aprovado em 24.10.86 pela Lei Nº 854, publicada no
Diário Oficial da União de 29.10.86.

O regimento do Instituto ficou para ser aprova
do posteriormente, através de decreto, devido à necessidade de
discussões mais amplas e substanciais com outras Instituições.

↘ . Durante esta Etapa, a Assessora Jurídica da
SEPLAN/AC esteve na SEMA, em Brasília, para tomar conhecimento da
Legislação Ambiental existente, bem como iniciar a formação de um

Centro de Documentação do IMAC.

. Após as atividades acima, a equipe inicial foi ampliada para:

SEMA: Miriam Laila Absy Rissoli - Geóloga - Responsável Técnica do PMACI;

Maria Celeste Guimarães Nogueira - Bióloga - Coordenadora de Estudos de Ecossistemas;

Náirio Serpa Simões - Veterinário - Assessor da Coordenadoria de Reservas Ecológicas.

SEPLAN/AC: Leila Jalul Bretz - Advogada;

Jane M. Villas Boas - Advogada - Coordenadora de Pesquisa e Planejamento;

Margarida Lima;

André Luiz Pinto;

Lucas A. Carvalho.

IPEA: Osvaldo Teixeira Góes Junior;

Enéas Salati - Consultor do PMACI.

Convidade pela SEMA: Carlos Edgard de Deus - Biólogo/UFAC.

. A SEPLAN realizou uma série de reuniões, durante 01 a 04.12.86, para os quais foram convidadas várias Instituições (EMATER/AC, IBDF/AC, INPA e etc, conforme ANEXO III), com o objetivo de colher subsídios para a definição do regimento do IMAC, elaboração das Ações Imediatas a serem executadas pelo órgão, bem como organização da " 1ª Semana de Estudos Sobre o Direito Ambiental ". (ANEXO IV).

. Visando implementar as ações definidas através das etapas acima descritas, estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Convênio entre SEMA e SEPLAN/AC/IMAC, a fim de fornecer os recursos mínimos necessários ao treinamento de técnicos do IMAC, através de viagens a outros órgãos estaduais de meio ambiente. No momento, a tramitação desse Convênio na SEMA está paralizada, devido à Reforma Administrativa do Governo Federal. (ANEXO V).

Em etapas posteriores, pretende-se ampliar este Convênio, a fim de repassar recursos ao IMAC para implantação da infra-estrutura básica, necessária ao desenvolvimento das atividades relativas ao Órgão.

- Serão realizados a partir do mês de março de 1987, os seguintes cursos ao pessoal técnico do IMAC, e interessados:

- . Instruções sobre o RIMA;
- . 1ª Semana de Estudos Sobre Direito Ambiental;
- . Direito Ambiental Para Promotores Públicos do Estado do Acre.

3.1.3. Projeto: "Apoio ao Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas".

O projeto originalmente proposto foi mantido na íntegra.

Está sendo firmado Convênio entre SEMA e CODEAMA, cuja tramitação na SEMA encontra-se paralizada, devido a Reforma Ad

ministrativa do Governo Federal (ANEXO V). tal Convênio tem a finalidade de contribuir para a capacitação técnica e científica dos profissionais que atuam na área de meio ambiente do Estado do Amazonas.

Nas próximas etapas, pretende-se ampliar o projeto, para proporcionar maior apoio técnico, institucional e financeiro ao CODEAMA.

Convém ressaltar que o CODEAMA vem desenvolvendo o projeto "Zoneamento Ecológico e Sócio-Econômico do Médio Amazonas", que poderá constituir em importante subsídio ao zoneamento objetivado na área do PMACI.

3.1.4. Projeto: "Educação Ambiental".

O presente projeto foi incluído no cronograma geral do PMACI e previsto para ser iniciado em paralelo aos demais projetos da SEMA. Entretanto, devido ao incremento dado à estruturação do IMAC, foi reprogramado para ser executado após a fase inicial de implantação daquele órgão. Além disso, com base na amplitude e importância deste Projeto para a efetivação da Política de Meio Ambiente na área-programa, concluiu-se pela necessidade de um contato prévio mais detalhado com as demais instituições integrantes do PMACI e com aquelas atuantes na região.

Será implantado a partir de março de 1987, em estreita articulação com o IMAC, INPA, UFAC, CONSEMA, FUA e CODEAMA. O enfoque inicial constituirá na preservação das áreas de Reservas Ecológicas.

Salienta-se que devido às mudanças estruturais na SEMA, o projeto que estava a cargo da existinta Coordenadoria de

Comunicação Social e Educação Ambiental, passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Ecossistemas. Tal projeto representa atualmente uma das prioridades da SEMA, e deverá, portanto, ser incrementado de forma mais ampla que o previsto.

3.2. "Estudos e Levantamentos Complementares"

3.2.1. Projeto: "Diretrizes Ambientais para a Área de Influência da BR-364, Trecho Porto Velho-Rio Branco".

O objetivo inicialmente proposto para esse projeto continua válido.

O enfoque, antes para o Acre, foi ampliado para os Estados de Rondônia e Amazonas, com os quais vem sendo realizados contatos para atividades na área de influência da BR-364.

3.2.1.1. Reconhecimento:

a) Estruturação da equipe: embora qualificada, a equipe da SEMA participante do PMACI é menor do que aquela proposta inicialmente. Vem atuando em estreita articulação com os técnicos do Governo do Acre, Amazonas e Rondônia, bem como junto ao IBGE, para o acompanhamento dos levantamentos, sob sua responsabilidade.

É composta pelos seguintes membros:

. Edgar Henrique Klever - Secretário de Ecossistemas/
Coordenador Geral do Programa.

. Maria Celeste Guimarães Nogueira - Coordenadora de Estudos de Ecossistemas - bióloga - Coordenadora Técnica.

. Miriam Laila Absy Rissoli - Geóloga - Responsável Técnica.

Colaboradores:

- . Luis Alberto Fernandes - Arquiteto.
- . Maria Mônica Guedes de Moraes - Meteorologista.
- . Iêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão - responsável da SEMA pelo acompanhamento junto ao IBGE.
- . Vitor Carlos Kaniak - Eng^o Florestal - Coordenador de Reservas Ecológicas.
- . Zilda de Azevedo - Economista - responsável pelo a acompanhamento financeiro do projeto.

Apoio Administrativo:

- . Eduardo Honório de Lacerda - Datilógrafo.

b) Levantamento de Dados e Informações Bibliográficas:

. Aspectos Institucionais e Legais: A iniciar-se em janeiro/87, será executado pela SEMA, através da equipe acima mencionada e eventuais colaboradores. Os dados levantados serão incorporados ao primeiro relatório do IBGE.

. Aspectos Ambientais: conforme acertos anteriores, o IBGE está encarregado de levantar os dados sobre os aspectos ambientais, com exceção dos Recursos Hídricos, que ficou a cargo da SEMA. Para isto, está sendo contratado um consultor para a SEMA, Dr. Nilson Augusto Villa Nova, conforme "Curriculum Vitae". (ANEXO II).

O levantamento relativo à Fauna, inicialmente a cargo da SEMA, deverá ficar sob a responsabilidade do IBGE, conforme entendimentos verbais anteriores. Para tanto, foi enviada uma correspondência da SEMA ao IPEA solicitando a possibilidade de repas

sar tal atividade ao IBGE; porém até o momento, não obtivemos resposta.

. Aspectos Antrópicos: Será realizado pelo IBGE, cuja proposta foi analisada pela SEMA, através de reuniões com aquele órgão, com o objetivo de esclarecer e orientar as necessidades da SEMA no levantamento dos aspectos antrópicos..

c) Reconhecimento de Campo:

Em função do levantamento de campo, em execução pelo IBGE, será feito reconhecimento de campo a fim de proporcionar uma visão da realidade local, para análise das informações obtidas. Estas, em concordância com a Política Nacional de Meio Ambiente, orientará as diretrizes ambientais a serem aplicadas à região.

3.2.1.2. Diagnóstico:

Esta etapa será realizada pela SEMA em fase posterior, tendo como base todos os levantamentos efetuados na área-programa, através dos órgãos contratados e conveniados do PMACI.

3.2.1.3. Prognóstico:

Esta etapa não foi iniciada, considerando que para sua realização é necessário a conclusão das etapas anteriores.

3.2.1.4. Diretrizes Ambientais:

Encontra-se em situação idêntica às das etapas de Prognóstico e Diagnóstico.

3.2.2. Projeto: "Levantamento de Áreas Para Criação de Unidades de Conservação da SEMA".

O objetivo deste projeto continua válido, com ênfo que ainda para o Estado do Acre.

Entre as atividades, foi incluído como uma das priori dades, estudos relativos às Reservas Extrativistas. Nesse Sentido, a SEMA vem apoiando, através de recursos de outras fontes, a rea- lização de um estudo piloto no Estado de Rondônia, proposto pela Secretaria de Agricultura/RO/IEF.

Metodologia:

. Levantamento das informações disponíveis, referen- tes a material bibliográfico, cartográfico e etc, já foi iniciado.

. Com o intuito de obter subsídio e sugestões para criação de novas Unidades de Conservação, foram iniciados os con- tatos, através de correspondência enviada ao IMAC, CODEAMA, CONSEMA, UFAC e INPA. Ainda foi convidado o biólogo Carlos Edgard de Deus, Professor da UFAC, para colaborar junto a SEMA, com su- jestões referentes às novas Unidades de Conservação.

. As etapas de realização da seleção de áreas poten- ciais e a determinação da viabilidade de criação de Unidades de Conservação, com base na Legislação existente, estão previstas pa- ra o primeiro semestre de 1987.

4. Desenvolvimento físico-financeiro

4.1. Recursos financeiros / Programação 1986.

A Versão Preliminar da aplicação dos recursos financeiros apresentado no Plano de Ação Provisório - versão março/86, sofreu modificações, conforme evidenciado no Quadro II.

PROJETOS	PROPOSTA INICIAL	PLANO DE APLICAÇÃO ATUAL
<u>MEDIDAS DE AÇÃO IMEDIATA</u>	<u>896.900,00</u>	<u>596.000,00</u>
.Fiscalização das Áreas de Reservas Ecológicas	438.900,00	438.000,00
.Apoio a Criação do Órgão de Meio Ambiente do Estado do Acre	60.000,00	60.000,00
.Apoio ao Órgão de meio Ambiente do Estado do Amazonas	98.000,00	98.000,00
.Programa de Educação Ambiental.	300.000,00	-
<u>EST. E LEV. COMPLEMENTARES</u>	<u>300.000,00</u>	<u>600.900,00</u>
.Diretrizes Ambientais Para o PMACI.	300.000,00	325.950,00
.Lev. das Áreas para criação de Unidades de Conservação da SEMA.	-	274.950,00
TOTAL DE RECURSOS SOLICITADOS.	1.392.400,00	
TOTAL DE RECURSOS APLICADOS.		1.196.900,00

QUADRO II : Recursos Financeiros - Proposta Inicial e Plano de Aplicação Atual.

QUADRO III

CRONOGRAMA FÍSICO

- PROPOSTA INICIAL (---)
- ATIVIDADES REALIZADAS PELA SEMA EM 1986 (—)

ATIVIDADES	1986												1987											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	<u>MEDIDAS DE AÇÃO IMEDIATA</u>																							
. Fiscalização de Áreas de Reservas Ecológicas.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												
. Apoio à Criação do Órgão de Meio Amb. do Est. do Acre.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												
. Apoio ao órgão de Meio Ambiente do Est. do Amazonas.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												
. Programa de Educação Ambiental.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												
<u>EST. E LEV. COMPLEMENTARES</u>																								
. Diretrizes Ambientais p/ o PMACI.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												
. Lev. das Áreas p/ Criação de Unidades de Conservação.				-	-	-	-	-	-	-	-	-												

4.2. Cronograma Físico:

No Cronograma Físico relativo ao QUADRO III, são comprovadas as atividades inicialmente propostas pela SEMA com aquelas desenvolvidas no ano de 1986/janeiro/1987.

5. Considerações Gerais / Justificativas:

Conforme apresentado neste relatório, a SEMA cumpriu em torno de 90% das suas atividades propostas.

Durante o ano de 1986, este órgão passou por uma série de mudanças estruturais e administrativas, que foram contornadas pela equipe técnica do PMACI, já que houve continuidade das atividades. Tais mudanças vêm trazendo um aprimoramento estrutural e organizacional que a curto prazo, deverá beneficiar o desenvolvimento dos programas como o PMACI. Essas mudanças referem-se à:

- substituição do Sr. Secretário de Meio Ambiente;
- substituição do Coordenador de Reservas Ecológicas;
- transferência da Coordenação Geral do programa, que a cargo da Secretaria de Planejamento, passou a ser da responsabilidade total da Secretaria de Ecossistemas;
- substituição do técnico da CEC designado para assistir o PMACI.

O atraso constatado na realização das ações, foi decorrente tanto da própria liberação de recursos, prevista para janeiro de 1986 e ocorrida apenas em 24.06.86, como também de certas dificuldades, conforme relacionado abaixo:

- fato da SEMA ser um Órgão de Administração Direta;

- impossibilidade de contratação de pessoal. Um melhor desempenho desse projeto na SEMA, requer necessariamente de uma equipe maior do que aquela existente, com técnicos especializados e auxiliares administrativos com tempo integral.

Além das questões já mencionadas, sem dúvida alguma, os atrasos na execução do projeto foram resultantes do reduzido número de técnicos, com dedicação integral ao programa:

- 01 técnico de nível superior;
- 01 auxiliar administrativo.

Os demais membros da equipe participam em tempo parcial, já que são responsáveis por outros projetos a cargo da Coordenadoria.

De acordo com entendimentos verbais com o Sr. Secretário de Meio Ambiente, serão enviados esforços para ampliar esse quadro.

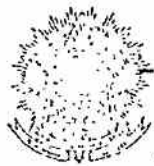
. Deverá ser adquirido o material permanente previsto no projeto, visando melhorar a infra-estrutura de apoio.

. Outro fator a considerar refere-se às diárias, que apesar de correrem à conta do PMACI, tem seu valor condicionado à quele concedido pelo Órgão (Cz\$ 365,00). Dessa forma, torna-se inviável aos técnicos da SEMA locomoverem-se com fluência a outros estados, bem como obter colaboração de outros técnicos, já que as despesas na região do programa superam o valor mencionado.

. A alteração do Sistema Financeiro do Governo Federal fez com que paralisasse toda a tramitação de empenhos, resultando em atrasos das atividades que envolvem recursos.

Conforme podemos verificar, as dificuldades mencionadas não inviabilizaram o projeto proposto pela SEMA que, a . nosso entender, teve um bom desempenho, concretizando ações, tais como a criação do IMAC, que serão de fundamental importância à continuidade dos objetivos do PMACI, mesmo após a sua vigência.

ANEXO 4: INCRA



-118-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

*REC-112
COPIAS
DESK-EDUARDAS POCI
PI PROJ PMACI
Delegado de Saneamento
Coordenador de Saneamento/PLAN*

Senhor Coordenador do PMACI

Em atendimento a solicitação de V.Sa., através do Telex/PMACI nº 1.910/86 de 17-12-86, vimos apresentar-lhe na oportunidade o relatório das atividades realizadas pelo INCRA, no exercício de 1986, na área do PMACI I e II, conforme Projetos aprovados no Plano de Ação Provisório (versão março 86), abaixo discriminados:

- Projeto - 1 - Sistematização dos Estudos Básicos da Estrutura Fundiária
- Projeto - 2 - Estudos Básicos para Seleção de Áreas para Colonização e Assentamento e
- Projeto - 3 - Levantamento Pedológico de Reconhecimento com Alta Intensidade na Escala 1:50.000.

Além dos Projetos acima referidos, foram apresentados por esta Autarquia ao GT/PMACI, em 29-07-86, mais 3 Projetos para atender os interesses da FUNAI, IBDF e Seringueira, abaixo discriminados:

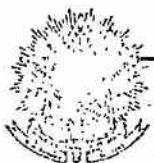
- Projeto - 4 - Regularização Fundiária (Discriminação de Terras - Reservas Indígenas)
- Projeto - 5 - Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais-PMACI (para famílias a serem transferidas das reservas indígenas)
- Projeto - 6 - Regularização Fundiária (área p/preservação dos recursos naturais e implantação de Projeto Seringueiro).

De conformidade com as Programações Operacionais 1986/87, para os Projetos acima enumerados, previstos para o período de julho/86 a julho de 1987, e submetidos à apreciação de V.Sa. em julho de 1986, alcançamos os seguintes resultados:

Projeto - 1 - Sistematização dos Estudos Básicos da Estrutura Fundiária.

PMACI
Documento Recebido
Em 23/02/87 por *[assinatura]*

[assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- a) executado 61 diagnósticos fundiário das glebas discriminadas pelo INCRA, na jurisdição do Projeto Fundiário Boca do Acre, Médio Madeira e Solimões todos situados no Estado do Amazonas, correspondente a um Somatório de área de aproximadamente 14.857,072 ha;
- b) em execução os levantamentos fundiários nos Estados do Acre e Rondônia;
- c) em execução a confecção de plantas na escala de 1:250.000, para plotagem de todas glebas trabalhadas pelo INCRA.

Projeto - 2 - Estudos Básicos para seleção de Áreas para Colonização e Assentamento

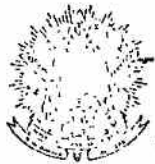
- a) trabalhos concluídos, abrangendo as glebas Extrema, Porto Acre, Nova Empresa, Mário Lobão, Remanso e Florianópolis

Projeto - 3 - Levantamento Pedalógico de Reconhecimento com alta Intensidade na Escala 1:50.000

- a) vistorias realizadas in-loco pela EMBRAPA e INCRA, em 5 área selecionadas, pelo INCRA, (Projeto 2) todas situadas no Estado do Acre;
- b) apresentação de proposta formulada pela EMBRAPA e encaminhada por esta Autarquia à essa Coordenação em nov/86, para apreciação e liberação de recursos (sem nenhuma resposta até a presente data).

Projeto - 4 - Regularização Fundiária (discriminação de Terras - Reservas Indígenas)

- a) os contatos realizados com técnicos da FUNAI e com essa Coordenação não se chegou a uma definição de estratégia de trabalho, ficando adiada a execução da programação para o exer-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

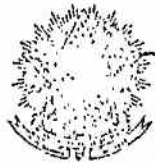
cício de 1987;

- b) foi executado a identificação de novas áreas indígenas COATÁ/LARANJAL, com o cadastramento de 24 famílias não índias, com os respectivos levantamentos de benfeitorias, trabalhos realizados em conjunto com a FUNAI;
- c) efetuado o levantamento cadastral de 59 famílias não índias com as respectivas benfeitorias, localizadas nas reservas indígenas Santo Antonio, Bom Intento, São Leopoldo e Feijoal, conforme discriminação:

R E S E R V A	Nº DE FAMÍLIA	POPULAÇÃO NÃO INDIA		
		ADULTO	CRIANÇA	TOTAL
Santo Antonio	25	71	78	149
Bom Itento	26	94	94	188
São Leopoldo	07	27	23	50
Feijoal	01	06	12	18
TOTAIS	59	198	207	405

d) foi firmado em DEZ/86 um Termo de Ajuste no valor de Cz\$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzados), entre o MIRAD e INCRA, para a regularização da reserva indígena AI ÁRU-EU-AU-AU, no Estado de Rondônia, visando a transferência de 650 colonos localizados naquela reserva para Projetos de Assentamentos do INCRA, cujos trabalhos serão iniciados em 1987.

(Handwritten signature)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Projeto - 5 - Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PMACI

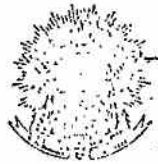
a) na área do PMACI I e II, foram expropriados 4 Imóveis com vistas ao assentamento de trabalhadores rurais, previstos no PRRA, do Estado do Acre; abaixo discriminado

NOME DO IMÓVEL	AREA Ha	D E C R E T O		DATA DE IMISSÃO DE POSSE
		Nº	DATA	
Seringal Vista Alegre	997	92.226/85	30.12.85	07.08.81
FAZ. Xandu	282	92.226/85	30.12.85	
Seringal Espinhara	1.700	91.912/85	13.11.85	30.05.86
Fazenda Figueira	25.973	93.044/86	30.07.86	18.12.86

b) foram criados 3 Projetos de Assentamentos, abaixo discriminados:

P R O J E T O	PORT Nº	MUNICÍPIO	UF
PA Figueira	083/87	Rio Branco	AC
PA Espinhara	730/86	Rio Branco	AC
PA Crajari	963/86	Benjamin Const.	AM

os dois primeiros em terras oriundas de processos expropriatório, vide item (a) e o último em terras oriundas de processo de discriminatório através de arrecadação Sumária com base no artigo 28 da Lei Federal nº 6.387 de 07 de dezembro de 1976.



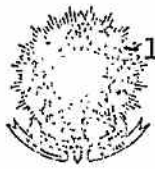
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- c) a implantação dos citados Projetos de Assentamentos está sendo programado para o presente exercício.
- d) para o PA Crajari, foi firmado em DEZ/86, Termo de Ajuste entre o MIRAD e INCRA, no valor de Cz\$ 4.769.698,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta e nove mil e seiscientos e noventa e oito cruzados), visando o reassentamento das famílias não índias oriundas das reservas indígenas Santo Antonio, Bom Intento, São Leopoldo e Feijoal, todas situadas no município de Benjamin Constant/AM.
- e) as áreas selecionadas constante do Projeto 2, deram origem a processos para desapropriação por Interesse Social, os quais se encontram em tramitação em Brasília.

Projeto - 6 - Regularização Fundiária (área p/preservação dos recursos naturais através de Floresta Nacional ou Estadual e implantação do Projeto Seringueiro)

- a) está em execução os levantamentos de campo, dos Imóveis localizados em um polígono em torno de 200.000 hectares, nas cabeceiras do rio Xapuri-AC, bem como de todos seus ocupantes com as suas respectivas benfeitorias, os trabalhos tiveram início em 1986 por técnicos do INCRA da SR-14
- b) até a presente data o IBDF se omitiu, quanto o interesse, sobre o assunto.

[Handwritten signature]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

R E C U R S O S

a) Recursos orçamentários aprovados pelo PMACI, para o INCRA, foram da ordem de Cz\$ 1.392.400,00 (hum milhão, trezentos e noventa e dois mil e quatrocentos cruzados) para os seguintes Projetos:

Projeto - 1 - Sistematização dos Estados Básicos da Estrutura Fundiária - Cz\$ 694.500,00.

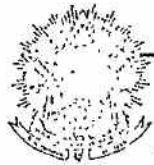
Projeto - 2 - Estudos para Seleção de Áreas para Colonização e Assentamento - Cz\$ 111.200,00.

Projeto - 3 - Levantamento Pedológico de Reconhecimento de Alta Intensidade Escala 1:50.000.
Cz\$ 586.700,00.

b) Recursos financeiros repassados ao INCRA:

PROJETO	VALOR DA 1ª LIBERAÇÃO	DATA	VALOR DA 2ª liberação	DATA	TOTAL Liberado
01	350.000	28.08.86	244.500	22.12.86	594.500
02	111.200	28.08.86	-	-	111.200
TOTAIS	461.200	-	244.500		705.700

1) os recursos recebidos, correspondentes a 1ª liberação, foram repassados às SR,s 14, 15 e 17, conforme NF, assim discriminados:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

			Cz\$ 1,00
SR	PROJETO	VALOR	DATA
14	1 e 2	255.714	22.10.86
15	1	25.000	07.10.86
15	1	44.450	22.10.86
17	1	69.450	22.10.86
TOTAL		394.614	

ficando retido na Sede a importância de Cz\$ 66.680,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta cruzados. A 2ª liberação no valor de Cz\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos cruzados não foi utilizada, uma vez que, essa chegou ao INCRA após o encerramento do exercício financeiro.

c) Pagamentos efetuados no exercício de 1986 somaram um total de Cz\$ 62.781,50 (sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e um cruzados e cinquenta centavos)

d) Saldo orçamentário de Cz\$ 1.329.618,50 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e dezoito cruzados e cinquenta centavos), pendente de aprovação pela SOF para o exercício de 1987.

Por oportuno lembramos a V.Sa., que a execução dos trabalhos acima mencionados, foram custeados com recursos próprio do INCRA, devido o atraso na liberação dos valores aprovados para esta Autarquia.

Alertamos ainda, que a indefinição por parte dessa Coordenação sobre os Projetos 3, 4, 5 e 6 constantes das Programações Operacionais apresentadas desde julho/86, poderá provocar conflitos na organização espacial principalmente na área do PMACI I, com a chegada de novos trabalhadores sem terra.

Brasília, 19 de fevereiro de 1987

João Oliveira Ribetto
 JOÃO OLIVEIRA RIBETTO
 Representante do INCRA/PMACI
 Portaria 150/85

ANEXO 5: EMBRAPA



EMBRAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO NACIONAL DE LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS

C.SNLCS.GC. 011 /87

Rio de Janeiro, 29 de janeiro 1987

Ilmo Sr.

Dr. DAGOBERTO KOEHNTOPP

MD. Coordenador do PMACI

IPEA

Setor Bancário Sul - Ed. BNDES - 16º andar

70076 - BRASÍLIA - DF

*Execução
COPAC
F36E
IPEA
MOK
of. PMACI 18/87
19/87*

Senhor Coordenador:

Enviamos, em anexo, Levantamento e Planejamento de Conservação do Solo e Manejo Global da Área sob Jurisdição do PMACI, para seu conhecimento.

Atenciosamente,

Antonio M. Pires Filho
ANTONIO MANOEL PIRES FILHO
Chefe Substituto do SNLCS

PMACI
Documento Recebido
Em 10/10/87 For. *Musa*

/mrsá.

Acervo
ISA

EMBRAPA

-127-

LEVANTAMENTO E PLANEJAMENTO DE
CONSERVAÇÃO DO SOLO E MANEJO GLODAL
DA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DO PMACI

A - LEVANTAMENTO DE RECONHECIMENTO DOS SOLOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA BR 364, DA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS E DO INDICATIVO AGRO-SILVO-PASTORIL DAS TERRAS

1 - Resultados Alcançados em 1986:

- Fotoleitura e fotointerpretação em folhas de imagens de RADAR, traçado de drenagem, análise de padrões e estabelecimento da legenda fotopedológica.
- Planejamento e estabelecimento da metodologia para os trabalhos de campo.
- Elaboração dos mapas bases na escala 1:250.000.
- Mapa de Solos da área A

De acordo com as informações fornecidas pelo mapa de solo podemos afirmar o seguinte:

A região está ocupada pelo LATOSSOLO AMARELO, LATOSSOLO VERMELHO-ESCURO, LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO, PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO, PODZOL HIDROMÓRFICO, CAMBISSOLO, PLINTOSSOLO, GLEI POUCO HÚMICO, GLEI HÚMICO, AREIAS QUARTZOSAS E SOLOS ALUVIAIS. São solos predominantemente ÁLICOS, exceção para alguns LATOSSOLOS VERMELHO-AMARELO que são DISTRÓFICOS e PODZÓLICOS VERMELHO-AMARELO E SOLOS ALUVIAIS que são EUTRÓFICOS.

O horizonte A é moderado, na maioria dos solos exceto no PODZOL HIDROMÓRFICO que tem A proeminente.

São solos de argila de atividade baixa e ocorrem sob floresta equatorial subperenifólia (em grande parte), floresta equatorial subperenifólia com babaçu, cerrado equatorial subperenifólia, campo cerrado e vegetação campestre.

EMBRAPA

Nas partes mais baixas, em áreas sujeitas a inundação ocasionais e/ou periódicas, a vegetação é de floresta equatorial perenifólia de várzea, floresta equatorial higrofila de várzea e campo cerrado equatorial higrofilo de várzea.

O relevo é predominantemente plano e suave ondulado, ocorrendo entretanto o relevo ondulado, forte ondulado e montanhoso. Neste três últimos tipos de relevo, geralmente os solos estão associados com rochiosidade que varia de ligeiramente rochosa a muito rochosa.

A textura varia de média a argilosa e o aparecimento de cascalho e/ou calhaus no perfil do solo está normalmente relacionado com o relevo e/ou afloramentos de rochas.

As fases pedregosas III e II são encontradas em solos que aparecem no relevo plano, suave ondulado e ondulado e a fase pedregosa I em relevo ondulado e forte ondulado.

É frequente a presença de solos com caráter podzólico ou latossólico nas diferentes classes.

A aptidão agrícola é bastante variável, encontrando-se terras nos diferentes grupos dos níveis de manejo A, B e C, para pastagem plantada, silvicultura e/ou pastagem natural e preservação da flora e da fauna ou para culturas especiais.

As áreas ocupadas pelo LATOSSOLO AMARELO E LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO de textura média e argilosa, em relevo plano e suave ondulado, poderão ser melhor utilizadas na agricultura; com culturas perenes, no sistema de manejo C ou em pastagens plantadas.

As áreas ocupadas pelo PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO, em relevo plano e suave ondulado, têm comportamento semelhante ao dos LATOSSOLOS mencionados no item acima.

EMBRAPA

Os CAMBISSOLOS geralmente de relevo plano e/ou suave ondulado caracterizam-se por apresentar horizonte plíntico, sendo esta a razão de serem indicadas para pastagem plantada.

O PLINTOSSOLO, GLEI POUCO HÚMICO e GLEI HÚMICO poderão ser utilizadas em pastagem natural, como ocorre no pantanal Mato-grossense. Entretanto, o GLEI POUCO HÚMICO e GLEI HÚMICO são adequados para culturas especiais na época da estiagem.

Os SOLOS ALUVIAIS, por deficiência de fertilidade e pelo excesso de água, que ocasionalmente possa ocorrer, são recomendados apenas para o uso regular no sistema de manejo A ou em pastagem natural. Maior aproveitamento poderá ser dado aos SOLOS ALUVIAIS EUTRÓFICOS e ao PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO EUTRÓFICO.

Como os melhores solos da região ocorrem, predominantemente, em áreas de relevo mais acidentado, sua utilização para a agricultura e pastagem deve ser bem conduzida principalmente por causa da erosão das terras.

2 - Resultados alcançados em 1987

Viagem de coleta de perfis e amostras extras em diferentes locais da área A.

3 - Análise comparativa com as metas previstas no PAP para o exercício de 1986.

De acordo com o cronograma de ação apresentado em 1986, as atividades previstas de março a maio foram concluídas e os resultados alcançados estão inseridos no presente relatório.

EMBRAPA

4 - Problemas encontrados

A liberação dos recursos realizada no mês de outubro foi fator limitante para a execução das atividades previstas de junho até dezembro de 1986.

5 - Recursos aplicados em 1986

Saldo em 01.01.86	Cz\$ 77.045,01
Recursos liberados em 30.10.86	264.800,00
T O T A L	341.845,01
Despesas realizadas	24.748,43
Saldo em 31.12.86	Cz\$ 317.096,58

6 - Cronograma de ação

Ano 1987

MÊS	ATIVIDADES
Março	mapeamento das principais unidades de solo na área A e coleta de perfis e amostras extras. Nesta etapa os trabalhos serão executados através de picadas ao longo das rodovias e nos cursos de drenagem. Análises física, química e mineralógica das amostras coletadas.
Abril.	Na área B
Maio e Junho	Na área C
Julho	Redação do relatório final de solos e da aptidão agrícola das terras.
Setembro	Realização do Curso em Rio Branco para divulgar os resultados obtidos, orientar e disciplinar a ocupação da área e melhorar a preservação do meio ambiente.
Outubro	Realização de Curso em Porto Velho para divulgar os resultados obtidos, orientar e disciplinar a ocupação da área e melhorar a preservação do meio ambiente.

EMBRAPA

7 - Orçamento

Período Março a Outubro de 1987

MÊS	DESPESA A SER REALIZADA	VALOR EM Cz\$	TOTAL POR MÊS Cz\$
Março	-Rio/Manaus/Porto Velho/Manaus/ Rio	7.187,10	
	-Belém/Manaus/Porto Velho/Manaus/ Belém para 01 pesquisador	4.830,00	
	-Belém/Manaus/Belém para 02 pesquisadores	5.172,80	
	-Manaus/Labrea/Manaus para 02 pesquisadores	4.185,60	
	-25 diárias x 4 (quatro) pesqui- sadores 100 dias x Cz\$816,00	81.600,00	
	-Aluguel de carro - 23 dias x Cz\$3.000,00	69.000,00	
	-Aluguel de barco - 20 dias x Cz\$4.000,00	80.000,00	
	-110km de picadas a Cz\$500,00	55.000,00	
	-Serviço de 02 (dois) mateiros x 43 dias x Cz\$100,00	8.600,00	
	-Abertura de 25 (vinte e cinco) perfis x Cz\$200,00	5.000,00	320.575,50
Abril	-Rio/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Rio	7.988,50	
	-Belém/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Belém para 03 (três) pes- quisadores	13.593,90	
	-25 diárias x 4 (quatro) pes- quisadores 100 dias x Cz\$ 816,00	81.600,00	
	-Aluguel de carro - 46 dias x Cz\$3.000,00	138.000,00	
	-110km de picadas a Cz\$500,00	55.000,00	
	-Serviço de 02 (dois) mateiros x 43 dias x Cz\$100,00	8.600,00	
	-Abertura de 25 (vinte e cinco) perfis x Cz\$200,00	5.000,00	309.782,40

EMBRAPA

MÊS	DESPESA A SER REALIZADA	VALOR EM Cz\$	TOTAL POR MÊS Cz\$
Maio	-Rio/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Rio	7.988,50	
	-Belém/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Belém para 03 (três pes- quisadores .	13.593,90	
	-25 diárias x 04 (quatro) pesqui- sadores 100 dias x Cz\$816,00	81.600,00	
	-Aluguel de carro - 40 dias x Cz\$3.000,00	120.000,00	
	-Aluguel de barco - 10 dias x Cz\$4.000,00	40.000,00	
	-110km de picadas a Cz\$500,00	55.000,00	
	-Serviço de 02 (dois) mateiros x 43 dias x Cz\$100,00	8.600,00	
	-Abertura de 25 (vinte e cinco) perfis x Cz\$200,00	5.000,00	331.782,40
Junho	-Rio/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Rio	7.988,50	
	-Belém/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Belém para 03 (três pes- quisadores	13.593,90	
	-25 diárias x 04 (quatro) pesqui- sadores 100 dias x Cz\$816,00	81.600,00	
	-Aluguel de carro - 23 dias x Cz\$3.000,00	69.000,00	
	-Aluguel de barco - 20 dias x Cz\$4.000,00	80.000,00	
	-110km de picadas a Cz\$500,00	55.000,00	
	-Serviço de 02 (dois) mateiros x 43 dias x Cz\$100,00	8.600,00	
	-Abertura de 25 (vinte e cinco) perfis x Cz\$200,00	5.000,00	320.782,40
Julho e Agosto	-Preparação de mapas e relatõ rio		100.000,00

MÊS	DESPESA A SER REALIZADA	VALOR, EM Cz\$	TOTAL POR MÊS Cz\$
Setembro	-Rio/Manaus/Rio Branco/Manaus/ Rio	7.988,50	
	-Belém/Manaus/Rio Branco/Ma - naus/Belém para 03 (três) pes quisadores	13.593,90	
	-Brasília/Rio Branco/Brasília	8.799,80	
	-70 diárias x Cz\$816,00	57.120,00	
	-Outras despesas	10.500,00	98.002,20
Outubro	-Rio/Manaus/Porto Velho/Manaus/ Rio	7.187,10	
	-Belém/Manaus/Porto Velho/Ma - naus/Belém para 03 (três) pes - quisadores	14.490,00	
	-Brasília/Porto Velho/Brasília	7.847,40	
	-70 diárias x Cz\$816,00	57.120,00	
	-Outras despesas	10.500,00	97.144,50
TOTAL GERAL PARA TRABALHOS DE CAMPO E CURSOS			1.578.069,40

8 - Cronograma de Desembolso

Ano 1987

MÊS	Cz\$
Fevereiro	630.357,90
Abril	752.564,80
Junho	195.146,70
TOTAL DA LIBERAÇÃO	1.578.069,40

9 - Cronograma de ação

ATIVIDADES	1 9 8 7									
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Relação imagem-solo, identificação, coleta perfis e/ou amostras extras área A										
Elaboração mapas bases áreas B e C										
Mapeamento, coleta perfis e/ou amostras extras área A										
Mapeamento, coleta perfis e/ou amostras extras área B										
Mapeamento, coleta perfis e/ou amostras extras área C										
Análises de amostras e/ou perfis										
Redação relatório final										
Reinterpretação, ordenação de dados										
Realização de Curso em Rio Branco (AC)										
Realização de Curso em Porto Velho (RO)										

EMBRAPA

B - PLANEJAMENTO DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E MANEJO GLOBAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DA BR-364

1 - Resultados Alcançados em 1986

- Aquisição de cartas topográficas de áreas dos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas

2 - Análise comparativa com as metas previstas no PAP para o exercício de 1986 e problemas encontrados

De acordo com o cronograma de ação apresentado em 1986 as atividades previstas de março a maio foram concluídas. A liberação dos recursos realizada no mês de outubro foi o fator limitante para a execução das atividades previstas de junho até dezembro de 1986.

3 - Cronograma de ação

MÊS	ATIVIDADES
Maio	Visita a área I para verificação dos problemas existentes e definição de metodologia e para coleta de amostras de solo e de água.
Junho	Visita a área II para verificação dos problemas existentes e definição da metodologia e para coleta de amostras de solo e de água. Análise das amostras coletadas.
Julho	Visita a área III para verificação dos problemas existentes e definição da metodologia e para coleta de amostras de solo e de água. Análise das amostras coletadas.
Agosto	Visita a área IV para verificação dos problemas existentes e definição da metodologia e para coleta de amostras de solo e de água. Análise das amostras coletadas.
Setembro	Análise de amostras de solos e de água e interpretação dos dados de campo e de laboratório

MÊS	ATIVIDADES
Outubro e Novembro	Preparação do relatório final, com sugestões referentes ao melhor uso e manejo de solo da região, e respectivos mapas.
Dezembro	Entrega do trabalho final

4 - Orçamento

Período Maio a Dezembro de 1987

MÊS	DESPESA A SER REALIZADA	VALOR EM Cz\$	TOTAL POR MÊS Cz\$
Maio	-04 passagens Rio/Manaus/Rio Branco/Rio	31.954,00	
	-15 diárias x 04 pesquisadores 60 diárias x Cz\$810,00	48.600,00	
	-15 diárias x 01 pesquisador UEPAE 15 diárias x Cz\$810,00	12.150,00	
	-Aluguel de lancha e carro	45.000,00	
	-Transporte de amostra de solo e de água	6.000,00	143.704,00
Junho	-Gastos idênticos ao mês de maio + análise de amostras de solo e de água de 20 amostras x Cz\$60,00		144.904,00
Julho	-Gastos idênticos ao mês de junho		144.904,00
Agosto	-Análise de amostras de solos e água de 20 amostras x Cz\$60,00	1.200,00	
	-04 passagens Rio/Manaus/Rio Branco/Rio	31.954,00	
	-15 diárias x 04 pesquisadores 60 diárias x Cz\$810,00	48.600,00	
	-Datilografia, desenhos e xerox para os cursos	60.000,00	141.754,00

EMBRAPA

MÊS	DESPESA A SER REALIZADA	VALOR EM Cz\$	TOTAL POR MÊS Cz\$
Setembro	-Análise de amostras de solos e de águas 20 amostras x Cz\$ 60,00		1.200,00
Outubro e Novembro	Sem gastos		
Dezembro	-02 passagens Rio/Brasília/Rio 05 diárias x 02 técnicos 10 diárias c Cz\$810,00	7.743,20 8.100,00	15.843,20
TOTAL GERAL PARA TRABALHOS DE CAMPO			592.309,20

5 - Cronograma de Desembolso

MÊS	Ano 1987 Cz\$
Fevereiro	288.608,00
Abril	286.658,00
Junho	17.043,20
TOTAL DA LIBERAÇÃO	592.309,20

EMBRAPA

6 - Cronograma de Ação

ATIVIDADES	1 9 8 7							
	M	J	J	A	S	O	N	D
Visita área I e coleta amostras solo e de água								
Visita área II e coleta amostras solo e de água								
Visita área III e coleta amostras solo e de água								
Visita área IV e coleta amostras solo e de água								
Análise de solo e de água								
Preparação do relatório final								
Entrega do trabalho final								

ANEXO 6: IPEA

RELATÓRIO PMACI, I

1986



Rente

PMACI I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1986

1. INTODUÇÃO
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 2.1 - Atividades Temáticas
 - 2.2 - Atividades Integradas
3. DESPESAS REALIZADAS
4. AVALIAÇÃO GERAL DO LEVANTAMENTO DO PMACI REALIZADO PELO IBGE
 - 4.1 - Análise do projeto em 1986
 - 4.2 - Previsão para 1987
5. CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

O PMACI I teve início em meados de agosto de 1986, quando foi assinado o contrato IPEA/IBGE.

O presente relatório apresenta a situação atual das atividades desenvolvidas, temáticas e integradas, além das reuniões realizadas com os vários órgãos; especifica as despesas feitas e faz uma avaliação geral do projeto no IBGE.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 - Atividades Temáticas

2.1.1 - GEOLOGIA

2.1.1.1 - Atividades de Gabinete

- .Seleção e consulta bibliográfica.
- .Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e satélite LANDSAT TM.
Consulta de fichas de descrição de afloramentos e mapas de amostragem dos Projetos Noroeste de Rondônia e Guajarã-Mirim.
- .Interpretação preliminar das folhas SC.20 - YA/YB/VC/VD em imagens de radar e correspondentes imagens de satélite LANDSAT TM (Fig. 1).
- .Programação das operações de campo.
- .Remessa de amostras para laminação.

2.1.1.2 - Atividades de Campo

- .Operação terrestre no noroeste do Estado de Rondônia.
- .Operação fluvial no rio Pavini.
- .Operação fluvial nos rios Macauã e Caetê.
- .Operação fluvial no rio Ituxi e afluentes.

2.1.2 - PEDOLOGIA

2.1.2.1 - Atividades de Gabinete

- .Seleção e consulta bibliográfica.
- .Transferência dos dados existentes sobre a área para cópias em off-set dos mosaicos do radar.
- .Catalogação de todos perfis, fertilidades e amostras extras.
- .Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e satélite LANDSAT TM.
- .Reinterpretação das imagens de radar correspondentes às Folhas SC-20-VC e SC-20-VD (Fig. 2).

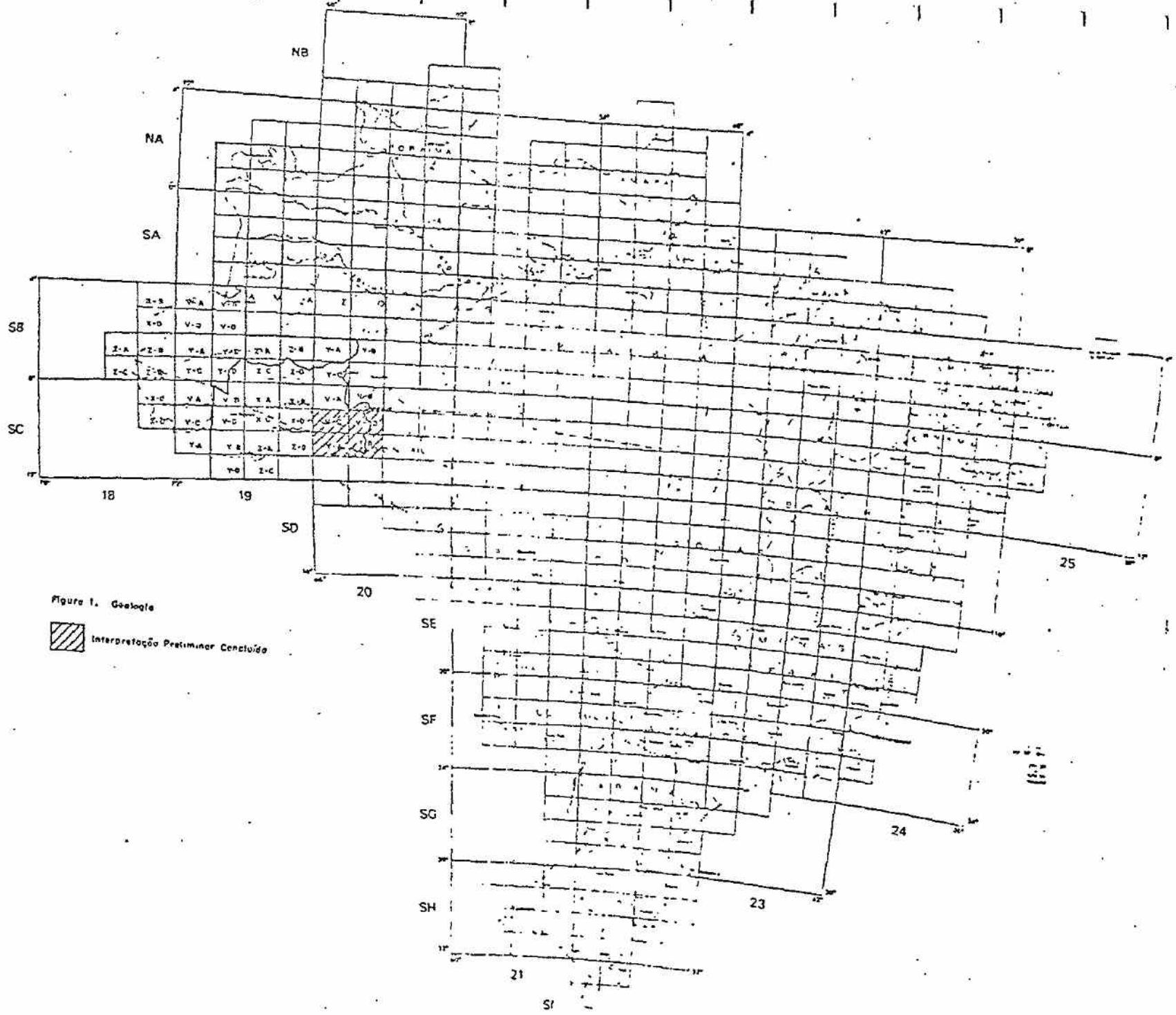


Figura 1. Geologia
Interpretação Preliminar Concluída

.Revisão do mapeamento de solos com base em levantamentos realizados em áreas específicas.

.Programação de operações de campo.

2.1.2.2 - Atividades de Campo

.Operação terrestre nos Estados do Acre e Rondônia.

.Operação fluvial nos rios Purus e Páuíni.

2.1.3 - VEGETAÇÃO

2.1.3.1 - Atividades de Gabinete

.Seleção e consulta bibliográfica.

.Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e sa télite LANDSAT TM.

.Interpretação preliminar de imagens de satélite referentes às seguintes órbitas: 003/066, 233/067, 001/067, 002/067, 003/067 e 002/066 (Fig. 3).

.Digitalização do inventário realizado pelo Projeto RADAMBRASIL.

.Montagem de off-sets de imagens de radar em painel contendo a loc lização dos pontos inventariados pelo Projeto RADAMBRASIL.

.Preparação de listagem dos pontos inventariados pelo Projeto RADAMBRASIL.

.Confecção de mapa preliminar.

.Preparação das operações de campo.

2.1.3.2 - Atividades de Campo

.Operações terrestre nos Estados do Acre e Rondônia.

.Operação fluvial nos rios Acre, Purus e Pauini.

.Operação fluvial nos rios Itaxi, Endimari, Aiquiri - Curuquete.

.Operação fluvial nos rios Macauã, Caetê e Iaco.

2.1.4 - GEOMORFOLOGIA

2.1.4.1 - Atividades de Gabinete

.Seleção e consulta bibliográfica.

.Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e sa télite LANDSAT.

.Montagem do Referencial de Padrões de Imagem de Radar.

.Interpretação geomorfológica preliminar dos seguintes mosaicos de radar: SB.19 - YD/ZC/ZD, SC.19 - VB/VC/VD/XA/XB/XC/XD/YA/YB/ZA/ZB/ZC, SB.20 - YC e SC.20 - VC/VD/YA/YB (Fig. 4).

.Elaboração da programação das operações de campo a serem realizadas em 1987.

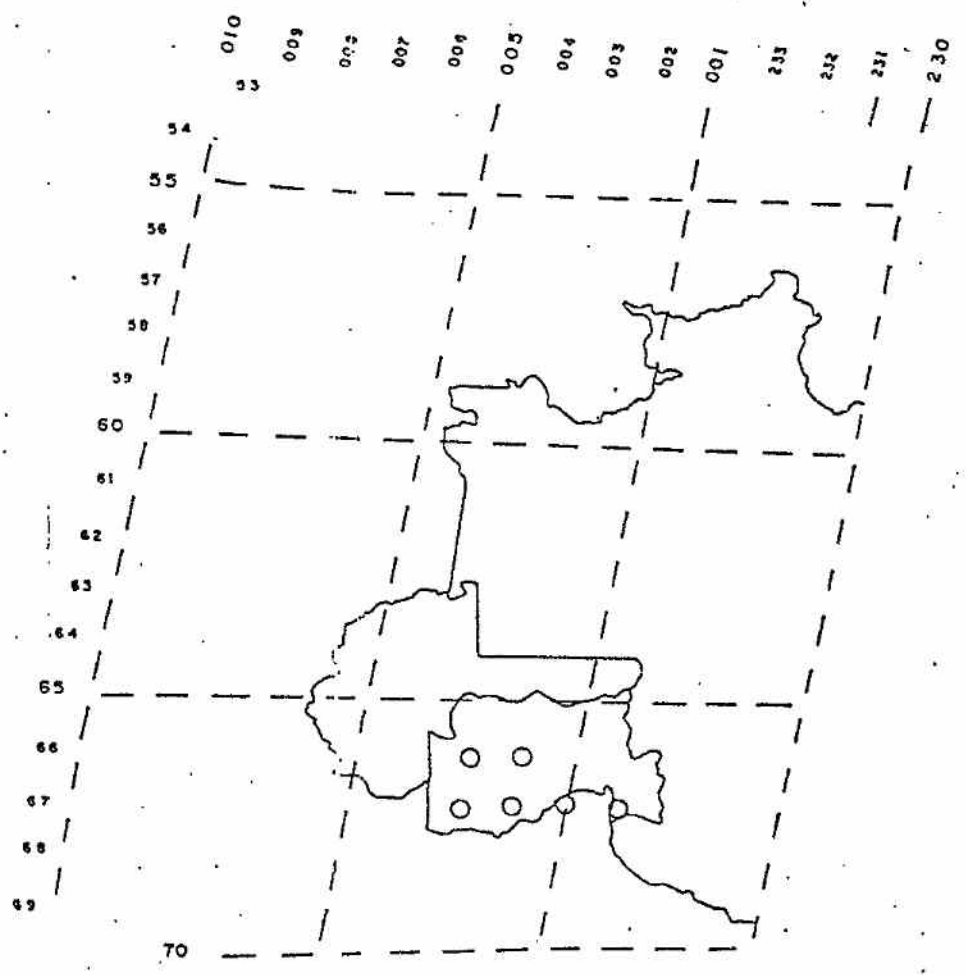


Figura 3. Vegetação
○ Interpretação Preliminar Concluída

2.1.5 - USO DO SOLO

2.1.5.1 - Atividades de Gabinete

- .Levantamento e pesquisa bibliográfica.
- .Adequação da metodologia a ser aplicada na área do projeto.
- .Seleção de variáveis censitárias e montagem dos quadros a serem solicitados ao DEDAD, como tabulações especiais dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980 dos municípios abrangidos pelo projeto a nível setorial.
- .Formulação do modelo de questionário a ser aplicado no campo.
- .Compilação dos limites setoriais dos Mapas Municipais para Fins Estatísticos (MME) dos anos de 1975, 1980 e 1985 de todos os municípios abrangidos.
- .Interpretação preliminar de uso do solo em imagens de satélite LANDSAT TM na escala 1:250.000, canais 3 e 4 (Fig. 5).
- .Tabulação de dados censitários - Censos Agropecuários 1975/80/85 dos municípios em questão.
- .Lançamento nas cartas topográficas (preliminares) 1:250.000 dos limites censitários setoriais (Fig. 6).
- .Participação em reuniões com a coordenação e demais equipes integrantes do projeto, com o objetivo de traçar meios de atuação bem como de discutir a metodologia a ser empregada nos trabalhos integrados.

2.1.6 - CLIMA

2.1.6.1 - Atividades de Gabinete

- .Levantamento e pesquisas bibliográficas.
- .Levantamento das estações meteorológicas e pluviométricas.
- .Solicitação de dados meteorológicos junto aos órgãos operadores.
- .Elaboração do plano de trabalho de campo.
- .Plotagem em base cartográfica (escala 1:250.000) das estações meteorológicas e pluviométricas disponíveis na área e suas adjacências.
- .Contatos junto ao DEDAD/DINFO objetivando a obtenção dos dados meteorológicos correspondentes às estações da rede do INEMET.
- .Revisão, seleção e tratamento estatístico dos dados pluviométricos fornecidos pelo DNAEE e para os dados da rede do INEMET, período 1961/70, disponíveis na DICLI.

OBS.: Os dados pluviométricos do DNAEE chegaram a DICLI no início de novembro, só então procedeu-se a um levantamento dos dados disponíveis para a área, compreendendo 47 (quarenta e sete) estações pluviométricas da área e suas adjacências. No que se refere aos dados meteorológicos solicitados ao INEMET em 26/06/1986, até o momento, tais dados não chegaram a DICLI.

- .Elaboração de climogramas referentes às estações meteorológicas do INEMET com normais climatológicas disponíveis.

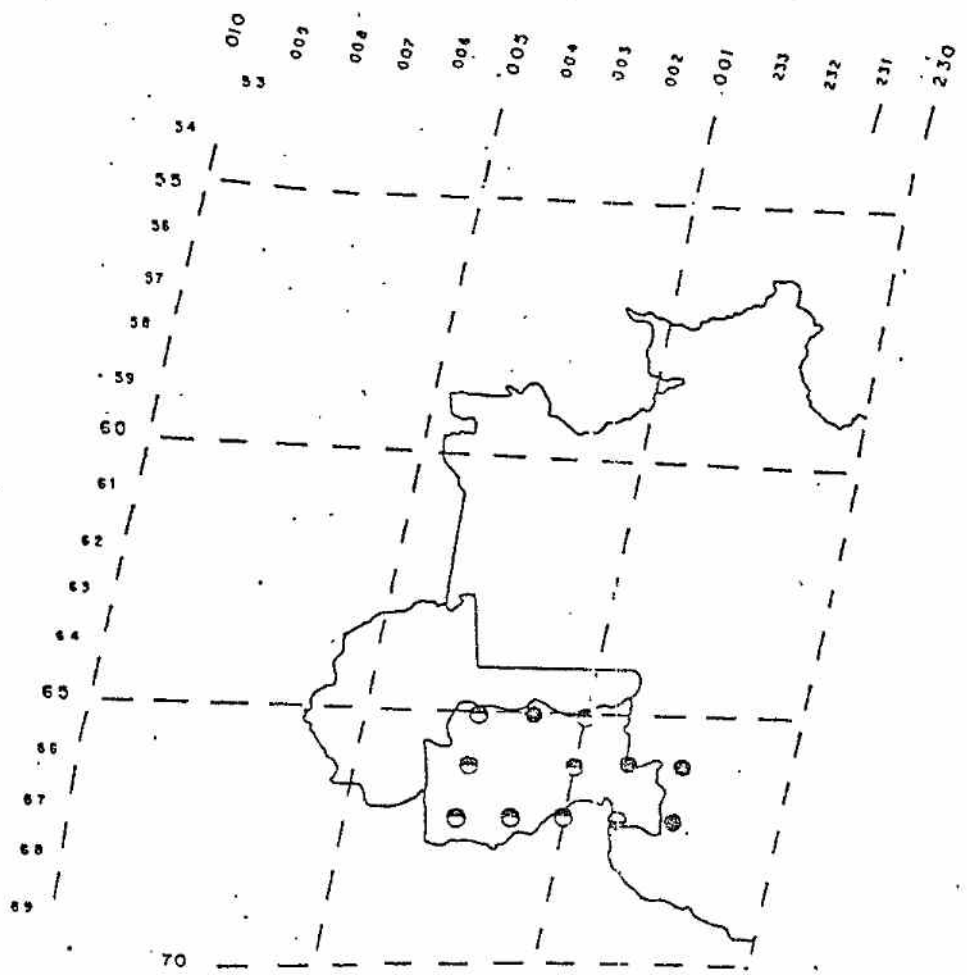


Figure 3 - Use de Sal
 ● Interpretação Preliminar Concluída [canal 3]
 ○ Interpretação Preliminar Concluída [canal 4]

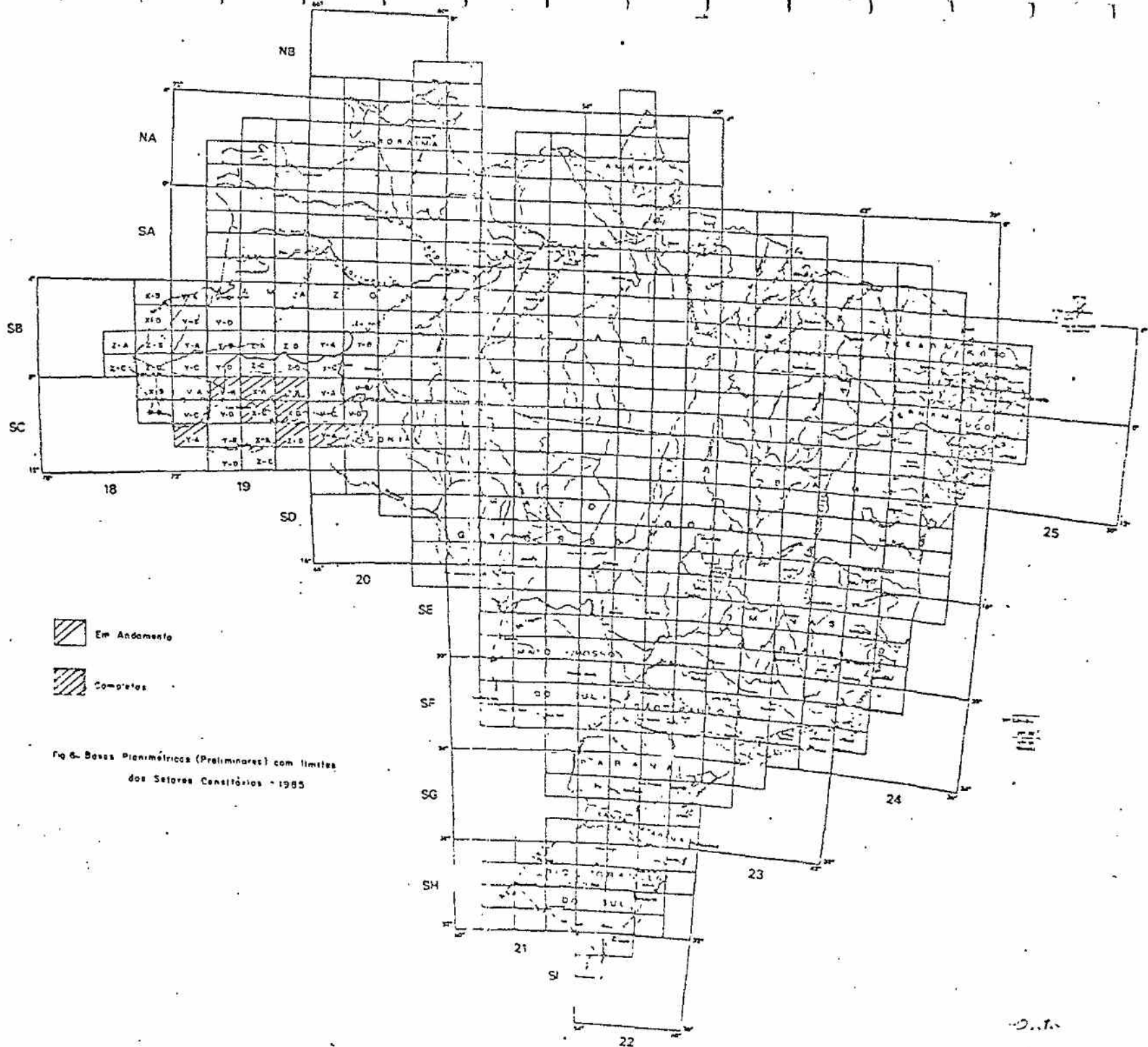


Fig. 6. Bases Planimétricas (Preliminares) com limites dos Setores Constituintes - 1985

.Participação em reuniões junto a coordenação do projeto para tratar de assuntos relativos a programação, metodologia e etapas de integração dos trabalhos.

2.1.7 - GEOGRAFIA: ESTUDOS RURAIS, ESTUDOS DE REGIONALIZAÇÃO E ESTUDOS URBANOS

2.1.7.1 - Atividades de Gabinete

- .Levantamento bibliográfico .
- .Estudos objetivando uma definição metodológica a ser utilizada na pesquisa.
- .Elaboração de roteiros de entrevistas para pesquisa de campo.
- .Programação de operações de campo.
- .Levantamento e tabulação de dados censitários 1970/80 - 18 variáveis.
- .Mapeamento de algumas informações censitárias selecionadas (quatro mapas sobre crescimento populacional e migração, e onze mapas sobre a organização do quadro agrário).
- .Participação em reuniões técnicas convocadas pela coordenação do projeto.
- .Participação em um seminário com as coordenadoras do projeto e de mais integrantes, com o objetivo de discutir a metodologia de pesquisa interdisciplinar integrada.
- .Contatos com o Departamento de Bases Cartográficas (DEBOG) e com as Delegacias Regionais do IBGE em Rondônia, Acre e Amazonas.

2.1.8 - CARTOGRAFIA

2.1.8.1 - Compilação das Bases (Fig. 7)

- .Já se encontram compiladas todas as bases.
- .Encontram-se atualizadas 11 folhas com a utilização de imagem LANDSAT (TM).

2.1.8.2 - Desenho final da base das folhas

- .Já foram preparadas as especificações técnicas para o desenho final que deverá ser iniciado em janeiro.

2.1.8.3 - Apresentação final

- .Já se encontram em fase de preparação as especificações para o desenho final das Cartas Temáticas.
- .Já estão sendo preparados os elementos, para a formulação das informações de margem, que irão compor as máscaras que darão origem aos positivos finais das Cartas.

2.1.9 - Apoio Logístico

2.1.9.1 - Participação em reuniões

.Em Brasília com a FAB/COMGAR em 11/08/86.

.Em Brasília com a FAB/COMGAR em 15/10/86.

2.1.9.2 - Apoio às operações fluviais realizadas

.de 15/10 a 15/12/86

.de 23/10 a 07/12/86

.de 29/10 a 29/11/86

.de 18/11 a 16/12/86

.de 26/11 a 10/12/86

2.1.9.3 - Apoio às operações terrestres realizadas

.de 15/10 a 13/12/86

.de 17/10 a 12/11/86

.de 21/10 a 19/11/86

.de 21/10 a 14/11/86

.de 17/11 a 19/12/86

2.2 - ATIVIDADES INTEGRADAS

A fase de integração do PMACI foi antecipada, a fim de obterem-se melhores resultados na preparação do Zoneamento Ecológico-Econômico.

Reuniões Realizadas:

.14 a 16 de julho - no Rio de Janeiro, com a participação de técnicos de todas as áreas participantes do PMACI, no IBGE, com o objetivo de desenvolver discussão metodológica e programação conjunta das atividades de campo.

.15 a 19 de setembro - no Rio de Janeiro, com a participação dos técnicos de todas as áreas participantes do PMACI, no IBGE, com o objetivo de discutir metodologia e integrar os trabalhos de campo.

2.3 - REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS DO PMACI

.20/02 - em Brasília, com o conjunto dos órgãos do convênio para apreciação dos projetos setoriais apresentados.

.21/02 - em Brasília, para avaliação de trabalho, na SEMA.

.21/02 - em Brasília, para avaliação no trabalho em comum, no IBDF, com a presença do Sr. Coordenador do PMACI/IPEA.

.28/02 - no Rio de Janeiro, para avaliação do plano de trabalho conjunto, com o IBDF.

.11 e 12/03 - em Brasília, para apreciação do PMACI pelos consultores do BID.

- .21/03 - no Rio de Janeiro, para apresentação do Projeto PMACI/IBGE, com os consultores do BID.
- .04/04 - no Rio de Janeiro, reunião da Coordenação PMACI/IBGE, com Ieda Paixão, representante da SEMA.
- .09/05 - no Rio de Janeiro, com Goodland e Dagoberto Koehntopp, para acompanhamento do PMACI.
- .13/06 - no Rio de Janeiro, com representantes do IPEA, EMBRAPA, SEPLAN/MA e SUPREN/IBGE para tratar do zoneamento ecológico-econômico e agroecológico.
- .22/07 - no Rio de Janeiro, com Raphael David dos Santos, representante do PMACI/EMBRAPA para tratar do plano de trabalho conjunto.
- .29/07 - em Brasília, apresentação do Plano Operacional do IBGE em reunião do PMACI.
- .08/08 - no Rio de Janeiro, com a EMBRAPA para preparação do acordo técnico e do plano de trabalho conjunto.
- .21 e 22/08 - no Rio de Janeiro, com o IBDF para a preparação do plano de trabalho conjunto.
- .22/08 - no Rio de Janeiro, com o DNPM para preparação do plano de trabalho conjunto, com a participação de Dagoberto Koehntopp, coordenador do PMACI/IPEA.
- .22/09 - no Rio de Janeiro, com Enéas Salatti para acompanhamento do PMACI/IBGE.
- .15/09 - em Brasília, reunião do PMACI na SEMA, com a apresentação da metodologia de estudos integrados por Teresa Cardoso da Silva, do IBGE.
- .20/11 - no Rio de Janeiro, com o representante do IPEA, José Rente do Nascimento, na EMBRAPA, para avaliação do trabalho conjunto IBGE/EMBRAPA.
- .21/11 - no Rio de Janeiro, com o representante do IPEA, José Rente do Nascimento, no IBGE, para acompanhamento do trabalho do IBGE.

3. RECURSOS APLICADOS

Despesas variáveis (diárias)	Cz\$ 350.725,00
Material de consumo	Cz\$ 67.174,06
Remuneração de serviços pessoais (braçais)	Cz\$ 67.093,56
Outros serviços e encargos (passagens aéreas, aluguel de barcos e viaturas)	Cz\$ 522.387,61
TOTAL	Cz\$ 1.007.380,24

4. AVALIAÇÃO GERAL DO LEVANTAMENTO DO PMACI REALIZADO PELO IBGE

4.1 - Análise do Projeto em 1986.

Como parte integrante do plano de ação provisório, o IBGE iniciou o levantamento dos recursos ambientais e de aspectos sócio-econômicos da organização do espaço na área do PMACI.

Além disto propôs pequena alteração de limites do PMACI, tendo em vista fazer coincidirem os limites das bacias e dos municípios com o do projeto.

O PMACI/IBGE ultrapassou, em 1986, alguns obstáculos, procurando não interromper as atividades. O maior deles, provavelmente, foi o relativo ao início do projeto, em consequência da data da assinatura do contrato IPEA/IBGE, que resultou no desdobramento das operações de campo, em função da instalação da estação chuvosa na área. Disto resultou pequeno atraso no cronograma, bem como em alteração de custos, constante em ofícios dirigidos ao IPEA.

Procurou-se, ainda, adequar os trabalhos planejados às condições específicas advindas com o desenvolvimento do trabalho. Assim, a fase de integração foi antecipada, procurando iniciá-la antes do começo das operações de campo.

Em 1986, o PMACI/IBGE pode desenvolver o levantamento bibliográfico; parte da interpretação temática das imagens; operações de campo terrestres e fluviais relativas aos temas geologia, pedologia e vegetação; elaboração de bases cartográficas; e reuniões de integração, tendo em vista pesquisas de campo e o trabalho em geral. Além disto, estabeleceu entendimentos com vários órgãos do convênio, tendo realizado pesquisas de campo conjuntas com o DNPM/CPRM; reuniões com a SEMA, que indicou representante para acompanhar o projeto no IBGE; acordo com a EMBRAPA, necessitando ainda de reajuste; reuniões com o IBDF, visando trabalho conjunto, ainda não definido.

4.2 - Previsão para 1987

É o da conclusão do projeto, em novembro, com a apresentação do zoneamento ecológico-econômico, sob forma de mapas e relatório e dos mapas temáticos de serviço.

Este ano, serão completadas as interpretações temáticas; as operações de campo para o conjunto das equipes do projeto, as interpretações resultantes da integração tendo em vista o zoneamento.

Para atender a esta programação o PMACI/IBGE necessitará, em 1987, Cz\$ 3.241,658, para atender a diárias, passagens, aluguel de barcos e viaturas, remuneração de serviços pessoais, dos quais Cz\$ 710.602,00 por complementação

de acordo com solicitação já encaminhada. Em 1986 recebeu Cz\$ 1.500.000,00, correspondentes a duas parcelas do contrato.

5. CONCLUSÕES

Avaliação do PMACI pelo IPEA e demais órgãos do convênio, é fundamental para as adequações do projeto às condições específicas resultantes do de desenvolvimento dos trabalhos.

SUBCOMISSÃO DE REVISÃO DO PMACI IBGE

PROPOSTA DE REVISÃO DOS LIMITES DA ÁREA DO PMACI

OBJETIVO - A revisão dos limites da área do PMACI visa compatibilizar os contornos externos de ambos os setores relativos aos PMACI I e PMACI II aos limites das unidades administrativas (municípios), bem como das unidades territoriais naturais (bacias hidrográficas).

JUSTIFICATIVA - A Proposta Metodológica de Estudos Integrados para o Diagnóstico dos Recursos Naturais e Problemas Ambientais, desenvolvida pela Geógrafa Tereza Cardoso da Silva do IBGE/DKN-BA, salienta que "as pesquisas realizadas em vários países, principalmente por russos, franceses e brasileiros, representam experiências de modelização dos princípios e concepções da Teoria Geral do Sistema, introduzidos na definição de geossistema por Tansley em 1934. Essa teoria contém os elementos de raciocínio necessários à percepção dos fenômenos ocorrentes no meio natural, considerado como um conjunto de elementos harmonicamente mantidos por fluxos de energia e de matéria".

"O enfoque sistêmico é um elemento lógico que possibilita a identificação dos atributos, propriedades dos componentes geoambientais e o funcionamento dos sistemas, na dependência dos fatores naturais e das derivações antrópicas. Ele satisfaz ao objetivo de previsão das modificações que podem ocorrer e a seleção dos tipos de intervenções compatíveis com a resistência dos ambientes".

"Os estudos apoiados nessa ótica dinâmica começam por definir os arranjos espaciais que representam geossistemas, em função dos mecanismos apreendidos globalmente, segundo a hierarquia natural dos fatos".

"Os geossistemas sendo unidades concretas são passíveis de descrição e representação cartográfica. Espacializam a noção abstrata

de ecossistema, na qual se relacionam os elementos bióticos produtores e consumidores".

"Por razões de ordens conceitual e prática vem sendo tratada como unidade básica dos estudos a bacia hidrográfica, considerada como um modelo dos sistemas natural aberto, onde se pode interpretar as trocas de energia e de materiais que ali se realizam".

De certa forma já se verifica um certo ajuste dos limites do PMACI às duas grandes bacias hidrográficas da área, desde que a bacia do rio Purus está contida em sua maior parte na área do PMACI I e a bacia do rio Juruá insere-se quase que totalmente da área do PMACI II.

Há ainda que se considerar que as operações fluviais serão executadas respeitando-se, obviamente, as bacias hidrográficas, ao passo que os estudos sócio-econômicos serão desenvolvidos a nível de municípios.

PROPOSIÇÃO - Considerando o exposto acima e, de modo geral, a coincidência entre os limites municipais e os limites de bacias hidrográficas, propõe-se as seguintes alterações nos contornos da área do PMACI (vide mapa anexo):

1 - Estado do Acre

O respeito ao limite entre as bacias dos rios Juruá e Purus e aos limites municipais requer a alteração dos limites entre os PMACI I e II, de modo que o município de Manuel Urbano fique totalmente contido no PMACI I e o de Feijó no PMACI II.

2 - Estado do Amazonas

Os limites do PMACI II coincidem com o paralelo 6° Lat. S e com o meridiano 69° Long. WGr. O paralelo secciona a bacia do rio Tapauá, tributário do Purus, deixando de incluir a maior parte da bacia do rio principal e determinada porção do município de Tapauá. Para este

caso sugere-se que o limite do PMACI II seja deslocado de modo a corrigir a distorção referida acima.

O meridiano 69° WGr. secciona os municípios de São Paulo de Olivença e Jutai que se inserem na bacia do rio Jutai, afluente do rio Solimões. Considerando-se que o rio Jutai não pertence a nenhuma das duas grandes bacias hidrográficas da área, sugere-se que as partes de ambos os municípios atualmente inseridas na área do PMACI II sejam retiradas, exceto o trecho da Área Indígena do Vale do Javari que adentra o território destes municípios.

RELATÓRIO PMACI II

1986



PMACI II

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1986

1. INTRODUÇÃO
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 2.1 - Atividades Temáticas
 - 2.2 - Atividades Integradas
 - 2.3 - Reuniões com outros órgãos do PMACI
3. DESPESAS REALIZADAS
4. AVALIAÇÃO GERAL DO LEVANTAMENTO DO PMACI REALIZADO PELO IBGE
 - 4.1 - Análise do projeto em 1986
 - 4.2 - Previsão para 1987
5. CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

O PMACI II teve início em meados de setembro de 1986, quando foi assinado o Contrato IPEA/IBGE.

O presente relatório apresenta a situação atual das atividades desenvolvidas, temáticas e integradas; além das reuniões realizadas com os vários órgãos; especifica as despesas feitas e avalia o conjunto do projeto no IBGE.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 - Atividades Temáticas

2.1.1 - GEOLOGIA

2.1.1.1 - Atividades de Gabinete

- Seleção e consulta bibliográfica;
- Obtenção de trabalhos anteriores junto à PETROBRÁS, CPRM, DNPM e outras instituições;
- Reavaliação da interpretação dos mosaicos de radar referentes às Folhas SB.18 - ZD/XD/XB e SB.19-ZA (Fig. 1);
- Interpretação preliminar das imagens de satélite LANDSAT TM referentes às órbitas 005/065 e 006/065;
- Programação das operações de campo;
- Descrição de lâminas referentes às amostras coletadas na operação de campo terrestre.

2.1.1.2 - Atividades de Campo

- Operação terrestre ao longo da BR-364, trecho Rio Branco - Tarauacá;

OBS.: Realizada parcialmente devido à falta de condições de tráfego que ocasionou a suspensão dos trabalhos.

- Operação fluvial no Rio Juruá e trechos de seus afluentes.

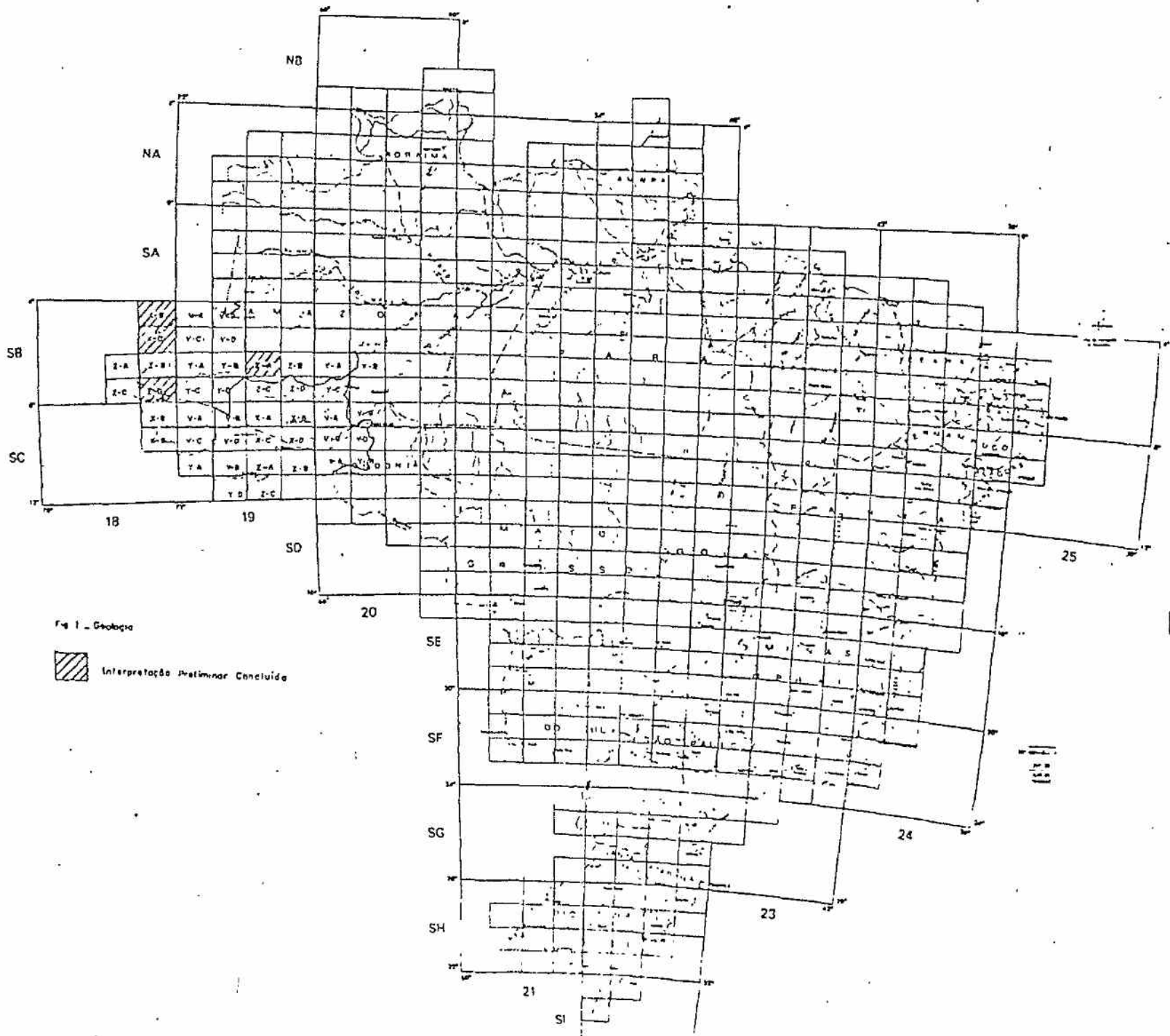



Fig. 1 - Geologia

 Interpretação definitiva Concluída

2.1.2 - PEDOLOGIA

2.1.2.1 - Atividades de Gabinete

- Seleção e consulta bibliográfica;
- Transferência dos dados existentes sobre a área para cópias em off-set dos mosaicos de radar;
- Catalogação de todos os perfis, fertilidades e amostras extras;
- Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e satélite LANDSAT TM;
- Programação das operações de campo previstas para 1987;
- Interpretação preliminar das imagens de satélite TM referentes às órbitas 005/65 e 005/66 (Fig. 2).

2.1.2.2 - Atividades de Campo

- Operação fluvial no Rio Juruá e principais afluentes.

2.1.3 - VEGETAÇÃO

2.1.3.1 - Atividades de Gabinete

- Seleção e consulta bibliográfica;
- Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e satélite LANDSAT TM;
- Interpretação preliminar de imagens de satélite referentes às seguintes órbitas: 003/065, 002/065, 005/066 e 233/065 (Fig. 3);
- Digitalização do inventário realizado pelo Projeto RADAMBRASIL;
- Montagem de off-sets de imagens de radar em painel contendo a localização dos pontos inventariados pelo Projeto RADAMBRASIL;

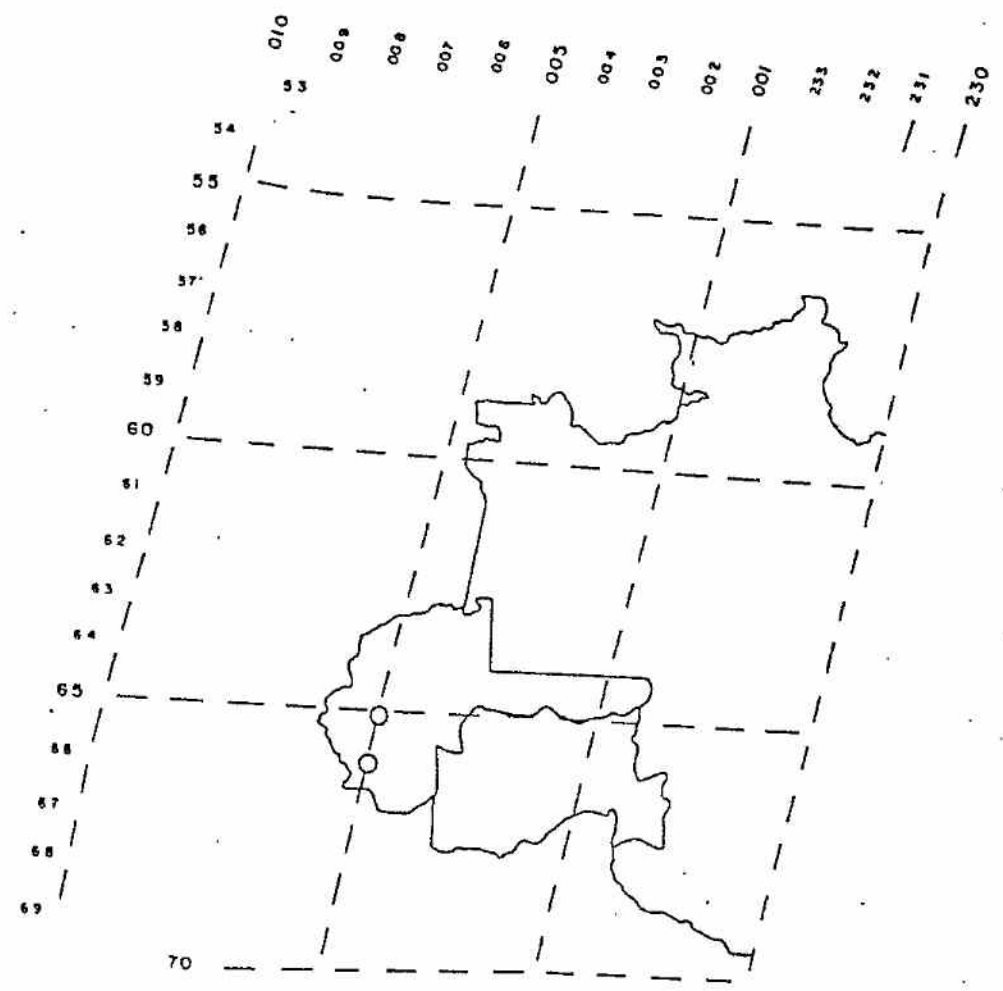


Fig 2 - Pedologia

○ Interpretação Preliminar Concluída

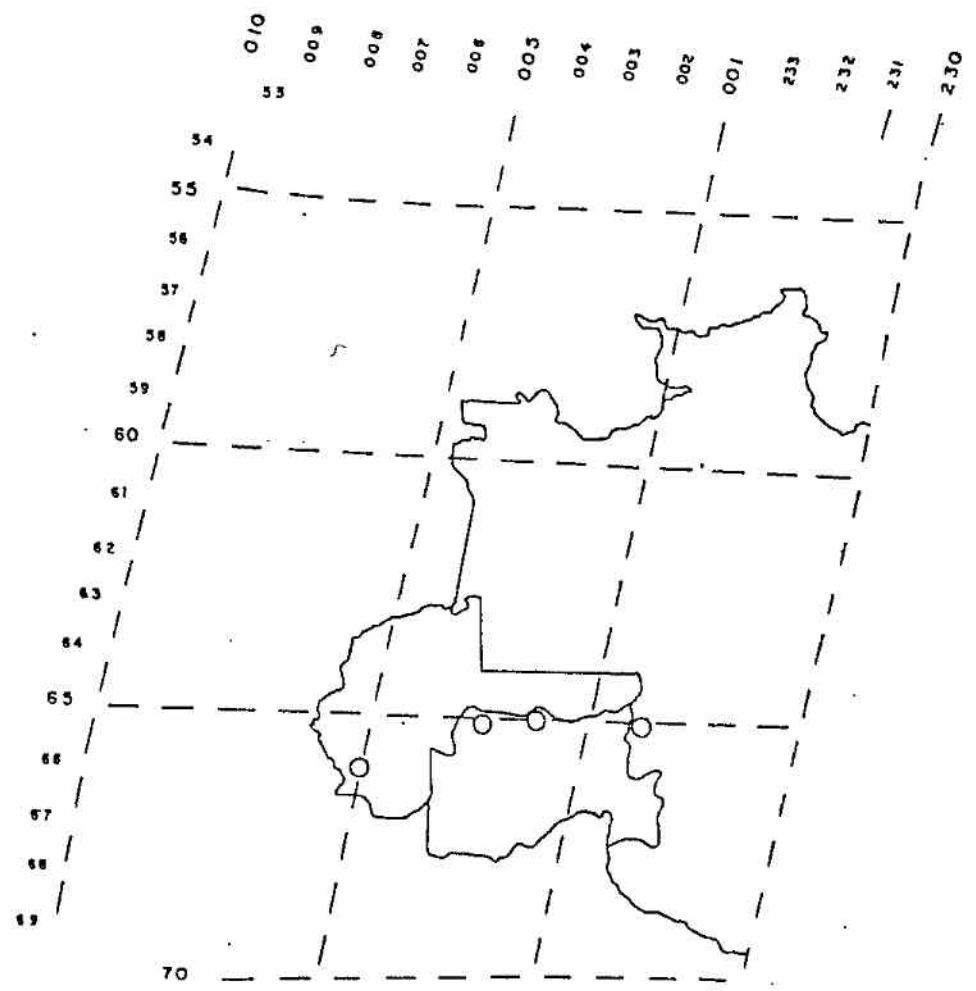


Fig. 3 - Vegetação
○ Interpretação Preliminar Concluída

- Preparação de listagem dos pontos inventariados pelo Projeto RADAMBRASIL;
- Confeccção de mapa preliminar;
- Preparação das operações de campo.

2.1.4 - GEOMORFOLOGIA

2.1.4.1 - Atividades de Gabinete

- Seleção e consulta bibliográfica;
- Seleção e análise de material cartográfico e imagens de radar e satélite LANDSAT TM;
- Montagem do Referencial de Padrões de Imagens de Radar;
- Interpretação preliminar dos seguintes mosaicos de radar: SB.18 - XB/XD/ZA/ZD, SC.18 - XA/XB, SB.19 - VC/VD/YA/YB, S.20 - VC/YA/YB e SC.19 - VA (Fig. 4);
- Elaboração da programação das operações de campo a serem realizadas em 1987.

2.1.5 - USO DO SOLO

2.1.5.1 - Atividades de Gabinete

- Levantamento e pesquisa bibliográfica;
- Adequação da metodologia a ser aplicada na área do projeto;
- Seleção de variáveis censitárias e montagem dos quadros a serem solicitados ao DEDAD, como tabulações especiais dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980 dos municípios abrangidos pelo projeto a nível setorial;
- Formulação do modelo de questionário a ser aplicado no campo;

- Compilação dos limites setoriais dos Mapas Municipais para Fins Estatísticos (MME) dos anos de 1975, 1980 e 1985 de todos os municípios abrangidos;

- Interpretação preliminar de uso do solo em imagens de satélite LANDSAT TM na escala 1:250.000, canais 3 e 4 (Fig. 5);

- Tabulação de dados censitários - Censos Agropecuários 1975/80/85 dos municípios em questão;

- Lançamento nas cartas topográficas (preliminares) 1:250.000 dos limites censitários setoriais (Fig. 6);

- Participação em reuniões com a coordenação e demais equipes integrantes do projeto, com o objetivo de traçar metas de atuação bem como de discutir a metodologia a ser empregada nos trabalhos integrados.

2.1.6 - CLIMA

2.1.6.1 - Atividades de Gabinete

- Levantamento e pesquisas bibliográficas;

- Levantamento das estações meteorológicas e pluviométricas;

- Solicitação de dados meteorológicos junto aos órgãos operadores;

- Elaboração do plano de trabalho de campo;

- Plotagem em base cartográfica (escala 1:250.000) das estações meteorológicas e pluviométricas disponíveis na área e suas adjacências;

- Contatos junto ao DEDAD/DINFO objetivando a obtenção dos dados meteorológicos correspondentes às estações da rede do INEMET;

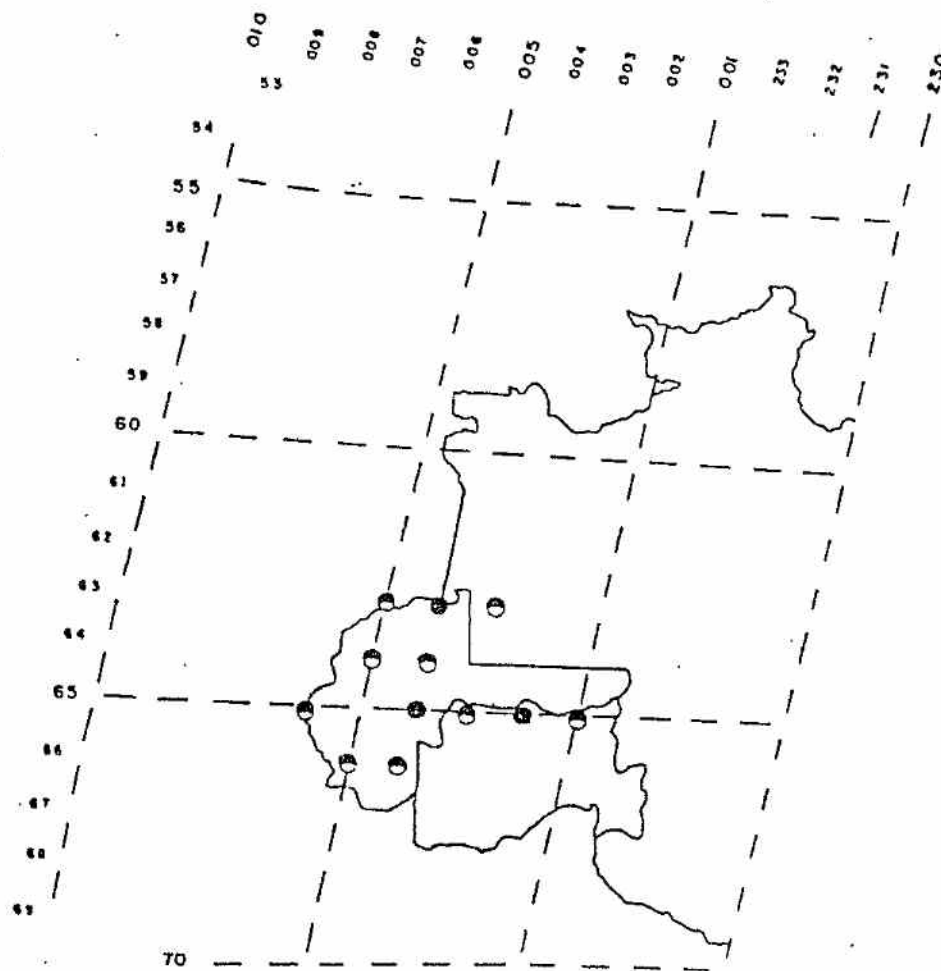
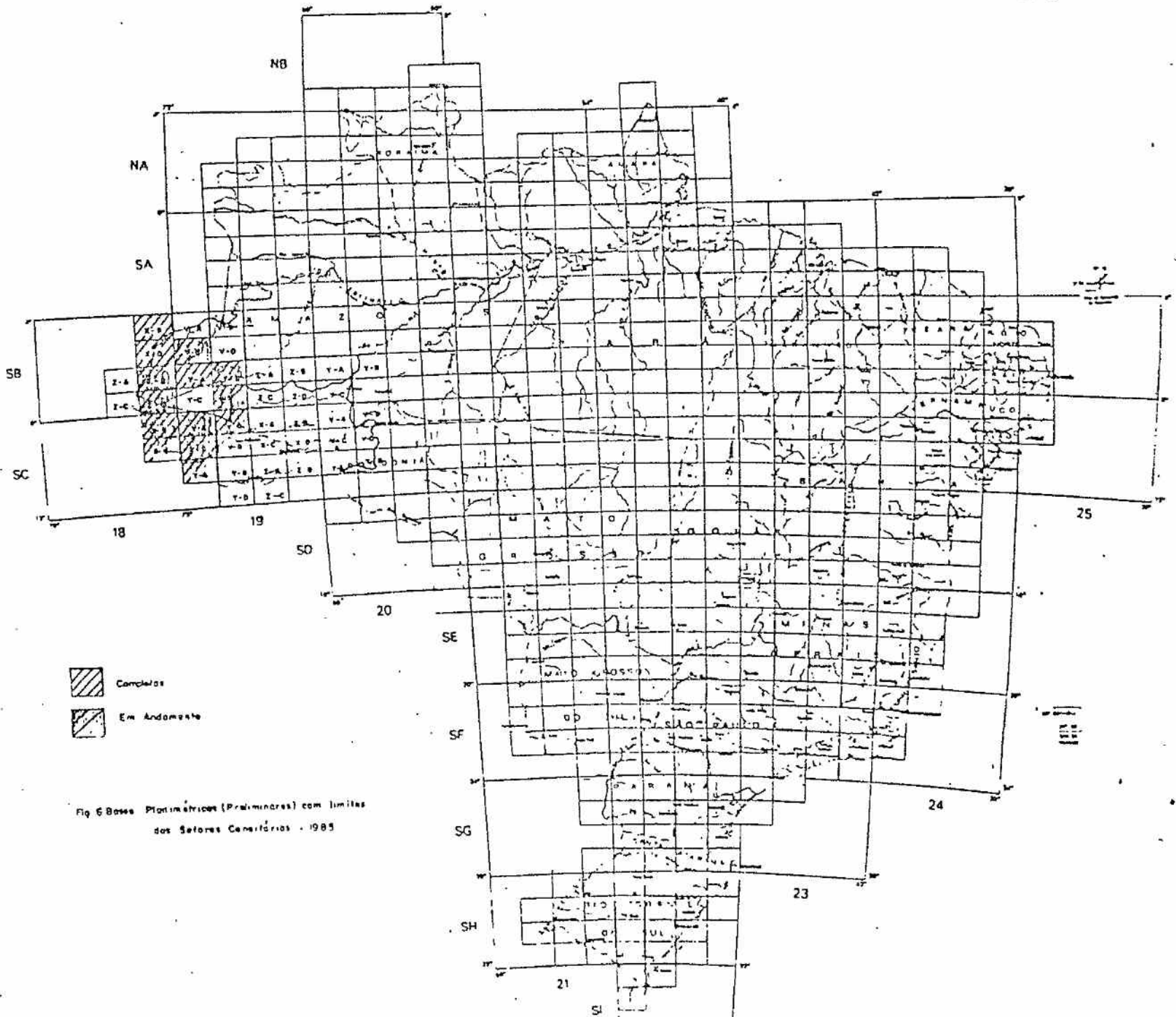


Fig 5. Uso do Solo

- Interpretação Preliminar Concluída (canal 3)
- Interpretação Preliminar Concluída (canal 4)
- ⊕ Interpretação Preliminar Concluída (canal 3) + Interpretação Preliminar Concluída (canal 4)



Completas
Em Andamento

Fig 6 Bases Fotométricas (Preliminares) com limites dos Setores Censitários - 1985

- Revisão, seleção e tratamento estatístico dos dados pluviométricos fornecidos pelo DNAEE e para os dados da rede do INEMET, período 1961/70, disponíveis na DICLI;

OBS.: Os dados pluviométricos do DNAEE chegaram a DICLI no início de novembro, só então procedeu-se a um levantamento dos dados disponíveis para a área, compreendendo 47 (quarenta e sete) estações pluviométricas da área e suas adjacências. No que se refere aos dados meteorológicos solicitados ao INEMET em 26.06.1986, até o momento, tais dados não chegaram a DICLI.

- Elaboração de climogramas referentes às estações meteorológicas do INEMET com normais climatológicas disponíveis;

- Participação em reuniões junto a coordenação do projeto para tratar de assuntos relativos a programação, metodologia e etapas de integração dos trabalhos.

2.1.7 - GEOGRAFIA: ESTUDOS RURAIS, ESTUDOS DE REGIONALIZAÇÃO E ESTUDOS URBANOS

2.1.7.1 - Atividades de Gabinete

- Levantamento bibliográfico;
- Estudos objetivando uma definição metodológica a ser utilizada na pesquisa;
- Elaboração de roteiros de entrevistas para pesquisa de campo;
- Programação de operações de campo;
- Levantamento e tabulação de dados censitários 1970/80 - 18 variáveis;

- Mapeamento de algumas informações censitárias selecionadas (quatro mapas sobre crescimento populacional e migração, e onze mapas sobre a organização do quadro agrário);

- Participação em reuniões técnicas convocadas pela coordenação do projeto;

- Participação em um seminário com as coordenadoras do projeto e demais integrantes com o objetivo de discutir a metodologia de pesquisa interdisciplinar integrada;

- Contatos com o Departamento de Bases Cartográficas (DEBOG) e com as Delegacias Regionais do IBGE em Rondônia, Acre e Amazonas.

2.1.8 - CARTOGRAFIA

2.1.8.1 - Compilação das Bases (Fig. 7)

- Já se encontram compiladas todas as bases.

2.1.8.2 - Desenho final da base das folhas

- Já foram preparadas as especificações técnicas para o desenho final que deverá ser iniciado em janeiro.

2.1.8.3 - Apresentação final

- Já se encontram em fase de preparação as especificações para o desenho final das cartas temáticas.

- Já estão sendo preparados os elementos para a formulação das informações de margem, que irão compor as máscaras que darão origem aos pontos finais das cartas.

2.1.9 - APOIO LOGÍSTICO

2.1.9.1 - Participação em reuniões

- Em Brasília com a FAB/COMGAR em 11.08.86;

- Em Brasília com a FAB/COMGAR em 15.10.86.

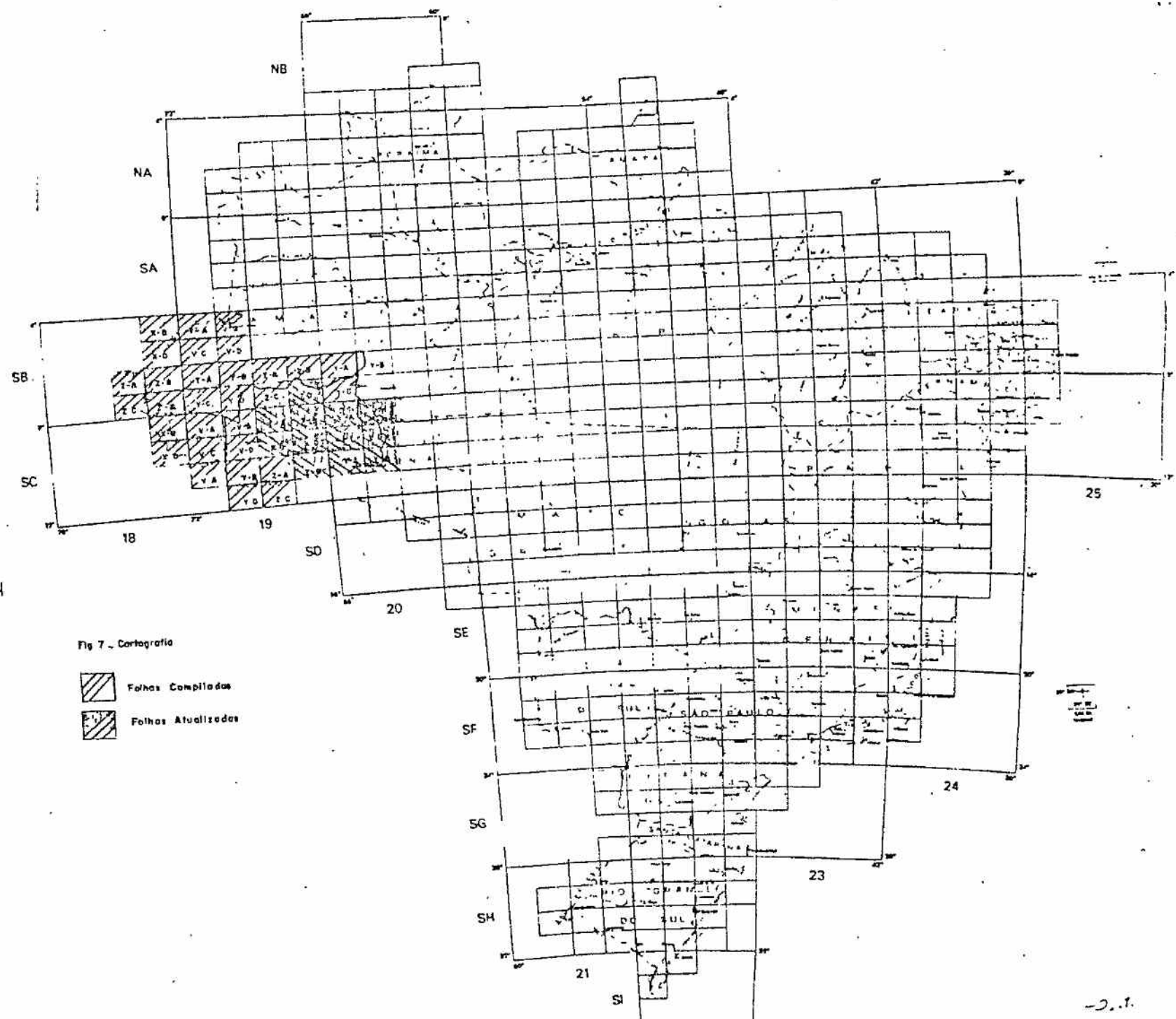


Fig 7 - Cartografia

-  Folhas Compiladas
-  Folhas Atualizadas

2.1.9.2 - Apoio às operações fluviais realizadas

- de 15.10 a 15.12.86
- de 23.10 a 07.12.86
- de 29.10 a 29.11.86
- de 18.11 a 16.12.86
- de 26.11 a 10.12.86

2.1.9.3 - Apoio às operações terrestres realizadas

- de 15.10 a 13.12.86
- de 17.10 a 12.11.86
- de 21.10 a 19.11.86
- de 21.10 a 14.11.86
- de 17.11 a 19.12.86

2.2 - Atividades Integradas

A fase de integração do PMACI foi antecipada, a fim de obterem-se melhores resultados na preparação do Zoneamento Ecológico-Econômico.

Reuniões Realizadas:

- 14 a 16 de julho - no Rio de Janeiro, com a participação de técnicos de todas as áreas participantes do PMACI, no IBGE, com o objetivo de desenvolver discussão metodológica e programação conjunta das atividades de campo.
- 15 a 19 de setembro - no Rio de Janeiro, com a participação dos técnicos de todas as áreas participantes do PMACI, no IBGE, com o objetivo de discutir metodologias e integrar os trabalhos de campo.

2.3 - Reuniões com outros órgãos do PMACI

- 20/02 - em Brasília, com o conjunto dos órgãos do convênio para apreciação dos projetos setoriais apresentados.
- 21/02 - em Brasília, para avaliação de trabalho, na SEMA.
- 21/02 - em Brasília, para avaliação no trabalho em comum, no IBDF, com a presença do Sr. Coordenador do PMACI/IPEA.
- 28/02 - no Rio de Janeiro, para avaliação do plano de trabalho conjunto, com o IBDF.

- 11 e 12/03 - em Brasília, para apreciação do PMACI pelos consultores do BID.
- 21/03 - no Rio de Janeiro, para apresentação do Projeto PMACI/IBGE, com os consultores do BID.
- 04/04 - no Rio de Janeiro, reunião da Coordenação PMACI/IBGE, com Ieda Paixão, representante da SEMA.
- 09/05 - no Rio de Janeiro, com Goodland e Dagoberto Koehntopp, para acompanhamento do PMACI.
- 13/06 - no Rio de Janeiro, com representantes do IPEA, EMBRAPA, SEPLAN/MA e SUPREN/IBGE para tratar do zoneamento ecológico-econômico e agroecológico.
- 22/07 - no Rio de Janeiro, com Raphael David dos Santos, representante do PMACI/EMBRAPA para tratar do plano de trabalho conjunto.
- 29/07 - em Brasília, apresentação do Plano Operacional do IBGE em reunião do PMACI.
- 08/08 - no Rio de Janeiro, com a EMBRAPA para preparação do acordo técnico e do plano de trabalho conjunto.
- 21 e 22/08 - no Rio de Janeiro, com o IBDF para preparação do plano de trabalho conjunto.
- 22/08 - no Rio de Janeiro, com o DNPM para preparação do plano de trabalho conjunto, com a participação de Dagoberto Koehntopp, coordenador do PMACI/IPEA.
- 22/09 - no Rio de Janeiro, com Enéas Salatti para acompanhamento do PMACI/IBGE.
- 15/09 - em Brasília, reunião do PMACI na SEMA, com a apresentação da metodologia de estudos integrados por Teresa Cardoso da Silva, do IBGE.
- 20/11 - no Rio de Janeiro, com o representante do IPEA, José Rente do Nascimento, na EMBRAPA, para avaliação do trabalho conjunto IBGE/EMBRAPA.
- 21/11 - no Rio de Janeiro, com o representante do IPEA, José Rente do Nascimento, no IBGE, para acompanhamento do trabalho do IBGE.

3. RECURSOS APLICADOS

Despesas variáveis (diárias)	Cz\$ 171.050,00
Material de consumo	Cz\$ 19.859,55
Remuneração de serviços pessoais	Cz\$ 5.676,00
Outros serviços e encargos (passagens aéreas, aluguel de barcos e viaturas)	Cz\$ 163.633,73
TOTAL	Cz\$ 365.869,28

4. AVALIAÇÃO GERAL DO LEVANTAMENTO DO PMACI REALIZADO PELO IBGE

4.1 - Análise do Projeto em 1986

Como parte integrante do plano de ação provisório, o IBGE iniciou o levantamento dos recursos ambientais e de aspectos sócio-econômicos da organização do espaço na área do PMACI.

Além disto propôs pequena alteração de limites do PMACI, tendo em vista fazer coincidirem os limites das bacias e dos municípios com o do projeto.

O PMACI/IBGE ultrapassou, em 1986, alguns obstáculos, procurando não interromper as atividades. O maior deles, provavelmente, foi o relativo ao início do projeto, em consequência da data da assinatura do contrato IPEA/IBGE, que resultou no desdobramento das operações de campo, em função da instalação da estação chuvosa na área. Disto resultou pequeno atraso no cronograma, bem como em alteração de custos, constante em ofícios dirigidos ao IPEA.

Procurou-se, ainda, adequar os trabalhos planejados às condições específicas advindas com o desenvolvimento do trabalho. Assim, a fase de integração foi antecipada, procurando iniciá-la antes do começo das operações de campo.

Em 1986, o PMACI/IBGE pode desenvolver o levantamento bibliográfico; parte da interpretação temática das imagens; operações de campo terrestres e fluviais relativas aos temas geologia, pedologia e vegetação; elaboração de bases cartográficas; e reuniões de integração, tendo em vista as pesquisas

de campo e o trabalho em geral. Além disto, estabeleceu entendimentos com vários órgãos do convênio, tendo realizado pesquisas de campo conjuntas com o DNPM/CPRM; reuniões com a SEMA, que indicou representante para acompanhar o projeto no IBGE; acordo com a EMBRAPA, necessitando ainda de reajuste; reuniões com o IBDF, visando trabalho conjunto, ainda não definido.

4.2 - Previsão para 1987

É o da realização da maior parte do projeto, previsto para entrega, em janeiro de 1988, do zoneamento ecológico-econômico, sob forma de mapas e relatórios e dos mapas temáticos de serviço.

Este ano, serão completadas as interpretações temáticas, as operações de campo para o conjunto das equipes do projeto, as interpretações resultantes da integração, tendo em vista o zoneamento.

Para atender a esta programação, o PMACI II/IBGE, necessitará, em 1987, Cz\$ 5.228.004,00 para atender, a diárias, passagens, aluguel de barcos e viaturas, remuneração de serviços pessoais, dos quais Cz\$ 380.542,00 por complementação de acordo com solicitação já encaminhada. Em 1986, recebeu Cz\$ 1.000.000,00 correspondentes a uma parcela do contrato.

5. CONCLUSÕES

A avaliação do PMACI pelo IPEA e demais órgãos do convênio, é fundamental para as adequações do projeto às condições específicas resultantes do desenvolvimento dos trabalhos.

IPEA INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

OF. Circ./PMACI/IPLAN/Nº 022/87. Brasília, 16 de fevereiro de 1987

Senhor Participante,

Em anexo, V.Sa. encontrará para conhecimento de providências cabíveis, cópia da Resolução do grupo técnico Intermistrial do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (GT-PMACI), referente à questão dos seringueiros, bem como lista dos participantes da reunião deste grupo, realizada em 03.02.87.

A oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de estima e apreço.

Dagoberto Koehntopp
Coordenador do PMACI

Ilmo. Sr.

Dr.

MD.

RESOLUÇÃO

de 03 de fevereiro de 1987

Sobre a Questão dos Seringueiros
na Amazônia

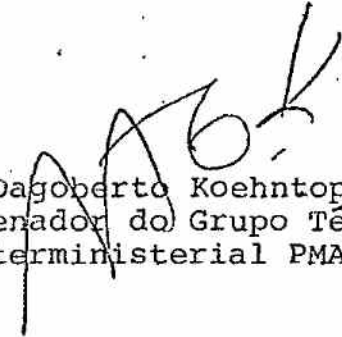
O grupo técnico criado pela Portaria Interministerial nº 150 de 31 de julho de 1985 para articular ações visando o estabelecimento de medidas de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas-PMACI na área de influência indireta da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco, reunido em 03 de fevereiro de 1987 em Brasília-DF, no 7º andar do Edifício do BNDES às 15:00 horas,

R E S O L V E:

1. Criar um Grupo de Trabalho Interministerial visando apresentar um breve diagnóstico da questão dos seringueiros na Amazônia e propor soluções técnico-institucionais que direcionem a ação integrada do governo no equacionamento desta questão. Este Grupo de Trabalho se denominará Grupo de Trabalho do Seringueiro.
2. Definir que o GT-Seringueiro será formado por participantes permanentes e participantes convidados, que representem Órgãos Federais e Estaduais e entidades da sociedade civil.
3. Estipular que o GT-Seringueiro terá prazo de 90 dias para apresentar seu relatório final a partir de sua instalação.
4. Estabelecer uma comissão preparatória constituída por representante do POLONOROESTE/SUDECO/MINTER e do PMACI/IPEA/SEPLAN-PR com a finalidade de coordenar o estabelecimento do GT-Seringueiro e propor a definição de suas atribuições, normas operacionais de funcionamento e formas de /max.

apoio logístico para seu funcionamento dentro do âmbito de seus respectivos programas.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987


Dagoberto Koehntopp
Coordenador do Grupo Técnico
Interministerial PMACI

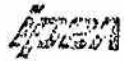
PARTICIPANTES (Use letra de forma)	ÓRGÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
1. MIRIAM LAILA ABAY RISSOLI	SEMA/SEC/CC	W3-SION - Ed. Cidade de Góes Frio 2ª andar	273-6515 R240/i
2. Maria Celeste Guimarães Nogueira	SEMA	"	274.9885
3. Edson Murano de Oliveira	IEF/RO	R. Abunã, 365, Portovello - RO	(068) 221-5302
4. ERISMAN MOURA DA SILVA	IEF/RO	"	"
5. David Almeida de Freitas	TBGE	AV. W-3 Sul - Q 509, Bl. A - Lj. 1/5	(061) 244-9270
6. LUIZ GÓES FILHO	IBGE	RUA PAULO FERNANDES, 24 - PCA DA GAUDEIRA - RJ	(021) 273-2940
7. IRENE GARIBO FILHA	IBGE	RUA PAULO FERNANDES, 24 - RJ	(021) 273-2097
8. LIGIA T. LOPES SIMONIAN	CTI/MIRAS	SQN 312 Bl. C. ep. 303 N. 1/5	061 2736718 (Te)
9. Taty Elizabeth Rodrigues	MINTER	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS SALA 239	(061) 223.3908
10. FERNANDO ANTONIO FIALHO DE SENA	MINTER/SGA/CC	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS SALA 236	(061) 223.3908
11. CESAR VIGOR DO E. SANTO	SUDCO/PNC	SAS Q. 1 bl. "A" SAC 724	(061) 2262882
12. TORGE CLAUDIO ITURRI LARACH	SNLCS/EMBRAER	R. JARDIM Botânico 1024. Rio de Janeiro - RJ.	(021) 2745992.
13. RUI MOURA BANANEIRA	CODEAMA	RUA EMÍLIO MOREIRA, 1305	(021) 234-8438

PARTICIPANTES (Use letra de forma)	ÓRGÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
14. RAIMUNDO SILVA REGO	EMBRAPA	ENEAS PINHEIRO S/N - CAPÃO-PA	226 59 20
15. WIM. P. Groeneveld	Consultor PMACI	AV. Venezuela 1964 78900 Pato Velho	(069) 223 1560.
16. Raphael Dair dos Sfs	EMBRAPA/ SNLCS	RUA JARDIM BOTANICO 1024 RIO DE JANEIRO - RJ	(021) 274 50 97
17. Chirsanete An. Lima Campos	EMBRAPA/Sede	Venâncio 2000 - 6º and. s/630. Brasília	223.62.95
18. DAGOSTATO HOEHTHOF	PMACI	BRUNDES 16º	223-2585
19. M. Celeste Dominici	Técnico	Ed. BRUNDES 16º	223 9775
20. JOSE RENTE NASCIMENTO	PMACI	BRUNDES 16º	223-9557.
21. JOSE JAIME MASCIO	FUNAI/SEME	ED. LEX - 3º ANVAR. SEUPS/702	226 22 81 - R. 22
22. Tarciso Rodrigues	EMBRAPA/SNLCS	TRAV. ENEAS PINHEIRO S/N - EMBRAPA BELEM- PARA	(091) 226.5920
23. Raimundo José de Jesus Lopez	FUNAI/PAI	FR. LEX - 3º ANVAR - SEUPS/702	226-82 M-266
24. VANIA SERRA	M. TRANSPORTES	ESPL. MIDIST. - 7º AND - S/715 (SCAI)	226.2869
25. MARIO NAKAYAMA	PMACI	BRUNDES 16º S/16	223 9775
26. Antônio Pereira de S	Coord. Reg. de FUNAI/AC	Travessa do Jaque, 25 - Avenida Rio Branco - AC	224 55 74

	ORÇÃO	ENDEREÇO	102.
27. Marie Madeleine Haibeve Sant' Ana	SUDCO/PREF. MORA	SAS, 92 - São João	226 2023 / 224 5654 R. 472
28. José Conceição da Silva	UNI	Acas.	224.15594
29. Raimundo Sales Luiz	UNI	Acru	224 5594
30. Terri Valle de Aquino	CPI-ANE		068-2242970
31. Luis EDUARDO M. CASTELO	IPEA/IPLAN	Ed. BNDES - 16º	223 9775
2. MARIA AUXILIADORA CRUZ DE S. LEÃO	IPEA/IPLAN	ED BNDES - 16º	223 9775
3. Ana Maria Carvalho R. Lange	IPEA/IPLAN	ED. BNDES 16º	223-9775
1. Marina Celis de Vasconcelos	CIMI	Acru	224-4555
5. JOEAN PAULO WALLAUER	IBDF		226-2127
6. CARLOS OTÍ BERBERT Conf.	INPM/DQM	SAN. QUADA 4, Bloco B - BRASÍLIA (DF)	(061)-226-7462
7. Romari G. Valle de Aquino	Sudhevea/ Jornal O Rio Branco	A-5 Lote 5 10º andar - SAS -	226 2081
8. José Cliveira Ribeiro	INCR A	Palácio do Desenvolvimento	22-Andar 2147184
9. OSUALDO TEIXEIRA GÓES JR.	IPEA/IPLAN	ED. BNDES 16º	223 9775

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS - PMACI
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO BID/150-IC E 503-OC
RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

ORGÃOS EXECUTORES	PREVISTO		LIBERADO		SALDO A LIBERAR
	PORTARIAS	VALOR	DATA	VALOR	
IPEA	SG-120 02/09/85	12.000,00	11/10/85	12.000,00	-
"	SG-005 24/02/86	625.000,00	29/05/86	625.000,00	-
"	SG-037 24/06/86	3.261.400,00	28/08/86	1.254.000,00	-
"	SG-037 24/06/86	-	22/12/86	130.000,00	1.877.400,00
SUBTOTAL		3.898.400,00		2.021.000,00	1.877.400,00
FUNAI	SG-103 01/07/85	1.263.000,00	18/07/85	760.000,00	-
"		-	07/11/85	503.000,00	-
"	SG-37 24/06/86	8.209.500,00	28/08/86	1.200.000,00	-
"	SG-037 24/06/86	-	22/12/86	5.938.800,00	1.070.700,00
"	RECURSO EXTERNO	1.375.391,25	23/12/86	1.375.391,25	-
SUBTOTAL		10.847.891,25		9.777.191,25	1.070.700,00
IBDF	SG-120 02/09/85	500.000,00	11/10/85	500.000,00	-
"	SG-037 24/06/86	3.275.200,00		-	-
"	SG-037 24/06/86	-		686.700,00	2.588.500,00
"	RECURSO EXTERNO	190.740,00	23/12/86	190.740,00	-
SUBTOTAL		3.965.940,00		1.377.440,00	2.588.500,00
SEMA	SG-037 24/06/86	1.196.900,00	28/08/86	320.000,00	876.900,00
SUBTOTAL		1.196.900,00		320.000,00	876.900,00
INCRA	SG-037 24/06/86	1.392.400,00	28/08/86	461.200,00	-
"	SG-037 24/06/86	-	22/12/86	244.500,00	686.700,00
SUBTOTAL		1.392.400,00		705.700,00	686.700,00
EMBRAPA	SG-120 02/09/85	100.000,00	08/10/85	100.000,00	-
"	SG-037 24/06/86	479.600,00	28/08/86	264.800,00	214.800,00
SUBTOTAL		579.600,00		364.800,00	214.800,00
TOTAL GERAL		21.881.131,25		14.566.131,25	7.315.000,00

VALORES TRANSFERIDOS E APLICADOS AO PROGRAMA

ÓRGÃO EXECUTOR	VALORES TRANSFERIDOS	APLICADOS		SALDOS A COMPROVAR Cz\$
		Cz\$	US\$	
IPEA	2.021.000,00	1.897.877,54	136,367.45	123.122,46
FUNAI	9.777.191,25	3.953.472,20	315.616,48	5.823.719,05
IBDF	1.377.440,00	440.500,40	42,091.38	936.939,60
SEMA	320.000,00	64.193,83	4,427.64	255.806,17
INCRA	705.700,00	-	-	705.700,00
EMBRAPA	364.800,00	47.703,41	4,360.59	317.096,59

TOTAL	14.566.131,25	6.403.747,38	502,863.54	8.162.383,87
ENCARGOS DE FINANCIAMENTO COMISSÃO DE CRÉDITO/ IPEA	59.320,67	59.320,67	4,823.00	-
TOTAL GERAL	14.625.451,92	6.463.068,05	507,686.54	8.162.383,87

DEPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 UPE - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
 PMACI - PROJ. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 17/03/87
 HORA: 17:02:59

DEMONSTRATIVO DE SALDOS A COMPROVAR POR ORGAO EXECUTOR REFERENCIA: 12/86

NUMERO DA CONTA	TITULO DA CONTA	TRANSFERIDO	COMPROVADO	A COMPROVAR
1	FONTES DE FINANCIAMENTO			
1.1	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID/PMACI			
1.1.1	TRANSFERENCIAS EFETUADAS PELA DEPLAN	14.625.451,92	6.463.068,05	8.162.383,87
1.1.1.01	RECURSOS A CARGO DO IPEA	2.080.320,67	1.957.198,21	123.122,46
1.1.1.02	RECURSOS A CARGO DA FUNAI	9.777.191,25	3.953.472,20	5.823.719,05
1.1.1.03	RECURSOS A CARGO DO IBDF	1.377.440,00	440.500,40	936.939,60
1.1.1.04	RECURSOS A CARGO DA SEMA	320.000,00	64.193,83	255.806,17
1.1.1.05	RECURSOS A CARGO DO INCRA	705.700,00	0,00	705.700,00
1.1.1.06	RECURSOS A CARGO DA EMBRAPA	364.800,00	67.703,41	317.096,59

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
 PMACI - PROJ. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 24/02/87
 HORA: 9:25:07

DEMONSTRATIVO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

REFERENCIA: 12/86

- 2 SOLICITACAO DE RECURSOS
- 2.1 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID/PMACI
- 2.1.1 REEMBOLSOS SOLICITADOS
- 2.1.1.02 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID-503/00

HISTORICO						
	DATA	SEQ	---CAMBIO---	--VALOR EM CZS--	--VALOR EM US\$--	
pedido de reembolso 2	03/11/86	001	14,02	767.712,90	54.758,41	
*** T O T A L ***				767.712,90	54.758,41	

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
 PNACI - PROG. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS.

** SISTEMA DE CONTROLE DO PNACI **

DATA: 24/02/87
 HORA: 9:25:07

DEMONSTRATIVO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

REFERENCIA: 12/86

2 SOLICITACAO DE RECURSOS
 2.1 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID/PNACI
 2.1.2 REEMBOLSOS LIBERADOS
 2.1.2.02 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID-503/00

HISTORICO

	DATA	SEQ	---CAMBIO---	--VALOR EM CZ\$--	-VALOR EM US\$-
LIBERACAO DO PEDIDO DE REEMB 2	21/11/86	001	14,02	767.712,90	54.753,41

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
PMACI - PROG. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 28/10/86
HORA: 16:19:38

DEMONSTRATIVO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

REFERENCIA: 09/86

- 2 SOLICITACAO DE RECURSOS
- 2.1 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID/PMACI
- 2.1.1 REEMBOLSOS SOLICITADOS
- 2.1.1.02 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID-503/00

HISTORICO

	DATA	SEQ	---CAMBIO---	--VALOR EM CIT--	-VALOR EM US\$-
SOLICITACAO DE REEMBOLSO CONF. PEDIDO 01/IPEA	09/07/86	001	13,77	798.418,33,	57.982,45
*** T O T A L ***				798.418,33.	57.982,45

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACCES
 PMACI - PROG. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 28/10/86
 HORA: 16:19:38

DEMONSTRATIVO POR FONTES DE FINANCIAMENTO
 REFERENCIA: 09/86

- 2 SOLICITACAO DE RECURSOS
- 2.1 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID/PMACI
- 2.1.2 REEMBOLSOS LIBERADOS
- 2.1.2.02 CONTRATO DE EMPRESTIMO BID-503/0C

HISTORICO	DATA	SEQ	---CAMBIO---	--VALOR EM CZ\$--	-VALOR EM US\$-
DOLARES RECEBIDOS REF. A SOLICITACAO 01/IPEA	03/09/86	001	13,77	798.418,33	57.982,45

IPLA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
 PMACI - PROJ. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 17/03/97
 HORA: 16:33:17

EXECUCAO FINANCEIRA DO PMACI (ACUMULADO)

REFERENCIA: 12/86

NUMERO DA CONTA TITULO DA CONTA

-----EM CRUZADOS-----
 ---BID 40,2%--- -CONT NAC 59,8%--- ---EM US DOLAR---
 ---BID 40,2%--- -CONT NAC 59,8%---

CUSTOS POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO					
DESPESAS CONCORRENTES					
PROTECAO AMBIENTAL E INDIGENA					
3					
3.5					
3.5.1		2.574.305,50	3.898.762,55	202.149,72	305.536,82
3.5.1.01	IPEA	762.946,47	1.194.251,74	54.819,33	86.371,12
3.5.1.01.01	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES	119.296,56	177.461,49	8.531,26	12.691,32
3.5.1.01.01.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.01.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	87.943,66	121.826,34	5.956,30	9.711,69
3.5.1.01.01.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	37.352,90	55.565,14	2.674,96	3.979,63
3.5.1.01.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02	MONTAGEM DO SISTEMA INT. DE INFORMACOES	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03	ACQS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.03.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.04	ATIV. DE COORD. E ACOMP. DO PMACI	40.647,21	60.459,59	2.913,70	4.334,69
3.5.1.01.04.001	DIARIAS	8.741,34	13.072,96	626,21	931,67
3.5.1.01.04.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.04.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.04.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	31.903,97	47.436,63	2.237,49	3.403,72
3.5.1.01.04.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.05	IBGE (LEVANT. DE REC. AMBIENTAIS)/PMACI	603.000,00	897.000,00	43.374,37	64.522,11
3.5.1.01.05.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.05.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.05.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.05.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	603.000,00	897.000,00	43.374,37	64.522,11
3.5.1.01.05.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.06	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	0,00	59.320,67	0,00	4.923,00
3.5.1.01.06.001	JUROS (RIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.06.002	COMISSÃO DE CREDITO	0,00	59.320,67	0,00	4.923,00
3.5.1.01.06.003	INSPECAO E SUPERVISAO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.06.004	JURIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.01.06.005	FUNAI	1.589.295,66	2.364.176,54	126.877,29	189.739,20

EXECUCAO FINANCEIRA DO PMAE (ACUMULADO)

REFERENCIA: 12/86

NUMERO DA CONTA TITULO DA CONTA

		---EM CRUZADOS---		---EM US DOLA---	
		---R\$ 40,2X---	---CONT NAC 50,3X---	---R\$ 40,2X---	---CONT NAC 50,3X---
3.5.1.02.01	DEMARCAÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS	528.275,75	795.843,22	51.311,37	76.329,97
3.5.1.02.01.001	DIARIAS				
3.5.1.02.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	46.685,01	69.446,00	4.649,00	5.912,24
3.5.1.02.01.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	40.637,12	60.450,26	4.915,85	7.193,70
3.5.1.02.01.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.02.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	436.412,63	649.190,96	41.145,45	61.236,56
		4.540,90	6.755,01	660,99	983,27
3.5.1.02.02	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1.061.019,91	1.578.333,32	75.565,91	112.409,33
3.5.1.02.02.001	DIARIAS				
3.5.1.02.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.02.02.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	49.397,76	73.492,24	3.369,32	5.012,13
3.5.1.02.02.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.02.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.011.622,15	1.504.851,08	72.196,59	107.397,20
3.5.1.02	ISD	0,00	0,00	0,00	0,00
		177.000,82	263.419,59	16.920,43	25.170,95
3.5.1.03.01	SISTEMA DE POSTOS FLORESTAIS	132.337,50	196.861,03	12.849,12	19.114,38
3.5.1.03.01.001	DIARIAS				
3.5.1.03.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	22.135,12	32.929,27	1.609,49	2.307,97
3.5.1.03.01.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	8.187,27	12.477,54	609,10	904,14
3.5.1.03.01.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	6.261,15	9.313,85	454,63	675,19
3.5.1.03.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.245,56	9.290,72	504,75	750,96
3.5.1.03.01.005	PESSOAL	74.593,21	110.952,06	8.673,59	12.799,40
		14.713,58	21.897,54	1.058,48	1.589,52
3.5.1.03.02	SISTEMA DE MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL	35.292,26	52.499,51	3.303,14	4.913,79
3.5.1.03.02.001	DIARIAS				
3.5.1.03.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	9.351,75	13.955,97	891,50	1.326,19
3.5.1.03.02.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	11.223,27	16.696,33	1.061,91	1.579,72
3.5.1.03.02.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.685,54	21.847,15	1.349,73	2.007,88
		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.03	PROTEÇÃO E MANEJO DOS QUELÔNIOS	1.693,78	2.527,07	199,12	295,21
3.5.1.03.03.001	DIARIAS				
3.5.1.03.03.002	MATERIAL DE CONSUMO	253,62	384,73	31,27	46,52
3.5.1.03.03.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.03.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.03.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.440,16	2.142,34	157,85	249,69
		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.04	DIAGNÓSTICO DA INDÚSTRIA MADEIREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.04.001	DIARIAS				
3.5.1.03.04.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.04.003	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.04.004	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.04.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.05	CREAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	7.752,19	11.531,92	569,05	845,57

IPPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
PROCEL - PROJ. PROTECCAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PVACI **

DATA: 17/03/87
HORA: 16:33:17

EXECUCAO FINANCEIRA DO PVACI (ACUMULADO)

REFERENCIA: 12/86

NOME DA CONTA TITULO DA CONTA

-----EM CRUZADOS-----
-----RID 40,24----- CONT NAC 59,84-----
-----RID 41,22----- CONT NAC 50,82-----

3.5.1.03.05.001	DIARIAS				
3.5.1.03.05.002	MATERIAL DE CONSUMO	1.073,03	1.607,67	31,85	121,77
3.5.1.03.05.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	6.574,16	9.928,25	497,20	724,80
3.5.1.03.05.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.05.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.05		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.06	MANEJO ECONOMICO-ECOLOGICO DA CASTANHA DO PARA				
3.5.1.03.06.001	DIARIAS				
3.5.1.03.06.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.06.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.06.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03.06.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03	SEMA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.03		25.805,93	38.388,02	1.779,83	2.647,87
3.5.1.04.01	FISCALIZACAO DAS AREAS DE RESERVA ECOLOGICA				
3.5.1.04.01.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.01.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.01.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.01		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02	APOIO A CRIACAO DE MEIO AMP. DO ESTADO DO ACRE				
3.5.1.04.02.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.02		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03	APOIO AO ORGAO DE MEIO AMP. DO ESTADO DO AMAZONAS				
3.5.1.04.03.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.03		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04	LEVANT. DE AREAS P/ CRIACAO DE UNID. DE CONSERVACAO				
3.5.1.04.04.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.04		0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05	PROGRAMA DE EDUCACAO AMBIENTAL				
3.5.1.04.05.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05		0,00	0,00	0,00	0,00

IPLA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
 JPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
 PMAQI - PROG. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMAQI **

EXECUCAO FINANCEIRA DO PMAQI (ACUMULADO)

REFERENCIA: 12/85

DATA: 17/03/87
 HORA: 16:33:17

NUMERO DA CONTA TITULO DA CONTA

		---EM CRUZADOS---		---EM US DOLAR---	
		---BID 40,24---	---CONT NAC 59,8X---	---BID 40,24---	---CONT NAC 59,8X---
3.5.1.04.05.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.05.		25.805,83	38.338,00	1.779,83	2.647,81
3.5.1.04.06.	DIARIAS	10.472,46	15.587,57	741,17	1.102,69
3.5.1.04.06.001	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.06.002	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.06.003	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.04.06.004	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.327,37	22.800,43	1.038,66	1.545,12
3.5.1.04.06.005	INCPA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01	SISTEMATIZ. DOS EST. BAS. DA EST. FUND. REGIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02	EST. P/ SFILECAO DE AREAS P/ COLON. E ASSENTAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03	LEVANTAMENTO PEDOLOG. DE RECONHEC. C/ALTA INTENSID.	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.03.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04	REASSENTAMENTO DE OCUPANTES DE AREAS INDIGENAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.05.04	EMPYAPA	19.176,72	28.526,69	1.752,85	2.607,74
3.5.1.06.01	RECONHEC. DE SOLOS, AVALIACAO AGRO-SILVOPASTORIL	19.176,72	28.526,69	1.752,85	2.607,74
3.5.1.06.01.001	DIARIAS	1.407,15	2.093,27	137,01	203,97
3.5.1.06.01.002	MATERIAL DE CONSUMO	431,53	640,47	34,70	51,64
3.5.1.06.01.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.01.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.01.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.337,04	25.792,95	1.581,14	2.352,23
		0,00	0,00	0,00	0,00

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
UPI - UNIDADE PRODUTORA DE INFORMACOES
PMACI - PROG. PROTECAO AO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES INDIGENAS

** SISTEMA DE CONTROLE DO PMACI **

DATA: 17/03/87
HORA: 16:33:17

EXECUCAO FINANCEIRA DO PMACI (ACUMULADO)

REFERENCIA: 12/86

NUMERO DA CONTA TITULO DA CONTA

-----EM CRUZADOS-----
---BID 40,2%--- -CONT MAC 59,8% - --PID 40,2% - CONT MAC 59,8%

NUMERO DA CONTA	TITULO DA CONTA	EM CRUZADOS	CONT MAC	PID	CONT MAC
3.5.1.06.02	CONSERVACAO DO SOLO E MANEJO GLOGAL	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.02.001	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.02.002	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.02.003	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.02.004	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.1.06.02.005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 7: SIGLAS

SIGLAS

- APAS - Áreas de Proteção Ambiental
- CETESB - Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo
- CODEAMA - Centro de Desenvolvimento, Pesquisas e Tecnologia do Estado do Amazonas
- CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
- CRA - Centro de Recursos Ambientais, da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FBCN - Fundação Brasileira de Conservação da Natureza
- FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Rio de Janeiro
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
- INPA - Instituto de Pesquisas da Amazônia
- IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social
- MIRAD - Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento

PAD - Plano de Ação Definitivo

PAP - Plano de Ação Provisório

POFLOR - Posto Florestal do IBDF

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMAGO - Superintendência de Meio Ambiente de Goiás

SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambien
te do Paraná

UFAC - Universidade Federal do Acre

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBCN - Fundação Brasileira de Conservação da Natureza

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Rio de Janeiro

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária

INPA - Instituto de Pesquisas da Amazônia

IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social

MIRAD - Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento